



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-BREVES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ELIZANDRA GOMES DE LIMA

MULHERES IDOSAS E O SANEAMENTO BÁSICO: reflexões sobre a precariedade da
política pública em Breves-PA

BREVES-PA

2023

ELIZANDRA GOMES DE LIMA

MULHERES IDOSAS E O SANEAMENTO BÁSICO: reflexões sobre a precariedade da
política pública em Breves-PA

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves.

Orientadora: Prof^ª Dra. Ana Maria Smith Santos

BREVES-PA

2023

Dados internacionais de catalogação-na-publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca Prof. Ricardo Teixeira de Barros.
Campus Universitário do Marajó-Breves (CUMB)

L732m Lima, Elizandra Gomes de.
Mulheres Idosas e o Saneamento Básico: reflexões sobre a precariedade da
política pública em Breves-PA. / Elizandra Gomes de Lima. – 2023.
122 f. : il. color.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Smith Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Breves, Faculdade de Serviço Social, Breves, 2023

1. Saneamento Básico. 2. Política Pública. 3. Idosas Marajoaras.
4. Precarização. 5. Direitos Humanos. I. Título.

CDD 363.72098115

ELIZANDRA GOMES DE LIMA

MULHERES IDOSAS E O SANEAMENTO BÁSICO: reflexões sobre a precariedade da
política pública em Breves-PA

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social, como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves.

Orientadora: Prof^a Dra. Ana Maria Smith Santos

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a Dra. Ana Maria Smith Santos
FACSS/CUMB/UFPA - Orientadora

Prof^a Dra. Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães
FACSS/CUMB/UFPA - Avaliadora Interna

Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo
FACSS/CUMB/UFPA - Avaliador Interno

BREVES-PA

2023

Dedico ao meu esposo, Junior Amaral; às idosas marajoaras do bairro Aeroporto; aos familiares e amigos que me apoiam; às minhas duas amadas avós, Maria Mendes e Maria Melo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por tudo!

A meu esposo querido e amado Junior Amaral, por lutar todos os dias junto a mim e ser esse “bom homem” que ele tanto fala que é (risos). Pela força, apoio e auxílio em toda a jornada acadêmica, sendo alguém que eu posso contar para tudo.

Aos familiares que me apoiam e torcem pelo meu bem-estar, bem como, aos meus amigos ou conhecidos que de alguma forma contribuíram para a minha formação, sendo através de informações, favores ou conselhos necessários para fortalecer-me a seguir em frente nos momentos difíceis.

À minha amada amiga Érika Góes, pelo apoio, carinho, risadas, sempre pude contar com ela para tudo e sou muito grata a Deus por sua vida. Assim como, também tenho gratidão a sua mãe, Ruth Cabral e aos demais membros da família Góes, pois os considero minha família, moram no meu coração.

Às minhas amadas avós Maria Mendes e Maria Melo, pois são donas de todo o meu carinho. Não posso deixar de agradecer também a família da minha sogra, a dona Maria dos Santos Almeida, ao meu sogro Raimundo Correa do Amaral, a minha cunhada Dioneia dos Santos Amaral, ao seu esposo, Ailton dos Santos e seus filhos Andrei Amaral e Alex Amaral, não tenho palavras para descrever a gratidão que tenho a cada um de vocês, por todo o apoio dado ao longo desses mais de cinco anos.

A todos os professores da Faculdade de Serviço Social e os demais servidores da Universidade Federal do Pará, Campus Breves, em especial ao Eunápio Dutra do Carmo e a Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães pelo carinho com os alunos; e aos demais profissionais que nos auxiliaram nas atividades dentro ou fora da instituição.

A todos os funcionários do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do bairro Aeroporto, em especial, a minha supervisora de campo Cristiane Gonçalves de Souza, pelo carinho, paciência e respeito em cada momento do estágio.

À minha orientadora professora Ana Maria Smith Santos, pela oportunidade de participar de seus projetos de pesquisa e extensão e formular a ideia magnífica de discutir sobre saneamento básico, a qual decidimos levar para o TCC.

A todos que direta ou indiretamente também contribuíram para minha formação, agradeço de coração.

*[...] O jogo só vale quando todas as partes puderem jogar
Sou Frida, sou preta, essa é minha treta
Me deram um palco e eu vou cantar
Canto pela tia que é silenciada
Dizem que só a pia é seu lugar
Pela mina que é de quebrada
Que é violentada e não pode estudar
Canto pela preta objetificada
Gostosa, sarada, que tem que sambar [...]
Dona de casa limpa, lava e passa
Mas fora do lar não pode trabalhar [...]
Não precisa ser Amélia pra ser de verdade
Cê tem a liberdade pra ser quem você quiser
Seja preta, indígena, trans, nordestina
Não se nasce feminina, torna-se mulher.*

Bia Ferreira

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda sobre o saneamento básico enquanto política pública estatal, considerando os aspectos relacionados a gênero, desigualdades sociais, prestação dos serviços na área urbana e a precarização da referida política pública no município de Breves-PA. O objetivo dessa pesquisa é refletir sobre os impactos causados pela ineficiência da política de saneamento básico no cotidiano das mulheres idosas participantes do CCFV e residentes no bairro Aeroporto em Breves-PA, considerando as mudanças ocasionadas após a pandemia da Covid-19. A pesquisa é de natureza qualitativa, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Dentre os referenciais teóricos utilizados, estão: Perrot (2007), Faleiros (2004), Ribeiro e Rooke (2010) e outros. Juntamente com os referenciais teóricos, foi necessário utilizar leis, decretos, planos federais, estaduais e municipais, além de imagens, matérias de jornais da internet e outros documentos como os divulgados pelo Instituto Trata Brasil (2018) e (2022). Nesse sentido, constatou-se que a política de saneamento básico compreende aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, contudo, no município de Breves-PA, no que diz respeito ao bairro aeroporto, *locus* da pesquisa, não se efetiva em sua amplitude. Pois, apesar dos aparatos legais que regulamentam a sua existência e implementação em âmbito nacional, o município não oferta nem metade dos serviços necessários, ocasionando a precarização da política pública e a ineficiência dos serviços prestados à população idosa marajoara residente no bairro pesquisado. Desta feita, as mulheres idosas estão sendo prejudicadas em vários aspectos de sua vida, desde sua saúde física e psicológica até ao quesito renda, tempo, além dos reflexos da falta de saneamento incidindo sobre seus descendentes.

Palavras-Chaves: saneamento básico; política pública; idosas marajoaras; precarização; direitos humanos.

ABSTRACT

This Course Completion Work deals with basic sanitation as a state public policy, considering aspects related to gender, social inequalities, provision of services in the urban area and the precariousness of that public policy in the municipality of Breves-PA. The objective of this research is to reflect on the impacts caused by the inefficiency of the basic sanitation policy on the daily life of elderly women participating in the CCFV and residing in the Aeroporto neighborhood in Breves-PA, considering the changes caused after the Covid-19 pandemic. The research is of a qualitative nature, the methodology used was bibliographical, documental and field research. Among the theoretical references used are: Perrot (2007), Faleiros (2004), Ribeiro and Rooke (2010) and others. Along with the theoretical references, it was necessary to use laws, decrees, federal, state and municipal plans, as well as images, articles from internet newspapers and other documents such as those released by Instituto Trata Brasil (2018) and (2022). In this sense, it was found that the basic sanitation policy includes water supply services, sanitary sewage, collection and treatment of solid waste and management of rainwater, however, in the municipality of Breves-PA, with regard to the neighborhood airport, locus of the research, is not effective in its amplitude. Because, despite the legal apparatus that regulate its existence and implementation nationwide, the municipality does not offer even half of the necessary services, causing the precariousness of public policy and the inefficiency of the services provided to the Marajoara elderly population residing in the researched neighborhood. This time, elderly women are being harmed in various aspects of their lives, from their physical and psychological health to income, time, in addition to the consequences of the lack of sanitation affecting their descendants.

Keywords: basic sanitation; public policy; elderly Marajoara women; precariousness; human rights.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Auto declaração étnico-racial.....	71
GRÁFICO 2	Naturalidade.....	73
GRÁFICO 3	Renda.....	77
GRÁFICO 4	De onde você utiliza a água?.....	79
GRÁFICO 5	Qual sua opinião a respeito da falta de água nas casas?.....	88
GRÁFICO 6	Rotina para ter acesso à água.....	90
GRÁFICO 7	O seu banheiro tem fossa?.....	92
GRÁFICO 8	Onde a prefeitura descarta o lixo coletado nos bairros? é adequado para a saúde pública e o meio ambiente?.....	97
GRÁFICO 9	A sua rua alaga no período do inverno por conta das chuvas? A água invade o piso/assoalho da sua casa ou de vizinhos?.....	99
GRÁFICO 10	O governo (municipal, estadual e federal) tem executado no seu bairro a política de saneamento básico?.....	103
FIGURA 1	Representação de como funcionava os Aquedutos Romanos.....	21
FIGURA 2	Aqueduto de Segóvia.....	21
FIGURA 3	Aqueduto no Sul da França.....	21
FIGURA 4	Arco da Lapa.....	22
FIGURA 5	Arco da Lapa.....	22
FIGURA 6	Dados sobre o número de pessoas atendidas pelos serviços de saneamento básico em Breves-PA.....	43
FIGURA 7	Mapa do Arquipélago do Marajó.....	48
FIGURA 8	Mapa da Cidade de Breves-PA.....	60
FIGURA 9	Cidade de Breves-PA.....	60
FIGURA 10	Residências no igapó (madeira)	78
FIGURA 11	Residência mista no igapó.....	78
FIGURA 12	Poço Artesiano.....	80
FIGURA 13	Poço Boca Aberta.....	80
FIGURA 14	Água da COSANPA na Avenida Anajás.....	80
FIGURA 15	Água da COSANPA com pó, em tratamento para consumo.....	80
FIGURA 16	Pó de Sulfato de Alumínio.....	81
FIGURA 17	Resultado após tratar.....	81

FIGURA 18	Torneira Pública (Tiro de Guerra)	82
FIGURA 19	Filtro usado por batedor de açai.....	82
FIGURA 20	Reservatórios de água.....	90
FIGURA 21	Reservatórios improvisados.....	90
FIGURA 22	Caixa d'água no chão 500 litros.....	91
FIGURA 23	Caixa d'água no alto 1.000 litros.....	91
FIGURA 24	Sanitário no fim da ponte.....	92
FIGURA 25	Sanitário nos fundos.....	92
FIGURA 26	Poça de água na rua Sebastião Amado.....	100
FIGURA 27	Trecho asfaltado da Avenida Bagre.....	100

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Identificação do Perfil do Público Alvo parte I.....	70
TABELA 2	Identificação do Perfil do Público Alvo parte II.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Cad' único	Cadastro Único
CCFV	Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
CF 1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
COSANPA	Companhia de Saneamento do Pará
Covid-19	Coronavírus/SARS-CoV-2
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
ECO-92	Conferência do Rio de Janeiro de 1992
FACSS	Faculdade de Serviço Social de Breves
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HRPM	Hospital Regional Público do Marajó
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFPA	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Breves
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência da Social
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MDDUA	Movimento Pelo Direito ao Uso da Água
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PAB	Programa Auxílio Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento I ou II
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos

PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PDTSM	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó
PIBIC/ PRODOUTOR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador
PLANSAB	Plano Nacional de Saneamento Básico
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNAD	Pesquisa Nacional de por Amostra de Domicilio
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
SCFV	Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos
SEDOP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
SEEP	Secretaria de Educação do Estado do Paraná
SEMTRAS	Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Breves
SINISA	Sistema Nacional de Informações em Saneamento
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará de Breves
SISEP	Sistema de Informações de Saneamento do Estado do Pará
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SNIS	Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TG	Tiro de Guerra 008-004
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - A POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: HISTÓRIA E DEFINIÇÕES	19
1.1 Como surgiu o entendimento de modelo de saneamento básico?	19
1.2 Saneamento básico no Brasil	27
1.3 Idosas brasileiras e o saneamento básico: breves reflexões de gênero	29
CAPÍTULO II - MARCOS LEGAIS E RESPONSABILIDADE GOVERNAMENTAL NO SANEAMENTO	39
2.1 Saneamento básico e as três esferas governamentais	39
2.2 Assistência social e saneamento básico: caminhos trilhados para executar a pesquisa	47
CAPÍTULO III - IDOSAS MARAJOARAS E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO BAIRRO AEROPORTO EM BREVES (PA)	57
3.1 O método e a natureza desta pesquisa	57
3.2 Resultados da pesquisa	60
3.2.1 Perfil das idosas marajoaras do bairro Aeroporto	69
3.2.2 Acesso à água	79
3.2.3 Esgoto sanitário	91
3.2.4 Resíduos sólidos	95
3.2.5 Manejo de águas pluviais	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	118
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS	119
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121
ANEXOS	123

INTRODUÇÃO

O presente texto consiste em um trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Serviço, Campus Universitário do Marajó-Breves, Universidade Federal do Pará, com o título: “Mulheres Idosas e o Saneamento Básico: Reflexões sobre a precariedade da política pública em Breves-PA”, de autoria de Elizandra Gomes de Lima, tendo como orientadora a professora Dra. Ana Maria Smith Santos.

O interesse em desenvolver este trabalho sobre a referida política surgiu após a participação da discente no projeto de pesquisa PIBIC/PRODOUTOR intitulado: “A Luta Pelo Acesso À Água em Breves Marajó (PA): um estudo pautado na história de mulheres idosas e suas narrativas”; coordenado pela professora Dra. Ana Maria Smith Santos, de 2019 a 2021¹. Ao desenvolver as ações do projeto, foi possível identificar alguns dos impactos da ausência ou ineficiência da prestação dos serviços públicos na trajetória de vida desse grupo social.

Desta feita, compreendendo que a problemática inicialmente pesquisada não se esgotou com o fim do projeto, mas que a realidade é dinâmica e ainda existem aspectos a serem desvendados a partir da continuidade do desenvolvimento do trabalho, porém, de modo ampliado na modalidade monografia, considerando mais informações antes não abordadas, além do que este tema de pesquisa possui uma relevância social, uma vez que faz parte da realidade da comunidade brevesense.

Agora, além de falar sobre o acesso à água, pretende-se abordar os demais serviços referentes a política de saneamento básico, com o objetivo de refletir sobre os impactos causados pela ineficiência da política de saneamento básico no cotidiano das mulheres idosas do bairro Aeroporto em Breves-PA, considerando as mudanças ocasionadas após a pandemia da Covid-19.

Esse trabalho tem como objetivo geral: “refletir sobre os impactos causados pela ineficiência da política de saneamento básico no cotidiano das mulheres idosas do bairro Aeroporto em Breves-PA”, considerando as mudanças ocasionadas após a pandemia da Covid-19, e específicos: “Conhecer como ocorre o acesso familiar das idosas à água, esgotamento sanitário e a coleta de resíduos sólidos”, isto é, ao saneamento básico urbano;

¹ O interesse da professora Dra. Ana Maria Smith Santos em criar o referido projeto de pesquisa surgiu a partir da construção de sua tese de doutorado em Antropologia pelo programa de Pós - Graduação em Antropologia - PPGA da Universidade Federal do Pará (2019), com o título “Mulheres Idosas Entre Bordas e Agências: Migração, Política Pública de Assistência Social e Sociabilidade”. Para a autora, o projeto de pesquisa veio não só de ter percebido a necessidade de continuar a pesquisa sobre uma questão mencionada na tese, como também veio trazer reflexões numa tentativa de buscar uma resposta social à uma problemática identificada na tese.

“Identificar os impactos da precariedade da política de saneamento básico através das dificuldades narradas”; “Compreender o entendimento do público alvo da pesquisa sobre a política de saneamento básico e sua opinião a respeito das dificuldades enfrentadas”.

Inicialmente, propôs-se as duas problemáticas: Quais os impactos da precariedade do saneamento básico na vida de mulheres idosas após a Covid-19 em Breves-PA? Quais as incidências negativas da ineficiência da política de saneamento básico no cotidiano das mulheres idosas do bairro Aeroporto, em Breves-PA?, Tendo como meta alcançar o quantitativo de 20 mulheres idosas que residem no bairro escolhido para realizar a pesquisa de campo e frequentam as atividades do CCFV-Aeroporto. Além disso, vale ressaltar que a presente pesquisa foi construída a partir de uma abordagem interdisciplinar, haja vista se utilizar de dados, informações, pesquisas e notícias produzidos por diferentes áreas do conhecimento.

Ao longo do Estágio I, na Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA, foram realizadas as primeiras investigações concretas sobre a dificuldade de acesso à água enfrentadas por mulheres idosas em Breves-PA, concomitante às ações desenvolvidas pelo projeto de pesquisa mencionado anteriormente, contudo, ainda de modo ampliado. Para ter a possibilidade de conhecer a realidade das mulheres idosas do bairro Aeroporto do município de Breves-Marajó (PA), optou-se por desenvolver o estágio curricular obrigatório II e III no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do bairro Aeroporto-CCFV (inserida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV), instituição pertencente a política de assistência social, referente a proteção social básica.

Desenvolveu-se pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com recorte no bairro Aeroporto, tendo como interlocutoras da pesquisa as mulheres idosas que frequentam o CCFV. Desta feita, este texto está dividido em três capítulos, além de introdução, resumo e considerações finais.

O primeiro capítulo intitulado *A política pública de saneamento básico no Brasil: história e definições*, subdividido em três tópicos: *Como surgiu o entendimento de modelo de saneamento básico?*; *Saneamento básico no Brasil e Idosas brasileiras e o saneamento básico: breves reflexões de gênero*, faz o esforço de contextualizar o que é o saneamento básico, os serviços derivados dessa política pública a nível de Brasil, demarcando a especificidade do município de Breves no Marajó e refletir sobre a relação da mulher com o saneamento básico.

O segundo capítulo chamado de *Marcos legais e responsabilidade governamental no saneamento*, subdividido em dois tópicos: *Saneamento básico e as três esferas*

governamentais e A assistência social e o saneamento básico: caminhos trilhados para executar a pesquisa, responsável por expor as principais competências legais do Governo Federal brasileiro; Estadual Paraense e Municipal Brevense acerca da política de saneamento básico. Além de explicar o motivo de ter desenvolvido a pesquisa de campo sobre a referida política pública dentro de uma instituição que faz parte da política de assistência social do município de Breves-PA.

O terceiro e último capítulo nomeado de *Idosas marajoaras e a relação com a política de saneamento básico no bairro Aeroporto em Breves (PA)*, subdividido em três tópicos: *O método e a natureza desta pesquisa; Locus da pesquisa e o público envolvido e Resultados da pesquisa de campo*, para tentar explicar quais foram as metodologias escolhidas e utilizadas, bem como expor a especificidade local da problemática discutida ao apresentar os resultados da pesquisa de campo, pois aqui se propõe descrever a razão de ser dessa pesquisa, o porquê esse tema, o como acontece, quem falou e de que forma vem ocorrendo inúmeras situações de descaso com a população idosa marajoara usuária dos serviços de saneamento básico no bairro Aeroporto.

Por meio de observação empírica foi possível identificar que algumas pessoas não conhecem a política de saneamento básico, outras possuem dificuldade de entender o que seria o saneamento em si, pois apesar de ser de suma importância para a população em geral, ter se constituído enquanto política pública reconhecida em todas as esferas governamentais e estar presente ou ausente no cotidiano da vida urbana, ocorre que nos ambientes frequentados pela população em massa pouco se fala a respeito. Desse modo, a população em geral não consegue identificar a falta de água, de esgoto nas ruas, de coleta e manejo adequado do lixo urbano como uma demanda coletiva, não compreendendo que na verdade se trata de uma falha na execução de uma política pública.

Não sou a primeira a falar sobre os serviços inerentes a política de saneamento básico no município de Breves, Anjos (2014) fala sobre a política urbana e sua relação com a saúde. Traz dados sobre os impactos da falta de saneamento básico na localidade, junto aos dados obtidos por meio de pesquisa de campo, realizada em 2014 (descritiva e exploratória), em que teve como recorte o bairro Jardim Tropical, alcançando dezesseis famílias; sem estabelecer critérios quanto ao sexo, cor, idade ou etnia. Traçou um debate importante sobre a trajetória histórica do saneamento, o direito à cidade, à habitação, à saúde pública e as demais políticas públicas essenciais a qualidade de vida da população. Discorre de modo expositivo sobre os dados obtidos em campo, isto é, as impressões do autor em relação a realidade da população, articulando-a aos dados ampliados obtidos na pesquisa bibliográfica sobre a cidade.

Santos e Silva (2015) falam da importância da política urbana, traçando o contexto histórico de constituição da categoria espaço urbano, sua relação com as demais políticas públicas e o papel dos movimentos sociais na luta pela efetivação dos direitos da população. Trazem a história de luta e formação dos movimentos sociais desde a ditadura militar até os dias atuais; caracterizam o município de Breves, realizam a pesquisa de campo em 2015 junto a população e descrevem os resultados obtidos das entrevistas com vinte moradores dos bairros Jardim Tropical e Santa Cruz, integrantes dos movimentos sociais locais, assistente social do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS de um dos bairros mencionados e um vereador.

A abordagem de Santos e Silva (2015) contempla pesquisa bibliográfica e documental fazendo uso do método dialético. Nesse contexto, demarcam a história, a importância, as conquistas locais e o que as pessoas pensam dos movimentos sociais da cidade; a falta de saneamento básico, os problemas habitacionais e o descaso estatal; descrevem a pesquisa de campo a partir dos dados obtidos e das impressões das autoras.

Nesse sentido, esse trabalho não se propõe a esgotar todas as problemáticas decorrentes da precarização dos serviços públicos que envolvem a política de saneamento básico, mas se coloca como ponto de partida para refletir junto a esse grupo social, buscando compreender parte daquilo que é enfrentado pelas mulheres idosas marajoaras no cotidiano de suas residências para ter acesso a serviços essenciais a qualidade de vida da população em geral.

No presente trabalho tem-se a intenção de acrescentar a especificidade do saneamento básico no município de Breves, tendo como recorte o bairro Aeroporto, a partir das vivências das mulheres idosas que frequentam o CCFV-Aeroporto. Se faz necessário compreender a intersecção de gênero e classe envolvida na problemática, bem como os impactos na vida das mulheres idosas que não são cobertas pelas políticas públicas.

Além disso, pretende-se apresentar de modo reflexivo os dados da realidade vivenciada pelas idosas brevesenses que residem no bairro Aeroporto, identificados por meio da pesquisa empírica, para assim, expor o olhar da pesquisadora junto aos dados ampliados obtidos do saneamento no município, considerando também de suma importância a presença da opinião do público alvo sobre a ineficiência da referida política pública, com trechos dos relatos obtidos que expressem a opinião das idosas marajoaras envolvidos na construção dessa pesquisa.

Apesar dos aparatos legais que regulamentam a sua existência e implementação em âmbito nacional, o município não oferta nem metade dos serviços necessários, ocasionando a

precarização da política pública e a ineficiência dos serviços prestados à população idosa marajoara residente no bairro pesquisado. Desta feita, as mulheres idosas estão sendo prejudicadas em vários aspectos de sua vida, desde sua saúde física e psicológica até ao quesito renda, tempo, além dos reflexos da falta de saneamento incidindo sobre seus descendentes.

CAPÍTULO I - A POLÍTICA PÚBLICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: HISTÓRIA E DEFINIÇÕES

O saneamento básico é essencial para a manutenção e reprodução da vida humana em todos os ambientes onde existam pessoas. Nas áreas urbanas, onde concentram-se elevado número de pessoas, são necessários os serviços de abastecimento de água, coleta de resíduos sólidos, manejo de águas pluviais e esgotamento sanitário para ter qualidade de vida e prevenir a proliferação de doenças infecciosas relacionadas a precariedade ou inexistência da política de saneamento básico.

Dito isto, neste capítulo apresenta-se uma conceituação do que é o saneamento básico, os serviços derivados dessa política pública a nível de Brasil, demarcando a especificidade do município de Breves no Marajó. Além disso, refletir sobre a relação da mulher com o saneamento básico, considerando como interlocutoras deste trabalho as idosas marajoaras residentes no bairro Aeroporto.

1.1 Como surgiu o entendimento de modelo de saneamento básico?

O saneamento básico é uma política pública reconhecida legalmente a nível Federal, Estadual e Municipal enquanto prestação de serviços à população urbana. Segundo a lei 11.445 de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para a referida política, conceituando-a conforme descrito no trecho seguinte:

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - Saneamento básico: conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e seus instrumentos de medição; (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até sua destinação final para produção de água ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente; (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: constituídos pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais de coleta, varrição manual e mecanizada, asseio e conservação urbana, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana; (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020)

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: constituídos pelas atividades, pela infraestrutura e pelas instalações operacionais de drenagem de águas pluviais, transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas, contempladas a limpeza e a fiscalização preventiva das redes; (BRASIL, 2007).

A política de saneamento básico oferta os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais, sendo sua existência no meio urbano de suma importância para ofertar qualidade de vida a população, ao executar os serviços públicos com qualidade, evitando a proliferação de doenças decorrentes da má higienização dos ambientes, rios e principalmente, o fornecimento as famílias de uma água potável (TRATA BRASIL, 2018).

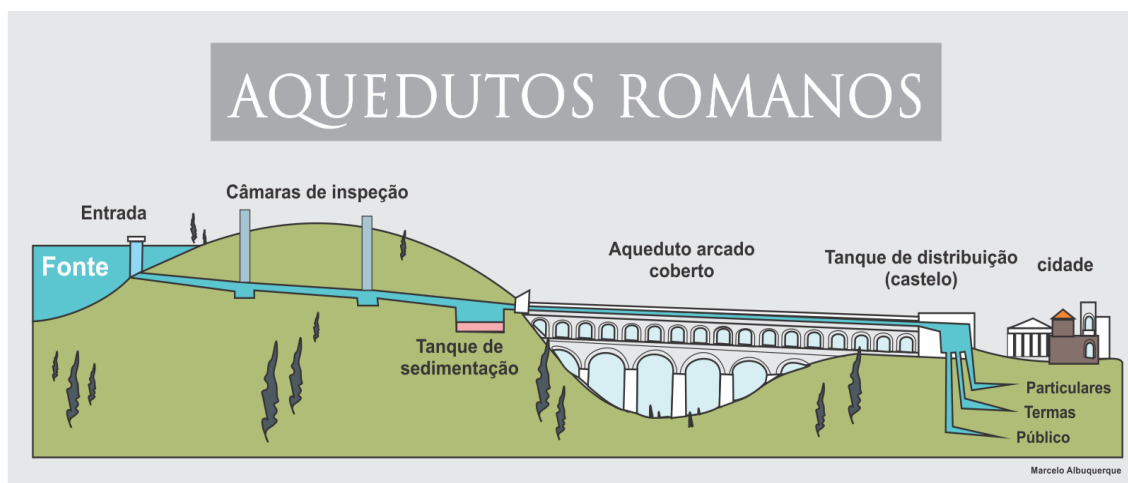
As preocupações com as condições de saúde pública já existiam muito antes de conceituar os serviços públicos realizados como política de saneamento básico. De acordo com Brasil (2004) o saneamento se desenvolveu conforme a evolução das civilizações, ora com avanços, ora com retrocessos, por exemplo: houve uma população na Índia que já utilizava banheiros, esgotos e drenagem nas ruas há cerca de 4.000 anos; a própria bíblia traz trechos informativos relacionados ao cuidado com os poços e a necessidade de higienização adequada para evitar a proliferação de certas doenças da época.

Das práticas sanitárias coletivas mais marcantes na antiguidade podemos citar a construção de aquedutos, banhos públicos, termas e esgotos romanos, tendo como símbolo histórico a conhecida Cloaca Máxima de Roma.

Entretanto, a falta de difusão dos conhecimentos de saneamento levou os povos a um retrocesso, originando o pouco uso da água durante a Idade Média, quando o *per capita* de certas cidades Europeias chegou a um litro por habitante/dia. Nessa época, houve uma queda nas conquistas sanitárias e conseqüentemente sucessivas epidemias. Quadro característico desse período é o lançamento de dejeções na rua. Cumpre assinalar, todavia, nessa ocasião, a construção de aquedutos pelos mouros, o reparo do aqueduto de Sevilha em 1235, a construção do aqueduto de Londres com o emprego de alvenaria e chumbo e, em 1183, o abastecimento inicial de água em Paris (BRASIL, 2004, p. 9-10).

Os aquedutos foram essenciais para suprir as necessidades de disponibilidade de água para as populações realizarem desde as necessidades básicas domésticas, até a chegada do líquido as plantações e as produções de animais, inclusive os monumentos existem até hoje. Conforme é possível observar nas figuras abaixo:

Figura 1- Representação de como funcionava os aquedutos romanos



Fonte: ARTE E CULTURA, 2017.

A Figura 1 demonstra como funciona o processo de deslocamento da água da fonte para a cidade onde se necessita abastecer, sendo moldado de acordo com as características do local onde o aqueduto precisa passar até cumprir a finalidade para a qual foi projetado. A figura é meramente ilustrativa, para facilitar o entendimento das pessoas em relação ao que seriam os aquedutos e a forma como eram construídos.

Na Figura 2 é possível identificar um aqueduto romano, construído com cimento vulcânico, tijolos e pedras, demonstrando o avanço e a força da tecnologia da época, pois o monumento resiste até hoje, localizado na Segóvia (Espanha)².

Figura 2 - Aqueduto de Segóvia



Fonte: CASA VOGUE GLOBO, 2012.

Figura 3 - Aqueduto no Sul da França



Fonte: JW.ORG, 2014.

Na figura 3 temos o aqueduto A Pont Du Gard, criado para abastecer a cidade de Nimes, no sul da França, sendo um dos pontos turísticos mais visitados de Roma³. Essas

² Informação disponível em: <<https://www.tabonfils.com/famosos-aquedutos-romanos/>>. Acesso em: 08 de out. 2022.

³ Informação Disponível em: <<https://www.acamminare.com/pont-du-gard-aqueduto-romano-atracao-sul-da-franca/>>. Acesso em 08 de out. 2022.

medidas configuravam as primeiras estratégias bem-sucedidas de ações que com o avanço tecnológico, teórico e prático gestaram os primeiros passos rumo a um futuro conceito de saneamento básico.

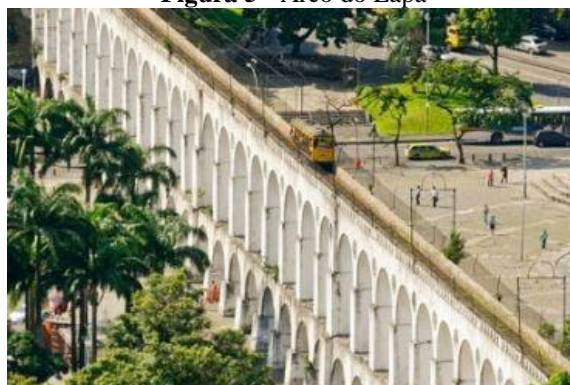
Enquanto que, no início do século XIX não existia no Brasil a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, por volta de 1673 foi iniciada a construção do primeiro aqueduto carioca para a Fonte da Carioca, chamados de Arcos da Lapa, sendo uma das primeiras estratégias de distribuição pública de água. Com o tempo, passou a servir de viaduto para bondes de ferro, conforme exposto nas figuras 4 e 5 (atuais) abaixo (BRASIL, 2021).

Figura 4 - Arco da Lapa



Fonte: DREAMSTIME, [s.d.].

Figura 5 - Arco do Lapa



Fonte: GUIA DA SEMANA, 2012.

A Europa e os Estados Unidos desenvolveram as modalidades de abastecimento de água e esgoto por meio de tubulações. Assim, o Brasil se inspirou e começou a desenvolver projetos semelhantes, a partir do final do século XIX, sendo uma água não tratada e com prioridade nos centros urbanos onde se concentravam as atividades econômicas (BRASIL, 2021).

A preocupação com os esgotos foi anterior a relacionada aos resíduos sólidos, pois as pessoas demoraram para pensar no que fazer com os resíduos descartados nas áreas urbanas, sendo comum reutilizar os restos domésticos por caseiros da zona rural que recolhiam para alimentar porcos e adubar hortas. Somente a partir da independência do Brasil em 1822 desenvolveu-se a coleta de lixo domiciliar com carroças puxadas por animais ou por negros escravizados. Em 1865 surgiu o lixão da Ilha de Sapucaia no Rio de Janeiro, com queima de materiais e disposição a céu aberto (BRASIL, 2021).

A ausência de uma infraestrutura sanitária de qualidade no período de 1830 a 1850 resultou no surgimento de diversas epidemias letais, grande parte delas causadas por doenças de veiculação hídrica. A situação foi contornada com a comercialização da

água, que deixou de ser um bem público para ser um bem econômico por decisão dos gestores da época. Nesse cenário surge, pela primeira vez, certa organização dos serviços de saneamento básico e a tendência das províncias foi conceder tais serviços para empresas estrangeiras. Todavia, o surgimento ainda mais intenso de epidemias de tifo, febre amarela, varíola e peste bubônica consolidou a ineficiência absoluta dos serviços de concessão de saneamento (BRASIL, 2021, p. 15).

A importância do saneamento básico começou a ser notada pelos estudiosos da época, sendo uma demanda coletiva que precisava ser respondida pelo Estado, para frear as epidemias decorrentes da má qualidade de vida da população urbana. Nesse contexto, após inúmeras revoluções, lutas e reivindicações populares veio a conquista brasileira da constituição Cidadã, a Constituição Federal de 1988 (CF 1988) e sua amplitude de direitos sociais e políticos tanto individuais quanto coletivos.

Em 1992 ocorreu a Conferência do Rio (ECO-92), sendo uma reunião de diversos países com o objetivo de refletir/criar propostas a partir do relatório *Nosso Futuro Comum*, produzido 1987 pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente (criada pela Organização das Nações Unidas-ONU). Desse encontro, surgiu a *Agenda 21*, “assinada pelos governantes dos países participantes, onde ratificam o compromisso de adotar um conjunto de atividades e procedimentos que, no presente, melhorarão a qualidade de vida do planeta [...]” (BRASIL, 2004, p. 13).

Essa Agenda 21 demarcava a importância da participação coletiva nas discussões acerca de pensar estratégias para se implementar ações ligadas ao saneamento, reforçando o papel das três esferas governamentais, nesse processo de construção de ações capazes de melhorar a qualidade de vida da população e respeito ao meio ambiente. Assim, formando-se o conceito de saneamento ambiental,

É o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar Salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural (BRASIL, 2004, p. 14).

As discussões que retratavam as reflexões sobre o saneamento urbano ultrapassavam as preocupações com o meio ambiente, aproximando o debate dos estudos em saúde pública, que identificaram a proliferação de doenças epidemiológicas, devido as péssimas condições de higiene, sanitárias e da produção de lixo pela população urbana. Segundo informações disponibilizadas pela Fundação Nacional de Saúde-FUNASA,

A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia

que com mais de quatro bilhões de casos por ano, é a doença que aflige a humanidade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento.

Mais de um bilhão dos habitantes da Terra não tem acesso a habitação segura e a serviços básicos, embora todo ser humano tenha direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

No Brasil as doenças resultantes da falta ou inadequação do saneamento, especialmente em áreas pobres, têm agravado o quadro epidemiológico. Males como a cólera, dengue, esquistossomose e leptospirose são exemplos disso (BRASIL, 2004, p. 10).

No ano de 2004 as doenças mais comuns decorrentes da falta de saneamento básico eram a cólera, leptospirose, dengue, sendo acrescentadas outras com o tempo, devido a persistência da fragilidade da política pública em universalizar ações que ampliassem a execução adequada da referida política.

O avanço no debate e nas estratégias práticas de ações voltadas para a realidade de cada cidade promoveu um amadurecimento no conceito de saneamento. O Instituto Trata Brasil é uma Organização da Sociedade Civil de interesse público e realiza pesquisas sobre a temática discutida, sendo umas das principais referências utilizadas na elaboração deste trabalho (TRATA BRASIL, 2019). A instituição utiliza o seguinte conceito:

Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição e definido pela Lei nº. 11.445/2007 como o conjunto dos serviços, infraestrutura e Instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e de águas pluviais.

Embora atualmente se use no Brasil o conceito de Saneamento Ambiental como sendo os 4 serviços citados acima, o mais comum é o saneamento seja visto como sendo os serviços de acesso à água potável, à coleta e ao tratamento dos esgotos (TRATA BRASIL, 2019)⁴.

O instituto entende que saneamento é um conceito que abrange a prestação de vários serviços, sendo tratado também como saneamento ambiental, como algo mais amplo, entretanto, tende-se comumente a tratar sobre saneamento com enfoque nos temas água, coleta de lixo e esgoto sanitário. Nesse sentido, Kronemberger *et al.* (2011, p. 1) explicam a diferença entre os termos

Saneamento ambiental abrange aspectos que vão além do saneamento básico, englobando o abastecimento de água potável, a coleta, o tratamento e a disposição final dos esgotos e dos resíduos sólidos e gasosos, os demais serviços de limpeza urbana, a drenagem urbana, o controle ambiental de vetores e reservatórios de doenças, a disciplina da ocupação e de uso da terra e obras especializadas para proteção e melhoria das condições de vida [...].

⁴ Informação disponível em: < <https://tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento/>>. Acesso em: 09 de out. 2022.

Desse modo, saneamento ambiental compreende as ações de modo amplo voltadas para a preservação da natureza e da qualidade de vida da população de maneira sustentável, com o intuito de prevenir doenças e amenizar os impactos ambientais decorrentes das práticas humanas de extração dos recursos naturais e produção de dejetos líquido, sólidos e gasosos de conteúdo degradante.

Esse trabalho se propõe a utilizar o conceito de saneamento básico presente no início deste capítulo, disposto na Lei de 11.445 de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para a política de saneamento básico, com recorte nos quatro tipos de serviços: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

O abastecimento de água potável é o primeiro ponto a ser compreendido, sendo que

A água potável é a água própria para o consumo humano. Para ser assim considerada, ela deve atender aos padrões de potabilidade. Se ela contém substâncias que desrespeitam estes padrões, ela é considerada imprópria para o consumo humano. As substâncias que indicam esta poluição por matéria orgânica são compostos nitrogenados, oxigênio consumido e cloretos (RIBEIRO; ROOKE, 2010, p. 8).

Todo ser humano precisa de água para sobreviver, ela satisfaz as necessidades vitais, está presente em condições elevadas nos seres vivos chegando a atingir 75% do peso corporal (BRASIL, 2004). No dia 28 de julho de 2010, depois de votação na Assembleia Geral das Nações Unidas, a Resolução A/RES/64/292 “declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente da vida e todos os outros direitos humanos” (ONU, 2005-2015, p. 1).

Compete ao Estado se responsabilizar pela prestação dos serviços necessários ao fornecimento de água, o qual utiliza sistemas de abastecimento de água, sendo este conceituado da seguinte forma:

Sistema de abastecimento de água para consumo humano é a instalação composta por conjunto de obras civis, materiais e equipamentos destinados à produção e à distribuição canalizada da água potável para populações, sob a responsabilidade do poder público, mesmo que administrada em regime de concessão ou permissão (BRASIL, 2004, p. 56).

Um sistema de abastecimento de água precisa possuir: a) Manancial: fonte de onde se retira a água; b) Captação: equipamentos e instalações para trazer a água do manancial; c) Adução: transporte do líquido do manancial para a estação onde será realizado o tratamento de água ou a reserva da água; d) Tratamento: assegurar a qualidade física, química, bacteriológica e organoléptica da água, assegurando a potabilidade; além disso, os

equipamentos necessários para a distribuição para os usuários dos serviços (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

O esgotamento sanitário são as obras, instalações e projetos direcionados para a coleta, transporte, tratamento, afastamento e disposição final de águas residuais, de modo adequado. “O sistema de esgotos existe para afastar a possibilidade de contato de dejetos humanos com a população, com as águas de abastecimento, com vetores de doenças e alimentos” (RIBEIRO; ROOKE, 2010, p. 10).

O esgoto doméstico é aquele oriundo de banheiros, pias e demais dispersões de água utilizada para higienizar os ambientes, assim como o esgoto de fábricas que além dos resíduos, excreções e demais resíduos simples, pode conter material tóxico, corrosivo e degradante para a saúde das pessoas e do meio ambiente. O descarte adequado por meio do esgotamento sanitário e o tratamento correto preserva o solo, os rios e o ar, não interferindo no funcionamento dos ecossistemas.

A limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos são os serviços de coleta de materiais descartados pelas pessoas, empresas, instituições hospitalares e outras, sendo necessário manejo adequado de cada tipo de resíduo, com o intuito de evitar “a poluição do ar, das águas, do solo, estética, bem como promover impactos negativos sobre a fauna e flora dos ecossistemas locais” (BRASIL, 2021, p. 106).

Conforme Brasil (2021), as pessoas tendem a chamar de lixo tudo o que descartam, por já ter sido utilizado, entretanto, nem tudo o que vai para a lixeira é sem valor ou inutilizável, pois, o simples fato de “jogar fora” em qualquer lugar executado por uma única pessoa, se repetido por todos os habitantes do planeta, pode ser catastrófico quando se fala de saúde pública e degradação ambiental.

Ao falar de resíduos sólidos é importante refletir sobre o conceito dessa categoria, pois não se trata somente de produção de lixo doméstico, mas abrange a produção de resíduos do ambiente onde existe uma dada sociedade de consumo e descarte.

[...] a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2004) define resíduos sólidos como aqueles, nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nessa definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e esgotos, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível. Embora lixo e resíduos pareçam sinônimos, a palavra lixo tem o poder de anular o valor daquilo que nomear, mas nem tudo que é considerado lixo é algo sem valor. Ao conceito de resíduos sólidos não são incorporadas palavras que indiquem inutilidade ou a falta de valor das coisas, isso porque os resíduos ainda podem ter alguma utilidade (BRASIL, 2021, p. 105).

Para realizar de modo adequado a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos existem as diretrizes formuladas na Política Nacional de Resíduos Sólidos-PNRS (Lei Federal nº 12.305/2010), com o objetivo de acompanhar a produção de resíduos e tentar “reduzi-la, podendo-se reutilizar, reciclar, tratar os resíduos sólidos e, por fim, quando esgotadas todas essas alternativas, realizar a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”, com as infinitas estratégias de reciclagem desenvolvidas (BRASIL, 2021).

A drenagem e manejo das águas pluviais urbanas compreendem aos serviços de

[...] coleta, o escoamento e a drenagem das águas das chuvas por equipamentos urbanos compostos por redes de drenagem subterrânea e superficial, bueiros, bocas de lobo, sarjetas, dispositivos dissipadores de energia e controle de vazão, e a posterior disposição dos efluentes em pontos de lançamento ou corpos receptores que o objetivam o escoamento rápido das águas por ocasião das chuvas, prevenindo inundações, visando à segurança e à saúde da população, além de permitir a ampliação do sistema viário (KRONEMBERGER *et al.*, 2011, p. 1).

O rápido escoamento da água e as estruturas adequada de manejo e corrente para os canais próprios além de prevenir inundações, evita o acúmulo de poças e proliferação de mosquitos transmissores de doenças como a dengue, febre amarela, malária, leishmaniose. Nesse momento se faz importante o trabalho municipal e estadual, para assegurar um asfalto urbano de qualidade, com vias subterrâneas capazes de escoar a água (KRONEMBERGER *et al.*, 2011).

1.2 Saneamento básico no Brasil

De acordo com o explícito na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” (BRASIL, 1988). Além disso, no

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A implementação adequada da política de saneamento básico é uma forma de proporcionar qualidade de vida para o povo e cuidar do meio ambiente, de modo que as futuras gerações não sofram as consequências das degradações banalizadas na atualidade. O

acesso ao saneamento é um direito humano a manutenção vital, é investimento em saúde pública, que também é um direito constitucional conforme o

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

A falta de saneamento urbano reflete no aumento de usuários nos leitos das instituições que ofertam os serviços de saúde, portanto, cabe ao Estado desenvolver ações capazes de reduzir os riscos de adoecimentos, atuando na prevenção, proteção, promoção e recuperação como bem explicita o art. 196 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, o Brasil teve avanços no campo jurídico em relação a aquisição da Lei nº 1.445/07 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; a produção do 1º Plano Nacional de Saneamento Básico-PLANSAB criado em 2013, por meio do Decreto nº 8.141 de 20 de novembro de 2013, previsto na lei nº 11.445, devendo ser avaliado a cada ano e revisado após quatro anos⁵; além das legislações estaduais e municipais que competem a cada estado/município, assim como a responsabilidade pela produção do plano municipal da política de saneamento básico local. A seguir, será apresentado de forma resumida os princípios fundamentais para a prestação dos serviços de saneamento básico, com base na legislação descrita anteriormente:

- I - universalização e efetiva prestação do serviço;
- II – integralidade dos serviços, acesso conforme necessidade local e máxima eficácia nas ações e resultados;
- III - ações adequadas, pensando na saúde pública, na conservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
- IV- segurança da vida, do patrimônio público e privado;
- V- peculiaridades regionais;
- VI- articular com outras políticas públicas;
- VII- sustentabilidade econômica e eficiência;
- VIII- estimular a pesquisa, a tecnologia, considerando a renda dos usuários;
- IX- transparência nas informações e instituições;
- X- controle social;
- XI- qualidade, regularidade, continuidade e segurança;
- XII- gestão eficiente dos recursos hídricos;
- XIII- redução, controle e aproveitamento da água;
- XIV- serviços regionalizados, viabilização técnica, econômica e financeira;
- XV- seleção competitiva da prestadora dos serviços;
- XVI- prestação de abastecimento de água e esgotamento sanitário pela mesma instituição (BRASIL, 2007a).

⁵ Informação disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab>>. Acesso em: 12 out. 2022.

O saneamento básico é uma temática que se faz presente no cotidiano das pessoas, desde o fornecimento de água potável nas residências, o tratamento de esgoto nos bairros, a coleta e o destino da produção de resíduos sólidos até o manejo das águas pluviais urbanas. São serviços essenciais para a organização habitacional dos diferentes espaços, este trabalho terá como foco o espaço urbano.

1.3 Idosas brasileiras e o saneamento básico: breves reflexões de gênero

De acordo com Beauvoir (1967, p. 9-10) “NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher”, isto é, a definição de feminino não se justifica a destino biológico, psíquico, econômico, mas é uma concepção criada pela sociedade para diferenciar o “macho” da “fêmea”, utilizando-se da oposição hierarquizada. A criança apreende o universo por meio dos olhos e do tato. Até os 12 anos a menina apresenta o mesmo comportamento dos meninos em relação as capacidades intelectuais, mas sempre algum familiar ou conhecido está disponível a reforçar os papéis de gênero criados socialmente e imposto as pessoas desde a infância.

[...] mas é principalmente aos meninos que se recusam pouco a pouco beijos e carícias; quanto à menina, continuam a acariciá-la, permitem-lhe que viva grudada às saias da mãe, no colo do pai que lhe faz festas; vestem-na com roupas macias como beijos, são indulgentes com suas lágrimas e caprichos, penteiam-na com cuidado, divertem-se com seus trejeitos e seus coquetismos: contatos carniais e olhares complacentes protegem-na contra a angústia da solidão. Ao menino, ao contrário, proíbe-se até o coquetismo; suas manobras sedutoras, suas comédias aborrecem. 'Um homem não pede beijos. . . um homem não se olha no espelho. . . Um homem não chora', dizem-lhe. Querem que ele seja "um homenzinho"; é libertando-se dos adultos que ele conquista o sufrágio deles. Agrada se não demonstra que procura agradar (BEAUVOIR, 1967, p. 12).

A criação das meninas é diferente em certos aspectos, há situações em que os pais são mais compreensivos, protetores, carinhosos, cuidadosos e ensinam-na como deve “se comportar” de forma feminina. Diferente dos meninos, que são mais rígidos, cobram força, agilidade, independência, proibindo-o coquetismos, aborrecimentos e sentimentalismo, assim, ele ganha impulso para fazer suas escolhas, pois já é considerado um “homenzinho”.

Além disso, para ser mulher é preciso agradar o outro, não basta ser delicada e dócil, mas a sociedade exige mais do seu tempo, suas escolhas, inúmeras jornadas de trabalho não pago, pois há a necessidade de lhes tirar a autonomia, por isso tantas regras são impostas desde cedo, para demarcar os limites, os papéis de gênero, o seu “devido lugar”.

[...] na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu "ser-outro"; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 22).

Assim, são cotidianamente produzidos e reproduzidos nos diversos espaços institucionais os exemplos que reforçam a ideia de responsabilizá-la pelos cuidados com a casa, os filhos e os demais membros do convívio social e familiar. “A menina constata que o cuidado das crianças cabe à mãe, [...] dão-lhe bonecas para que tais riquezas assumam desde logo um aspecto tangível. Sua "vocação" é-lhe imperiosamente ditada” (BEAUVOIR, 1967, p. 24).

A partir do momento que a sociedade cria os respectivos papéis de gênero, cada época organiza suas leis, crenças e religião para reforçar os objetivos de organização social. A autora traz alguns exemplos dessas formas de opressão de gênero em diferentes sociedades remotas:

Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura. Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingar-se dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeiras dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. O Outro é a passividade em face da atividade, a diversidade que quebra a unidade, a matéria oposta à forma, a desordem que resiste à ordem. A mulher é, assim, votada ao Mal. "Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher", diz Pitágoras. As leis de Manu definem-na como um ser vil que convém manter escravizado. O Levítico assimila-a aos animais de carga que o patriarca possui. As leis de Sólon não lhe conferem nenhum direito. O código romano coloca-a sob tutela e proclama-lhe a "imbecilidade". O direito canônico considera-a a "porta do Diabo". O Corão trata-a com o mais absoluto desprezo (BEAUVOIR, 1970, p. 101).

Ser mulher em diferentes momentos e civilizações é um desafio, pois o homem, na maioria das vezes, independente de qual seja a época é favorecido, incentivado a ter autonomia, e tenta exercer o poder sobre a vida e os corpos femininos. Beauvoir (1970, p. 16) entende esse fenômeno como hostilidade gratuita, pois a sociedade tenta justificar as atrocidades realizadas em forma de opressão de gênero, mas são injustificáveis, e que na verdade “Legisladores, sacerdotes, filósofos, escritores e sábios empenharam-se em demonstrar que a condição subordinada da mulher era desejada no céu e proveitosa à terra”.

Michelle Perrot (2007) se esforçou para escrever a história das mulheres em seu conjunto, abrangendo um longo período de aproximadamente 30 anos, considerando sua

experiência vivida. Seu interesse pelo tema surgiu em 1970 ao conviver com alguns movimentos sociais e atos em defesa das mulheres dentro da universidade. Ao notar a escassez de material sobre a temática, após seu doutorado, resolveu começar a tomar iniciativas em relação a tema.

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo. Entre os gregos é a *stasis*, a desordem. Sua fala em público é indecente. “Que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão”. Elas devem pagar por sua falta num silêncio eterno (PERROT, 2007, p. 16).

A autora relata que até o corpo das mulheres amedronta, por isso deve ser coberto com véu; os homens possuem sobrenomes e são transmitidos, as mulheres não, apenas tem um nome. “[...] As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. [...]”. Ao longo do desenrolar da história, fala-se mais dos santos que das santas, enquanto eles viajam, evangelizam, agem, elas rezam e preservam a sua virgindade, “é preciso ser piedosa ou escandalosa para existir” (PERROT, 2007, p. 17-18).

A autora relata que na Idade Média e na Idade Moderna a taxa de mortalidade feminina era maior do que a dos homens, a principal causa era a morte no parto, pois a preferência era salvar a criança, em detrimento da mãe. A situação melhorou para as mulheres após os avanços da obstetrícia e a ginecologia.

Começamos pelo começo, pelo nascimento: a menina é menos desejada, anunciar: “É um menino” é mais glorioso do que dizer: “É uma menina”, em razão do valor diferente atribuído aos sexos”. Nos campos de antigamente, os sinos soavam por menos tempo para o batismo de uma menina, como também soavam menos para o enterro de uma mulher, O mundo sonoro é sexuado. O infanticídio das meninas é uma prática muito antiga, que perdura maciçamente na Índia e principalmente na China, por causa da limitação eliminam-se as filhas (sendo atualmente mais através do aborto) até que se tenha um filho. Por causa disso, há uma falta de centenas de meninas. A tal ponto que as sociedades de obstetrícias e de ginecologia da Índia declararam em 1986 o “feticídio” feminino um “crime contra a humanidade[...]” (PERROT, 2007, p. 42).

Ao longo da história, ocorreram diversas atrocidades contra a vida e os corpos femininos, criadas a partir de cada cultura, utilizando-se de justificativas locais para ditar os papéis de gênero e a superioridade de um sexo em detrimento do outro, e isso engloba aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, ocasionando prejuízos a vida das mulheres.

Alvin Toffler (1980) realiza uma análise de diversos acontecimentos em diferentes momentos históricos, em seu livro “A Terceira Onda: A morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização”, a civilização foi dividida em três fases: agrícola, industrial e a atual. O texto não traz uma previsão do futuro, mas uma suposta ideia de possíveis acontecimentos, ligando isso à ideia de onda que não é nova, mas viabiliza a metafórica mudança de fatos sobrepostos a outros.

Para esse autor, a Primeira Onda começou por volta de 8000 a. C. até aproximadamente 1750 d.C., a sociedade era dividida em “primitivos” (coleta, caça, pesca) e “civilizados” (criavam raízes onde houvesse agricultura). Nas pessoas quem mandavam eram as terras, a base da economia, a divisão do trabalho era simples, com a imposição de castas que determinavam as posições sociais. A agricultura dominou o planeta, até a chegada do industrialismo com a fábrica de Willow Run e a produção de máquinas, eletrodomésticos, eletrônicos, remédios, enfim, greves.

A Primeira Onda ainda não tinha acabado no final do século XVII quando ocorreu a revolução industrial na Europa e desencadeou a Segunda grande Onda de mudança planetária, que teve seu ápice em por volta de 1955 nos Estados Unidos. A industrialização marchou rápido nas diversas nações e continentes, de forma que as mudanças ocorriam separadas e distintas acontecendo simultaneamente em velocidades diferentes.

A Segunda Onda abalou o sistema de distribuição antes lento e falho, aderindo a construção de estradas de ferro, rodovias e lojas enormes, havia chegado a tecnosfera industrial. Algumas inovações se faziam necessárias, as famílias adquiriram outra noção de propriedade, a educação muda de responsáveis, o papel da família (família nuclear- pais e filhos sem nenhum estorvo a mais) já não é acolher a todos como antes, a prioridade torna-se o trabalho, quanto menor a família e imóvel é melhor para o sistema vigente, as crianças eram ensinadas e enviadas à vida das fábricas, pois o papel da escola era disciplinar e preparar esses jovens para aderirem ao padrão das fábricas no mercado de trabalho.

Em meio a turbulentas mudanças ocasionadas pela Segunda Onda, ocorre o fenômeno conceituado por Toffler (1980) de cisão sexual, a separação de produtor e consumidor, gerando impactos na vida familiar. Pois, na primeira onda o trabalho nas sociedades agrícolas era realizado nos campos, no lar, todos os membros familiares participavam de forma igualmente valorizada, de modo primitivo e níveis baixos de interdependências, sendo a produção voltada para o consumo nas aldeias ou fazendas. Na segunda onda o trabalho do campo é transferido para as fábricas, houve a modernização das formas de trabalho, contudo, em um único lugar as formas de trabalho continuaram as mesmas, no domicílio.

O trabalho doméstico continuava uma atividade de baixa interdependência, “a-dona-de-casa continuava, como sempre, a realizar uma série de funções econômicas cruciais. Ela “produzia”. Mas produzia para o setor A - para uso da própria família - não para o mercado” (TOFFLER, 1980, p. 57). Assim, o autor explica que

Enquanto o marido, em geral, saía para fazer o trabalho econômico direto, a mulher geralmente ficava em casa para fazer o trabalho econômico indireto. O homem assumia a responsabilidade da forma historicamente mais avançada de trabalho; a mulher era deixada atrás para dar conta da forma mais antiga, mais atrasada de trabalho. Ele avançava, por assim dizer, para o futuro; ela permanecia no passado (TOFFLER, 1980, p. 57).

Para o autor, esse foi um momento fortalecedor dos estereótipos de que os homens são objetivos, para assumir os desafios do mundo lá fora, enquanto as mulheres eram preparadas para ser donas de casa, mães, taxadas como subjetivas, sendo consideradas incapazes para a racionalidade, pensamento analítico e situações objetivas.

Para Angela Davis (2016) existe uma diferença entre as demandas postas pelas mulheres brancas e pelas mulheres negras relacionada a intersecção de raça e classe, oprimindo com maior intensidade e violência a população negra feminina. Enquanto as mulheres europeias brancas lutavam para ter direito de participar do mercado de trabalho, isto é, do ambiente público, votar e ir além do seu papel socialmente imposto de “dona de casa”, as mulheres negras sempre trabalharam, sem distinção de gênero desde o período escravagista, quando a sociedade criou mitos e estratégias ideológicas que “justificassem” a desumanização imposta a essas populações. A autora relata como eram tratados os escravos antes e após a luta pela abolição do sistema escravagista nos Estados Unidos, bem como as formas criadas pelos capitalistas para não quebrar as correntes da servidão. Assim, ao mesmo tempo em que aumentava a resistência por liberdade, a sociedade alimentava o racismo nos diversos espaços sociais.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas[9]. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 24).

Tanto os homens quanto as mulheres escravizadas trabalhavam em lavouras, fazendas e outras atividades, os negros eram tratados como mercadorias, portanto, não havia distinção de gênero ou diferenciação nas imposições de trabalhos forçados e opressão entre ambos os sexos. O tratamento era diferente quando ocorriam punições, as mulheres negras eram

abusadas, estupradas e violadas de todas as formas inimagináveis, pois a intenção dos homens brancos era de reduzi-las a sua “mera condição de fêmea”. Somente com as primeiras ações voltadas para a abolição do tráfico internacional de escravos que a reprodução foi utilizada estrategicamente, para que a produção de algodão não fosse prejudicada, os proprietários apostavam na reprodução natural para repor e ampliar o número de escravos em suas fazendas, contudo, não eram vistas como mães, mas como reprodutoras, objeto de geração de lucro e seu valor financeiro era atribuído de acordo com a sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016).

[...] À medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente [...] (DAVIS, 2016, p. 30).

Nos Estados Unidos, o trabalho doméstico era desenvolvido pelas escravas ou mulheres pobres imigrantes que não tinham outra forma de subsistência, pois as mulheres brancas de classe média não aceitavam realizar esse tipo de atividade. Uma de suas principais bandeiras de luta das mulheres brancas era o sufrágio feminino, para ir além de ser somente “dona de casa”, que apesar de possuírem instrução formal, eram subjugadas as vontades dos maridos e impedidas de votar ou se quer participar de qualquer tipo de evento público com direito a fala. Apesar dos pequenos passos rumo a libertação da população negra da escravidão, a convivência com as pessoas brancas não foi fácil, pois assassinatos, chacinas, encarceramentos injustificados, mutilações e situações de trabalho análogas à escravidão tornaram-se cotidianas (DAVIS, 2016).

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza. Nas outras regiões, as brancas que trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes europeias que, como suas irmãs ex-escravas, eram obrigadas a aceitar qualquer emprego que conseguissem encontrar (DAVIS, 2016, p. 105-106).

Apesar de as mulheres negras serem formalmente trabalhadoras empregadas domésticas, as condições de trabalho eram iguais ou piores do que no sistema escravagista. Normalmente, residindo na casa dos patrões, ganhavam pouco dinheiro (isso quando recebiam o pagamento em dinheiro), sendo vigiadas, forçadas a trabalhar dia e noite, sem direito à educação, não poderiam sair de casa sem autorização ou comer a comida dos patrões, raramente chamadas pelo nome, sempre de sua preta, escrava e outras agressões verbais, além das punições físicas e dos abusos sexuais constantes na residência ou na rua por gangues racistas com aval dos tribunais e legislações que não puniam pessoas brancas e sempre condenavam os negros a pagar multas, ao cárcere ou qualquer outro tipo de condenação por situações sem qualquer justificativa plausível (DAVIS, 2016).

Nesse sentido, as mulheres não brancas estão sujeitas a enfrentar as diversas formas de preconceito decorrentes das intersecções de gênero, raça e classe, e isso tem raízes ligadas a forma como ocorreu as ocupações dos diferentes territórios, a dominação e imposição de certas civilizações sobre outras, aniquilando direitos, culturas, populações inteiras, manifestadas em atitudes desumanas de índole racista, xenofóbica, machista e outras.

Assim, são várias as “justificativas” impostas pela sociedade para delimitar os papéis de gênero⁶, isto é, “[...] idéias culturais que constroem imagens e expectativas a respeito de machos e fêmeas” (JOHNSON, 1997, p. 205), a maioria tem relação com o preconceito⁷ do machismo: “é o preconceito que exerce uma função social de dominação **dos homens sobre as mulheres**, inferiorizando-as com a finalidade de controlar comportamentos e subjugar sua existência, para que a apropriação do tempo, do corpo, do trabalho delas seja mais eficiente e lucrativa nessa sociedade” (CFESS, 2019, p. 7).

O machismo se reproduz com maior intensidade em meio ao patriarcado, um sistema de organização social que antecede o sistema capitalista⁸. Johnson (1997, p. 171) conceitua patriarquia como um sistema social no qual sociedades inteiras ou sistemas familiares são organizados a partir da ideia de domínio paterno. O pai não é um simples membro familiar,

⁶ O gênero é em geral definido em torno de idéias sobre traços de personalidade, masculina e feminina, e por tendências de comportamento que assumem formas opostas. Tomando como conjunto de traços e tendências, elas constituem a *feminilidade* e a *masculinidade*. A masculinidade costumeiramente inclui a agressividade, lógica, frieza emocional e dominação, ao passo que a feminilidade é associada à paz, intuição, expressividade emocional e submissão [...] (JOHNSON, 1997, p. 205).

⁷ O preconceito é sociologicamente importante porque fundamenta a discriminação, o tratamento desigual de indivíduos que pertencem a um grupo ou categoria particular. Quando o tratamento desigual toma forma de abuso, exploração e injustiça sistemáticos, então torna-se opressão social [...] (JOHNSON, 1997, p. 180).

⁸ O capitalismo é um sistema econômico surgido na Europa no século XVI e XVII. Do ponto de vista desenvolvido por Karl Marx, o capitalismo é organizado em torno do conceito de CAPITAL e da propriedade e controle dos meios de produção por indivíduos que empregam trabalhadores para produzir bens e serviços em troca de salário (JOHNSON, 1997, p. 29-30).

mas uma posição hierárquica, um status, sendo a patriarquia mais forte em sociedades onde a família é a instituição social principal na transmissão de riqueza, prestígio e poder as outras gerações.

No sistema capitalista o trabalho não pago realizado pelas mulheres dentro de casa é essencial para a manutenção e reprodução da sociabilidade vigente, sendo o trabalho doméstico feminino uma das formas de opressão de gênero quando a responsabilização recai sobre as meninas desde cedo, de ter que cuidar de irmãos menores, limpar, passar, cozinhar, enquanto os irmãos são poupados dessas funções e encorajados a investir em seus sonhos e em atividades fora do ambiente privado/doméstico.

Ao desenvolver o trabalho doméstico e os cuidados com a casa, a família e suas próprias necessidades humanas, as mulheres possuem maior contato com a água. Na falta dos serviços da política de saneamento básico, as mulheres sentem primeiro. Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Trata Brasil,

A falta de saneamento tem implicações imediatas sobre a saúde e qualidade de vida das mulheres que moram em áreas degradadas do ponto de vista ambiental. A falta de água tratada tem impacto direto sobre a saúde, principalmente das mulheres mais novas e das mais velhas, pois aumenta a incidência de infecções gastrointestinais. A carência de serviços de coleta e tratamento de esgoto, mesmo quando há o acesso a água tratada, é a causa de outra parte das infecções gastrointestinais e das doenças transmitidas por mosquitos e animais [...] (TRATA BRASIL, 2018, p. 25).

Desse modo, falar de saneamento básico considerando as especificidades dessa política na vida mulher, requer a identificação de algumas informações sobre o perfil da mulher brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD, em 2019 o número de mulheres registrado no Brasil foi maior do que de homens, sendo 51,8%, enquanto dos homens chega a 48,2%. A partir dos 25 anos, todas as faixas estariam possuem maior número de mulheres (IBGE, 2019a)⁹.

Segundo Dados do IBGE de 2017, cerca de 46,0% delas se autodeclararam pardas; 45,1% brancas; 8,0% pretas; 0,7% amarelas e 0,3% indígenas (TRATA BRASIL, 2018). Em 2019, os homens dedicaram cerca de 11h por semana com o trabalho doméstico e cuidados com familiares; as mulheres aproximadamente 21:30h. No mesmo ano, o salário em média mensal desse grupo foi de R\$ 1.985,00, daquele foi de R\$ 2.555,00, isto é, as mulheres brasileiras recebem cerca de 77,7% do valor pago aos homens no mercado de trabalho.

⁹Informações disponíveis em:<<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>>. Acesso em: 29 out. 2022.

Embora, a partir dos 25 anos, cerca de 19,4% de mulheres tenham o ensino superior completo, enquanto os homens 15,1% (IBGE, 2019-b)¹⁰.

O tempo com o “cuidado” é desigual, o salário no mercado de trabalho também, embora o grau de instrução das mulheres seja elevado e continua aumentando cada vez mais. Todas essas diversas expressões da desigualdade de gênero geram desgaste físico e mental, que ocasionam impactos negativos na qualidade de vida e no envelhecimento das mulheres. A mulher idosa enfrenta a desigualdade de gênero desde a infância até a velhice, sendo também mais cobrada quando se torna avó, pois recebe a tarefa de repassar as experiências com o “cuidado” para filhas e netas. Segundo o Estatuto da Pessoa Idosa, em seu Art. 1º, pessoa idosa é quem possui “idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003).

De acordo com o Instituto Trata Brasil, sobre o acesso à água por abastecimento em rede geral ainda no ano de 2017, constatou-se que “[...] uma em cada quatro mulheres ou não tinha acesso à água tratada ou não recebia água tratada com regularidade. Essa proporção alcançava quase uma em cada duas mulheres na região Norte e Nordeste do Brasil [...]” (TRATA BRASIL, 2018, p. 20). Um dos principais problemas da falta de esgoto sanitário são as moradias sem banheiro, no Norte brasileiro em 2019 cerca de 929 mil mulheres estão nessa situação, o equivalente a 36,5% do total nacional de mulheres em domicílios sem a existência de banheiros; além disso, 38,2% das mulheres brasileiras não dispõe de sistema de escoamento sanitário adequado, entre as mulheres com mais de 80 anos a inadequação alcançou 30,1% de pessoas (TRATA BRASIL, 2022).

Também conforme as estatísticas do DATASUS [Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil], foram registrados 4.809 óbitos em razão das infecções gastrointestinais em todo país em 2013. Desse total, 2.614 óbitos foram de mulheres (54,4% do total). Na maioria, esses óbitos ocorreram na população mais idosa, apesar do fato de essas enfermidades serem mais frequentes nas jovens: 73,7% das mortes foram em mulheres com mais de 60 anos, enquanto que 15,2% dos óbitos foram em meninas que tinham até 14 anos de idade (TRATA BRASIL, 2018, p. 30).

Apesar das enfermidades decorrentes da falta de saneamento básico afligirem com mais intensidade as mulheres mais jovens, o número de óbitos é maior quando se trata da população idosa, com 73,7% de mortes:

Em 2019, segundo dados da PNS [Pesquisa Nacional de Saúde] 1,668 milhão de pessoas indicaram ter se afastado de suas atividades rotineiras por motivo de diarreia ou vômito (infecções gastrointestinais presumíveis) e doenças transmissíveis por

¹⁰Informações disponíveis em: < <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>>. Acesso em: 29 out. 2022.

insetos. Desse total 1,012 milhão eram mulheres (ou 60,7% do total), e 656 mil eram homens (ou 39,3% do total) [...] (TRATA BRASIL, 2022, p. 36).

Desse modo, as mulheres são as mais prejudicadas na falta ou ineficiência da política de saneamento básico, o número de adoecimento superior ao dos homens demonstra a necessidade de se pensar em estratégias que viabilizem melhorias na execução da referida política, pois, saneamento é questão de saúde pública, é prevenção e proteção da qualidade de vida das brasileiras.

As regiões brasileiras com maior incidência de mulheres acamadas por doenças de veiculação hídrica foram Nordeste e Norte, sendo 128,7 e 127,9 casos a cada mil mulheres. Em 2019, o DATASUS registrou 2.733 óbitos por doenças de veiculação hídrica no país, 1.374 eram mulheres, cerca de 50,3% do total, “[...] três em cada quatro desses óbitos ocorreram na população mais idosa, apesar do fato de essas enfermidades serem mais frequentes nas jovens. Apenas 4,7% dos óbitos foram em meninas que tinham até 14 anos de idade” (TRATA BRASIL, 2022, p. 42).

No mesmo ano, de acordo com a PNS 3,543 milhões se afastaram de suas atividades rotineiras por doenças respiratórias, 2,091 eram mulheres, cerca de 59,0% do total e 1,453 milhões de homens, correspondendo a 41,0%. A região Norte do Brasil teve taxas elevadas, “[...] seis dos sete estados do Norte tiveram índices superiores a 500 casos por mil mulheres [...]”. Segundo o DATASUS ocorreram 61 mil óbitos por doenças respiratórias, 29.497 foram mulheres (cerca de 48,4% do total), menos do que os homens, contudo, 85,5% dos óbitos afligiu a população idosa feminina (pessoas com idade igual ou superior a 60 anos) (TRATA BRASIL, 2022, p. 46).

Nesse sentido, falar de saneamento básico é compreender que a falta ou ineficiência dessa política pública é capaz de gerar inúmeros impactos na vida da mulher idosa brasileira, principalmente, quando essa discussão envolve uma região como o Marajó, nacionalmente conhecido por seus menores Índices de Desenvolvimento Humano-IDH.

No município de Breves-PA, as mulheres idosas enfrentam diversas dificuldades para ter acesso à água, essa informação foi constatada através do desenvolvimento do Projeto de Pesquisa: “A Luta pelo Acesso à Água em Breves Marajó (PA): um estudo pautado na história de mulheres idosas e suas narrativas”, coordenado pela prof^a Dra. Ana Maria Smith, tendo como bolsista a autora desse trabalho (SANTOS, 2019a).

Além de observar os impactos negativos na saúde física e psicológica do público alvo da pesquisa, chamou a atenção a precariedade do saneamento básico e seus diversos serviços nas áreas urbanas do município. Assim, surgiu a intenção de continuar a conhecer as

especificidades da falta de acesso à água, bem como da ineficiência da política de saneamento básico em sua amplitude, tendo como recorte o bairro Aeroporto, onde puderam ser encontradas as idosas que frequentam o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-Aeroporto, local escolhido para a realização do estágio curricular obrigatório II e III.

Ao relacionar os estágios, a construção deste trabalho de conclusão de curso e o conhecimento prévio adquirido através da participação em projeto de pesquisa relacionado a política de saneamento básico, pretende-se refletir sobre os resultados obtidos ao final deste trabalho, melhor aprofundados nos capítulos seguintes. A partir de agora, no capítulo II será realizada a discussão do saneamento básico e seus aparatos legais e a relação da política de assistência com a presente pesquisa.

CAPÍTULO II - MARCOS LEGAIS E RESPONSABILIDADE GOVERNAMENTAL NO SANEAMENTO

O saneamento básico possui aparatos legais que asseguram sua execução enquanto política pública, sendo essencial o planejamento e atuação recíproca das três esferas governamentais para sua execução com qualidade, com o intuito de suprir as necessidades da população.

Para isso, existem leis, plano e projetos essenciais, criados para direcionar a atuação de cada esfera governamental, visando o desenvolvimento de futuras ações que visem efetivar a política de saneamento e regulamentar seus respectivos serviços públicos.

Desse modo, é de suma importância conhecer o papel de cada esfera conforme a legislação brasileira. Por isso, nesse capítulo serão expostas as principais competências legais do governo Federal brasileiro; Estadual Paraense e Municipal Brevense acerca da política de saneamento básico. Além de explicar o motivo de ter desenvolvido a pesquisa de campo sobre a referida política pública dentro de uma instituição que faz parte da política de assistência social do município de Breves-PA.

2.1 Saneamento básico e as três esferas governamentais

O Governo Federal instituiu a Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, já mencionada, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Federal de

Saneamento Básico. Além de ser um marco na efetivação da importância do saneamento, conceitua o que é o termo, traz detalhes de como deverá ser prestado o serviço e reforça o papel das esferas municipais, estaduais e federais na execução de ações voltadas para a universalização da prestação dos serviços.

Para essa lei, o saneamento básico corresponde ao conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. O Art. 48 diz que compete a união dar prioridade para ações de fomento a equidade social; territorial; aplicação de recursos para o desenvolvimento sustentável; a eficiência; a eficácia; regulação dos serviços; divulgação de melhores práticas; indicadores epidemiológicos de planejamento e avaliação; melhoria na qualidade de vida; saúde pública; condições ambientais; para o desenvolvimento urbano e regional.

Além disso, também compete a União considerar especificidades da população rural, investir em conhecimento científico e tecnológico; demarcar as prioridades de implementação/acesso das populações ou recursos naturais e financeiros, proporcionar colaboração entre as três esferas governamentais, redução nos riscos investindo mais no setor, fortalecer a base de dados, acompanhar a governança e regular o setor, priorizar plano, programas e projetos sobre saneamento básico por meio de ações integradas (BRASIL, 2007a).

Entre os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, destaca-se o “I - contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda, a inclusão social e a promoção da saúde pública” (BRASIL, 2007a). Reforçando mais uma vez a importância de se investir em saneamento básico, pois isso se somará de modo positivo ao sucesso das demais políticas públicas, por isso é essencial planejar ações integradas, com investimento Municipal, Estadual e Federal.

Assim, a referida lei institui a obrigação da União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR, a criação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB com a estipulação de objetivos e metas de âmbito nacional, que atualmente possui a edição publicada em 25/07/2019, no site do MDR. O PLANSAB é considerado pelo Governo Federal o principal instrumento da Política Nacional de Saneamento Básico, suas versões iniciais foram pensadas para construir caminhos para a universalização dessa política e inclusão social, com o intuito de mobilizar toda a sociedade para sua construção.

O plano foi concebido com previsão de vinte anos, obrigação de avaliação anual e revisões a cada quatro anos, devendo conter:

- a. os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazos, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;
- b. as diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;
- c. a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento;
- d. as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;
- e. os procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas (BRASIL, 2019, p. 22-23).

O PLANSAB foi construído a partir de um panorama geral do saneamento no país, uma sistematização de orientações, planejamentos e regras formulados para nortear o planejamento e execução da política de saneamento básico em diferentes regiões. É um documento criado para cumprir as disposições previstas na Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007.

O MDR tem como principal instrumento para divulgar dados do sistema de informações do saneamento brasileiro o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento-SNIS, criado em 1996. O SNIS possui uma ampla base de dados sobre a prestação dos serviços de água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem urbana. Atualmente, divulga painéis/panoramas sobre a situação dessa política pública no país, de forma detalhada e interativa no endereço eletrônico:< <http://www.snis.gov.br/institucional>> (SNIS, 2019).

No estado do Pará, a política de saneamento básico é regida pela Lei nº 7.731 de 20 de setembro de 2013, que tem a finalidade de disciplinar/planejar os investimentos, a prestação dos serviços públicos, a regulação, o controle social dos programas, das ações, projetos, obras e demais atividades ou serviços de saneamento básico no estado do Pará, sempre respeitando as atribuições/competências constitucionais dos entes federados.

A referida lei conceitua saneamento básico em seu Art. 2º, como “conjunto de serviços, infraestrutura e instalações de abastecimento de água potável, de esgotamento sanitário, de limpeza e manejo de resíduos sólidos e de drenagem, e manejo das águas pluviais urbanas” (PARÁ, 2013).

Também determina que a execução da política de saneamento se dará com base na universalização progressiva da prestação dos serviços; prestação de serviço público de saneamento básico com acesso e qualidade conforme a legislação; controle social ao garantir informações a sociedade, representações, participação no planejamento, avaliação e

formulação da política; gestão associada por meio de associação voluntária dos entes federados por cooperação, convênio ou consórcio público; prestação regionalizada com um único prestador para dois ou mais titulares; subsídios para garantir o acesso a população de baixa renda com equilíbrio econômico financeiro.

Entre os nove objetivos da Política Estadual de Saneamento, destaca-se “I – contribuir para o desenvolvimento do Estado do Pará, promovendo a redução das desigualdades, a saúde pública, a salubridade ambiental, a geração de emprego e de renda, e a inclusão social nos Municípios do Estado” (PARÁ, 2013). Os instrumentos citados como passíveis de serem utilizados para a execução da política são: o sistema estadual de saneamento básico; o plano estadual de saneamento básico; os programas estaduais de saneamento básico; os sistemas estaduais de informações sobre o assunto e o fundo estadual de saneamento básico.

Compete ao Sistema Estadual de Saneamento Básico do Estado do Pará elaborar, executar e atualizar o plano estadual de saneamento básico; elaborar e implementar mecanismos relacionados ao tema; articular e integrar as Políticas Estaduais e Nacionais de Saúde Pública, Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Desenvolvimento Urbano e Habitação, de modo a considerar as especificidades do saneamento e definir recursos financeiros propondo modelos para o Fundo Estadual de Saneamento (PARÁ, 2013).

O Governo do Pará por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas-SEDOP criou o Plano de Saneamento Básico Integrado do Estado do Pará, o documento possui 13 volumes, discutindo metas e estratégias sobre a Política Estadual de Saneamento Urbano nas 12 regiões que abrangem os 144 municípios paraenses (PARÁ, 2020).

O 2º volume é o Relatório do Marajó (2020), o objetivo deste documento é “[...] a universalização do atendimento da população em até 20 anos. Para isso, são definidas as metas de atendimento de curto prazo (2020-2023) e longo prazo (2032-2039)” (PARÁ, 2020, p. 23). O documento traz dados e projeções para os municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

De acordo com informações do referido relatório sobre o município de Breves, os investimentos necessários para a universalização do saneamento básico na cidade são de R\$ 326.061.979,95 na área urbana e de R\$ 126.899.614,80 na rural, ambas totalizando R\$ 452.961.594,75. Estava previsto a curto prazo o investimento de R\$ 64.114.472,42 na zona urbana, a médio prazo R\$ 118.254.010,30 e longo prazo R\$ 143.693.497,24. A proposta prevê a destinação de R\$ 117.364.193,10 para o abastecimento de água; R\$ 187.470.229,80

para o esgotamento sanitário; R\$ 47.822.289,90 para os resíduos sólidos e R\$ 100.304.881,95 para drenagem urbana no município (PARÁ, 2020). A baixo demonstramos dados referentes ao acesso ao saneamento básico no município de Breves-PA.

Figura 6 - Dados sobre o número de pessoas atendidas pelos serviços de saneamento básico em Breves-PA

Tabela 26 – População atendida e percentuais de atendimento por serviço de saneamento básico nas áreas urbana e rural do município de Breves

Município de Breves					
Serviço de Saneamento	Área	População Atendida (hab)	Atendimento (%)	População Não Atendida (hab)	Déficit (%)
Abastecimento de Água	Urbana	25.686	49,54	26.165	50,46
	Rural	865	1,70	49.985	98,30
	Total	26.551	25,85	76.150	74,15
Esgotamento Sanitário	Urbana	249	0,48	51.602	99,52
	Rural	8	0,02	50.842	99,98
	Total	257	0,25	102.444	99,75
Resíduos Sólidos	Urbana	40.871	78,82	10.980	21,18
	Rural	1.040	2,05	49.810	97,95
	Total	41.911	40,81	60.790	59,19
Drenagem Urbana	Urbana	6.481	12,50	45.370	87,50
	Total	6.481	12,50	45.370	87,50

Fonte: PARÁ, 2020, p. 55.

De acordo com os dados da figura 6, cerca de 49,54% de pessoas da zona urbana (25.686 habitantes) constam como usuários do sistema de abastecimento de água municipal, enquanto 50,46% (26.165 pessoas) não são atendidos pelo serviço, sem considerar aqueles que não estão sendo contabilizados, mas também demandam os serviços; em relação aos esgotos 0,48% (249) são atendidos e 99,52% (51.602) não são; sobre os resíduos sólidos aproximadamente 78,82% (40.871) pessoas constam como atendidas e 21,18% (10.980) não estão cobertas pelos serviços; a respeito da drenagem urbana 12,50% está sendo atendida (6.841) e 87,50% (45.370) não são.

De acordo com o planejamento divulgado no Relatório do Marajó (2020) pelo governo do Pará, de 2020 a 2039 o governo pretende investir cerca de R\$ 326.061979,95 na política de saneamento básico do município de Breves. Os dados expostos relatam a precariedade da cobertura dos serviços na localidade, o que aponta os inúmeros desafios para a universalização do saneamento básico nesse município.

O principal *site* com informações sobre o saneamento básico em todo o estado do Pará é o da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas-SEDOP¹¹, nele

¹¹ Informação disponível em: <<https://www.sedop.pa.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

estão todos os 13 volumes disponíveis para consulta pública, dá uma espécie de panorama geral da situação atual e dos objetivos e metas propostas para os próximos anos.

A política estadual formula metas de atuação ampliadas para os municípios, que precisam planejar seus próprios planos, projetos e ideias amparadas no levantamento de dados locais, para que de fato seja executada a política de saneamento básico de acordo com as especificidades da realidade local. Nesse sentido, o Art. 43 da Lei nº 7.731 de 20 de setembro de 2013 especifica a competência dos municípios em relação a execução da política estadual de saneamento básico:

Os Municípios deverão adotar medidas de sua competência administrativa para o atendimento dos objetivos da Política Estadual de Saneamento Básico, devendo, para tanto:

- I – elaborar os planos municipais de saneamento básico;
- II – definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;
- III – adotar parâmetros para a garantia do atendimento essencial à saúde pública;
- IV – fixar os direitos e os deveres dos usuários;
- V – estabelecer mecanismos de participação e controle social;
- VI – estabelecer sistema municipal de informações sobre os serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento – SINISA, e com o Sistema de Informações de Saneamento do Estado do Pará – SISEP (PARÁ, 2013).

Desse modo, cabe as prefeituras de cada cidade elaborar seus planos municipais de saneamento básico; definir quem fiscalizará a prestação dos serviços e a forma como ocorrerá; criar parâmetros de qualidade; delimitar direitos e deveres; favorecer a participação e o controle social; criar seu próprio sistema de informação para divulgar os dados acerca da execução da referida política na região.

Na tentativa de conseguir acessar leis, decretos ou informações relacionadas a Política Municipal de Saneamento Básico no município de Breves, demarcando sua competência frente a execução de um trabalho integrado as demais esferas governamentais, identificou-se a existência de três leis disponibilizadas no site da prefeitura de Breves-PA¹².

A primeira lei a ser analisada foi a de nº 002 de 12 de novembro de 2001, que dispõe sobre o Plano Diretor Urbano de Breves, estabelece os objetivos e instruções, diretrizes para as ações de planejamento do município no período. Inclusive, essa lei ainda não traz de forma específica a importância do saneamento, mas traz alguns comentários sobre a importância de cuidar do solo urbano, das águas dos rios e cuidados com o meio ambiente, bem como institui em seu Art. 5º a necessidade de criar a Lei de Zoneamento e Uso de Ocupação do solo urbano (BREVES, 2001a).

¹² Informações disponíveis em: <<https://breves.pa.gov.br/leis/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

A segunda foi a Lei complementa nº 004 de 12 de novembro de 2001, dispõe sobre o zoneamento e o uso/ocupação adequada do solo urbano no município de Breves, em seu Art. 3º, § 4º, alínea j) considera como infraestrutura básica: os “equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água potável e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação” (BREVES, 2001b, p. 3). Em seu art. 10, parágrafo único, considera como nocivas, perigosas e incomodas as atividades que:

I- Ponham em risco pessoas e propriedades circunvizinhas; **II-possam poluir o solo, o ar, e os cursos d’água**; III- possam dar origem a explosão, incêndio e trepidação; **IV- produzam gases, poeiras e detritos**; V-impliquem na manipulação de materiais primas, processos e ingredientes tóxicos; VI-produzam ruídos e conturbem o tráfego local (BREVES, 2001b, p. 5, grifo nosso).

Embora a lei nº 004/2001 não seja voltada para o saneamento básico, possui trechos que já trazem a importância de cuidar do solo, do ar, dos rios, dos resíduos líquidos, sólidos ou gasosos despejados sem o manuseio adequado, considerando como básica a existência de infraestrutura voltada para o escoamento de águas pluviais, esgoto sanitário e abastecimento de água potável.

A terceira lei municipal analisada foi a de nº 2.234 de 26 de maio de 2011, a qual autoriza o município de Breves, representado pelo prefeito municipal, a realizar a celebração de convênio municipal com o estado do Pará. Nesse sentido, o convênio tem como objetivo:

I – A transferência por delegação, para o Estado do Pará, das competências de organização, regulação e fiscalização dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário;
II – A transferência por delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA, por intermédio de contrato de programa.
Parágrafo único - a regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário ficarão à cargo do órgão regulador competente (BREVES, 2011, p. 1).

Essa lei foi o principal documento que regulamenta a relação administrativa entre a COSANPA e o município, pois a cópia do contrato celebrado entre as partes não foi localizada nos *sites* da prefeitura municipal ou da concessionária. Assim, em Breves a empresa responsável pela prestação do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário é a COSANPA Breves.

Segundo o site da COSANPA, a Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA é uma sociedade de economia mista criada pela Lei nº 4.336 de 21 de dezembro de 1970 e alterada posteriormente pela Lei nº 7.060 de 23 de novembro de 2007. Entre as disposições

expressas, estão como os principais objetivos da empresa: “I – prestar os serviços de abastecimento de água potável, desde as atividades de infraestrutura, captação e ligações prediais; II – o esgotamento sanitário desde a infraestrutura, coleta, transporte, tratamento, até as disposições finais” (PARÁ, 2007).

A instituição concessionária responsável pelos serviços de saneamento básico urbano possui sua matriz na cidade de Belém, localizada na Av. Magalhães Barata, 1201 – São Brás, CEP: 66060-901. Em Breves atua uma filial, localizada na Avenida Rio Branco, bairro Centro, CEP: 68800-000. Neste último município a empresa concede apenas o serviço de abastecimento de água, não consegue suprir a demanda de todos os bairros e a qualidade da água disponibilizada que chega até as residências é precária.

Ao buscar informações sobre os estudos existentes sobre a temática, entre as produções que abordam a realidade local encontradas, tem-se Rocha (2017) que desenvolve sua pesquisa com enfoque voltado para o sistema de abastecimento de água do município; Anjos (2014) que fala sobre a relação do saneamento com a saúde pública e Santos e Silva (2015) desenvolveram um trabalho de conclusão de curso que contribui na discussão sobre o saneamento básico, a partir da questão urbana e saúde pública no município de Breves-PA.

Rocha (2017) ao pesquisar sobre saneamento básico no município de Breves constatou que teve dificuldades para conseguir documentos oficiais de posse da prefeitura de Breves em relação a situação da política de saneamento municipal, pois alguns materiais ditos existentes não foram disponibilizados para acesso público. Não há sistema de informações municipais em nenhum meio digital com dados acerca da realidade dos serviços de saneamento prestados aos breveses; o Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB de 2012 não foi avaliado pela Câmara dos vereadores; não contou com a participação popular e ao procurar, atualmente, não está disponível na *internet*.

Além disso, a autora relata que a empresa responsável pela prestação dos serviços foi quem criou as condições necessárias para ocorrer a concessão aos usuários; as informações obtidas na época foram de restrição do PMSB a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário; não identificou regulação ou fiscalização da prefeitura dos serviços prestados ao município.

O Observatório do Marajó (2020) divulgou informações da base de dados do Instituto Água e Saneamento coletadas pelo IBGE em 2017, de que o município de Breves não possui Política Municipal e nem Plano Municipal de Saneamento Básico.

No presente trabalho tem-se a intenção de acrescentar a especificidade do saneamento básico no município de Breves, tendo como recorte o bairro Aeroporto, a partir das vivências

das mulheres idosas que frequentam o CCFV-Aeroporto. Se faz necessário compreender a intersecção de gênero e classe envolvida na problemática, bem como os impactos na vida das mulheres idosas que não são cobertas pelas políticas públicas.

Além disso, pretende-se apresentar de modo reflexivo os dados da realidade vivenciada pelas idosas breveses que residem no bairro Aeroporto, identificados por meio da pesquisa empírica, para assim, expor o olhar da pesquisadora junto aos dados ampliados obtidos do saneamento no município, considerando também de suma importância a presença da opinião do público alvo sobre a ineficiência da referida política pública, com trechos dos relatos obtidos que expressem a opinião das idosas marajoaras envolvidos na construção dessa pesquisa.

2.2 Assistência social e saneamento básico: caminhos trilhados para executar a pesquisa

Antes de conhecer a política municipal de Assistência Social, o primeiro contato da discente com o tema saneamento básico foi em 2019 ao participar como bolsista de um projeto de pesquisa relacionado a falta de água enfrentada por mulheres idosas em Breves-PA (SANTOS, 2019a). A pesquisa durou um ano e foi prorrogada até 2021, com a ampliação da discussão para a nova realidade advinda dos efeitos da Covid-19.

Ainda em 2019, para compreender como ocorria a prestação dos serviços de abastecimento de água no município, foi realizado o estágio curricular obrigatório I na Companhia de Saneamento do Pará de Breves, o qual tinha como objetivo conhecer como se dava a execução da política de saneamento básico na cidade, com enfoque no acesso à água. Após o término do período de estágio I, ocorreu o aumento nos casos da Covid-19, haja vista que o vírus se alastrou com rapidez a partir de 2020, em março começou as primeiras medidas de isolamento social no município, sendo inviabilizado iniciar o estágio II naquele momento.

Assim, por questões de saúde pública, administrativas estatais e pessoais da discente, somente em maio de 2022 foi possível retornar a campo para iniciar o estágio II. Nesse período, não havia mais assistente social responsável pela execução do Projeto Social da COSANPA, impossibilitando a discente de continuar naquele campo de estágio.

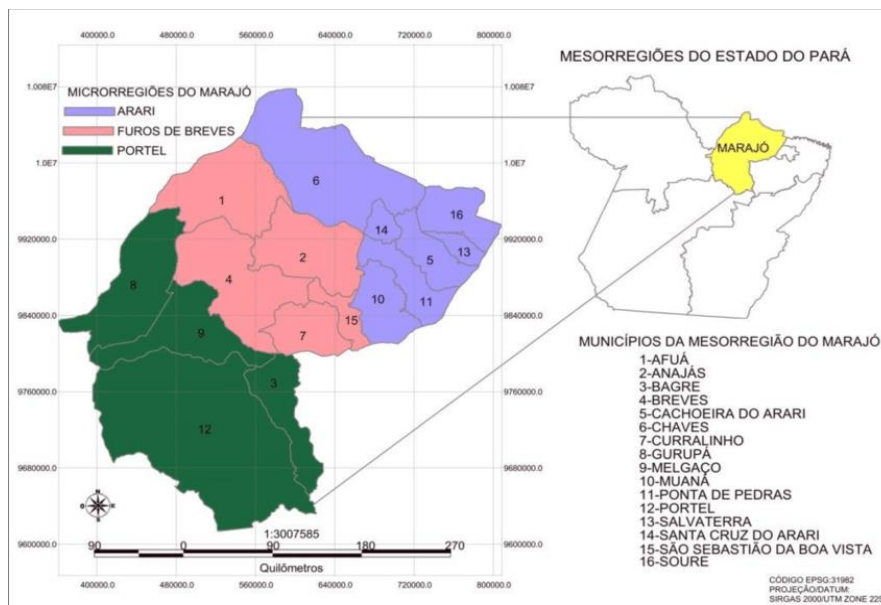
Nesse contexto, resolveu ser inserida na Política de Assistência Social, em especial, no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do bairro Aeroporto-CCFV, devido a instituição ser referência em atendimento individual/familiar, atividades coletivas e participação de idosos do bairro e de outros que participam esporadicamente.

Ao adentrar na instituição conheceu os funcionários, espaço físico, os serviços, os projetos e demais ações desenvolvidas com a comunidade local. Quando se iniciou o estágio II, a instituição ainda não era Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, estava em processo de regularização, então, o Centro de Convivência realizava diversos serviços voltados para suprir as demandas da população em geral. Apesar da discente desenvolver estágio na Assistência, não desistiu de investir na política de Saneamento Básico, entendendo que todas as políticas estão interligadas e as demandas relacionadas ao seu objeto de estudo também se apresentariam naquele campo de estágio, porém, de forma não tão direta.

Assim, para ter a possibilidade de conhecer a realidade das mulheres idosas do bairro Aeroporto do município de Breves-Marajó (PA), optou-se por desenvolver o estágio curricular obrigatório II no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do bairro Aeroporto-CCFV, inserida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, instituição pertencente a Política municipal de Assistência Social, referente a proteção social básica.

O CCFV-Aeroporto fica situado no município de Breves, no Arquipélago do Marajó. De acordo com informações disponíveis no Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, o Marajó está localizado no estado do Pará, uma região rica em recursos hídricos e biológicos, formado por um conjunto de ilhas, sendo a maior ilha flúvio-marítima do mundo (49.606 km²) (BRASIL, 2007b). A hidrografia da região é repleta de canais, com furos, baías, meandros, abandonados, lagos, igarapés, destacando-se os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, todos com inúmeros afluentes, a região possui grande concentração de áreas de várzea e igapós.

Figura 7 - Mapa do Arquipélago do Marajó



Fonte: RESEARCHGATE, 2016.

A hidrografia é de suma importância, pois é um dos principais meios de transporte de pessoas e comunicação/acesso entre as cidades próximas; além do potencial pesqueiro e demais atividades econômicas. Segundo informações disponibilizadas pelo Observatório do Marajó (2020), conforme o censo do IBGE de 2010, o arquipélago possui população estimada para 2019 de 564.199 pessoas, 43% residindo na zona urbana e 57% na zona rural, 48% mulheres, 52% homens, 82,89% negros e 16,28% brancos.

Estão entre os problemas sociais da região: a mortalidade infantil, a desnutrição, malária, os óbitos por doenças parasitárias; a carência de saneamento ambiental, a necessidade de melhorar os serviços de saúde pública, a elevada taxa de analfabetismo, as moradias pobres de recursos materiais e outros. “Analisando [...] mais precisamente o IDH, a situação da maioria dos municípios do arquipélago do Marajó ainda se enquadra na situação de subdesenvolvimento com muita pobreza” (BRASIL, 2007b, p. 53). Segundo informações do site do G1 Pará (12/08/2022),

A taxa de desemprego por região corresponde a: mais alta no Nordeste: 12,7%, seguido do Sudeste: 9,3%, Norte: 8,9%, Centro-Oeste: 7% e Sul: 5,6%. A nível de Brasil, a taxa de desemprego para homens foi de 7,5% e 11,6% para as mulheres (54,7% maior de mulheres do que homens); para brancos foi de 7,3%, enquanto para pretos 11,3% ou pardos 10,8%, isto é, cerca de 64,7% dos desempregados no país são pretos ou pardos.

Sobre a taxa de informalidade, o Brasil possui 40% da população ocupada, com a maior taxa no Pará (61,8%), seguido do Maranhão (59,4%) e Amazonas (57,7%), enquanto as menores taxas de informalidade são em Santa Catarina (27,2%), São Paulo (31,1%) e Distrito

Federal (31,2%). “Do total de desempregados, 2,985 milhões, ou 29,6%, seguem em busca de trabalho há mais de 2 anos” (G1 PARÁ, 12/08/2022)¹³.

De acordo com dados divulgados pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas-FAPESPA (2020)¹⁴, no Pará em 2019 o número de famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal correspondia a 1.641.310, famílias com rendimentos per capita de até meio (1/2) salário mínimo era de 1.396.784, entretanto, o quantitativo de beneficiários que se enquadravam nos quesitos para receber o Programa Bolsa Família-PBF era de 925.135. No mesmo ano, no Marajó a quantidade de famílias inscritas no Cad'único era de 117.327, as famílias com rendimentos per capita de até meio (1/2) salário mínimo 107.428, sendo o número de beneficiadas pelo PBF cerca de 89.221.

No Pará cerca de 1.157.016 famílias estão cadastradas no Programa Auxílio Brasil-PAB, enquanto 824.310 possuem vínculo formal empregatício. Entre os principais estados brasileiros com diferença entre o número de famílias beneficiárias do programa de distribuição de renda e de trabalhadores com carteira assinada são: Maranhão (576.411 pessoas a mais beneficiários do que vinculados a CLT); Bahia (412.290 a mais) e Pará (332.706) (G1 PARÁ, 18/05/2022)¹⁵.

O governo federal tem informado que a cada mês o número de famílias inseridas no Auxílio Brasil tem crescido, de acordo com informações divulgadas no site R7.com, “[...] o número de famílias atendidas pelo Auxílio Brasil passou de 14,7 milhões, em outubro de 2021, para 18,06 milhões, em abril deste ano [...]” (23/04/2022)¹⁶. Isso demonstra a situação precária do mercado de trabalho e da necessidade de políticas públicas voltadas para geração de emprego e renda para a população, pois a pobreza não vai ser resolvida de uma hora para a outra, a raiz do problema é estrutural.

A baixa renda, o desemprego e a falta de acesso a políticas públicas estão relacionados à situação de pobreza enfrentada por parcela significativa da população, entre essas políticas está o saneamento básico. De acordo com informações do G1 Economia (02/12/2022)¹⁷

¹³ Informação disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/12/desemprego-cai-em-22-estados-no-2o-trimestre.ghtml>>. Acesso em: 19 out. 2022.

¹⁴ Informação disponível em:<<https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2020/tabelas/8-marajo/tabela-28-informacoes-de-familias-inscritas-no-cadunico-para-programas-sociais-e-bolsa-familia-2019-ri-marajo.htm>>. Acesso em: 19 out. 2022.

¹⁵ Informação disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/18/13-estados-tem-mais-beneficiarios-do-auxilio-brasil-que-trabalhadores-com-carteira-assinada.ghtml>>. Acesso em: 19 out. 2022.

¹⁶ Informação disponível em:<<https://noticias.r7.com/economia/fila-de-espera-do-auxilio-brasil-volta-a-crescer-e-chega-a-3-milhoes-23042022>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

¹⁷ No Norte e no Nordeste a pobreza teve maior avanço. A situação mais grave é no Nordeste, que concentra mais da metade das pessoas extremamente pobres do país. Mais informações disponíveis em:

“Entre 2020 e 2021, o número de pessoas vivendo em situação de miséria teve salto de 50% no país. No mesmo período, três em cada dez brasileiros passaram a viver abaixo da linha da pobreza”. Isto é, cerca de 11,6 milhões de brasileiros a mais abaixo da linha da pobreza e 5,8 milhões em condições de extrema pobreza, aumento considerado recorde.

O Globo Economia (10/06/2022)¹⁸ divulgou que o grupo de brasileiros 1% mais ricos ganha 38,4% vezes mais renda do que a metade da população do país, ou seja, cerca de 50% dos pobres. “Concentração de renda atingiu maior nível em 2019 e disparidade volta a subir entre 2020 e 2021, aponta pesquisa do IBGE”. O rendimento dos mais pobres caiu para a metade, sendo considerado o menor valor per capita familiar em dez anos, desde a crise desencadeada em 2012.

Nesse sentido, a desigualdade social e de distribuição de renda tem alcançado patamares cada vez mais elevados, “A cada 30 horas surge um bilionário no mundo, enquanto mais de 1 milhão de pessoas entra na extrema pobreza, a fortuna do clube do bilhão cresceu mais de 40% na pandemia [...]”. Atualmente, existem cerca de 2.668 bilionários, 573 a mais que 2020, o setor farmacêutico ao longo da pandemia elevou 40 dessas pessoas. As 10 pessoas mais ricas do mundo possuem mais dinheiro do que 40% dos mais pobres juntos (O GLOBO ECONOMIA, 22/05/2022)¹⁹.

Além disso, ocorre o desmonte da Política de Assistência Social, que vem sendo executado desde 2016, após o golpe de Estado (*impeachment* da presidente Dilma Rousseff) seguido da posse de Michel Temer e suas sucessivas ações focadas para a “economia”. O desmonte foi intensificado no governo Bolsonaro (de 2019 a 2022), em sua campanha eleitoral havia indícios de que seus interesses eram econômicos e financeiros, e ainda utiliza como justificativa a necessidade de um “[...] ajuste econômico diante da crise fiscal, com redução de gastos, porém a classe trabalhadora é a que mais tem sofrido com a quantidade de cortes de direitos que têm se operado no Brasil” (SILVA, 2022, p. 273).

Desde o início do governo Bolsonaro, ocorreu uma redução de mais de 70% nos repasses a política de assistência social, que caiu de R\$ 3 bilhões em 2019 para R\$ 910 milhões no ano seguinte, a preocupação dos servidores das unidades é com o comprometimento do funcionamento das instituições, que se encontram em uma situação

<<https://globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁸ Informação disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/google/amp/economia/noticia/2022/06/1percent-mais-rico-ganha-384-vezes-mais-renda-do-que-os-50percent-mais-pobres.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

¹⁹ Informação disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/mundo-ganhou-1-milhao-de-pobres-e-um-bilionario-a-cada-30-horas-na-pandemia.ghtml>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

precária devido ao aumento da demanda de usuário, contraditoriamente, com menor investimento dos sofreres públicos a cada ano. A Lei de Diretrizes Orçamentária apresentada em 2022 aprovada constava o valor de R\$ 1 bilhão, mas sempre passa por cortes e o valor que chega as instituições é reduzido (CONGRESSO EM FOCO, 07/01/2022)²⁰.

Segundo informações do Folha de Pernambuco (22/09/2022)²¹ os planos da gestão de Bolsonaro aumentariam o desmonte em 2023, em agosto de 2022 seu governo divulgou o Projeto de Lei Orçamentário Anual ao Congresso Nacional, o texto trazia a previsão de um corte de 95% nos recursos do Sistema Único de Assistência Social para o segundo mandato, prejudicando as instituições e os seus serviços, precarizando a política e aumentando o número de filas de espera, de desproteção, vulnerabilidade e desigualdade social, o aumento da extrema pobreza no Brasil.

Assim como a assistência, as outras políticas públicas como o saneamento básico estão sofrendo as consequências da omissão estatal. Entre avanços e retrocessos, ainda há muito o que avançar para alcançar a universalização do acesso. De acordo com o Instituto Trata Brasil (BRK AMBIENTAL, 2020)²², os serviços de coleta de esgoto no Brasil aumentaram de 38,4% no ano de 2005 para 51,92% em 2016, “[...] o avanço está ocorrendo de forma lenta e o caminho rumo à universalização dos serviços ainda é longo”. Ocorre que aproximadamente 48% da população ainda não possui acesso ao saneamento, situação preocupante, e os mais afetados são pessoas de grupos mais vulneráveis, que residem em áreas periféricas, pois vivenciam em seu cotidiano a falta do poder público na execução das diversas políticas públicas e sociais.

Em 03 de março de 2020 foi instituído o programa Abrace o Marajó, sob responsabilidade da Ministra da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, pertencente ao governo Bolsonaro, Damares Alves, o qual produziu um Plano de Ação 2020-2023, com a promessa de produzir um novo olhar ao território e servir de guia para o desenvolvimento do Arquipélago, com um conjunto de projetos e ações de “controle” das violações de direitos humanos na região. Inclusive, na apresentação do documento, a própria ministra menciona o baixo Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios marajoaras e a privação das pessoas do acesso às políticas de saúde, educação, acesso à água e ao saneamento básico. São objetivos do programa:

²⁰ Informação disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

²¹ Informação disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/www.folhape.com.br/noticia/amp/241096/corte-orcamentario-de-95-significa-o-desmontecompleto-da/>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

²² Informação disponível em: <<https://blog.brkambiental.com.br/saneamento-e-minorias/>>. Acesso em: 20 out. 2022.

- I. Contribuir para a melhoria dos indicadores de educação, de saúde, de segurança e de renda;
- II. Auxiliar na ampliação e no aumento da qualidade de serviços prestados;
- III. Cooperar para a redução dos índices de violação dos direitos da família, da mulher, da criança e do adolescente, do jovem, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais;
- IV. Contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares intergeracionais;
- V. Fomentar a atuação da sociedade civil e do setor privado nos Municípios que compõem o Arquipélago; e
- VI. Contribuir para a sustentabilidade das políticas públicas e dos programas implementados nos Municípios que compõem o Arquipélago do Marajó (BRASIL, 2020, p. 13-14).

O documento reforça que as ações seriam executadas por um grupo de instituições parceiras públicas e privadas, e justifica que o prazo de três anos seria apenas uma projeção inicial, sendo reorganizado conforme cada etapa. Entretanto, apesar de um dos objetivos ser o fomento a atuação da sociedade civil, a forma como ocorreu a formulação, a apresentação do projeto e as decisões vinculadas a ele não contaram com a participação massiva da população marajoara, nas visitas à cidade de Breves e relatos divulgados nos meios de comunicação realizados pela ministra Damares Alves, não ficou explícito o que de fato seria feito.

Ao analisar o plano de ações, o Eixo de Ação e Infraestrutura 04 é o de Água e Saneamento Básico. As ações de vigilância para a realização de um diagnóstico nos 16 municípios sobre a situação da qualidade da água para consumo humano deveriam ocorrer até julho de 2021; assim como a implantação de projetos de saneamento básico (água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos em todo o Marajó) deveria ter sido realizada até dezembro de 2022, ambas não possuem valores estipulados para essas ações (BRASIL, 2020).

Entretanto, apesar das menções ao longo do documento, não houve efetiva ação ou projeto inovador capaz de intervir na precariedade da situação do saneamento em Breves. Notou-se que as menções ao longo do texto são amplas e não detalham como seria a intervenção na realidade local, apesar do governo federal deixar claro estar ciente das péssimas condições de acesso à água e dos demais serviços inerentes a política de saneamento básico no Marajó.

Nesse contexto, ao adentrar o campo de estágio II em Serviço Social, se fazia necessário um olhar crítico acerca da realidade para identificar os caminhos para continuar a investigação voltada para a escrita deste trabalho. Destarte, para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, se faz necessário compreender o que é a assistência social e qual o papel do CCFV do Aeroporto. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência da Social,

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993a).

A assistência social faz parte do tripé da Seguridade Social (assistência, saúde e previdência), tendo a assistência por objetivo:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a proteção da família, infância, adolescência, velhice; as crianças e adolescentes carentes; integração ao mercado de trabalho; habilitação, integração a vida comunitária das pessoas com deficiência; a garantia de um salário mínimo mensal as pessoas idosas e as pessoas com deficiência sem meios de prover sua subsistência (BRASIL, 1993a).

Nesse sentido, de acordo com a mesma lei em seu art. 6º, a proteção social básica: “conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 1993a).

A proteção social básica se situa no âmbito da prevenção/redução dos riscos sociais, para isso, são desenvolvidos diversos programas, projetos e serviços direcionados a população usuária das instituições pertencentes a assistência social, entre os serviços que fazem parte da proteção social básica, está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV, sendo este

[...] um serviço da Proteção Social Básica do SUAS [Sistema Único de Assistência Social], regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009). Foi reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013. Esse Serviço é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias que é realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2022, p. 14).

O SCFV é preventivo, protetivo e proativo em situação de vulnerabilidade e risco social, que interfiram nos vínculos familiares ou comunitários. “É um dos serviços que materializam as seguranças socioassistenciais de acolhida e de convívio familiar e comunitário”, estimulando a autonomia por meio de trabalhos voltados para desenvolver nos usuários competências pessoais/relacionais (BRASIL, 2022, p. 14).

As atividades desenvolvidas pelo SCFV são desenvolvidas de acordo com cada faixa etária, com objetivos específicos, com a contribuição de todos os profissionais da equipe multidisciplinar e do público alvo, entre as atividades estão: orientações, compartilhamento de

vivências, a valorização da identidade pessoal e coletiva, incentivo a ampliação dos vínculos, estímulo a participação em eventos de interesse público e campanhas com temas transversais de interesse social (BRASIL, 2022).

O SCFV pode ser ofertado no CRAS, desde que este tenha espaço compatível para tal, sem prejudicar a oferta do PAIF. Também pode ser realizado em **Centros de Convivência – que são unidades públicas ou unidades vinculadas a Organizações da Sociedade Civil (OSCs), devidamente inscritas no Conselho de Assistência Social do município ou Distrito Federal**. Quando o SCFV é ofertado no CRAS ou em Centros de Convivência governamentais, diz-se que a execução do Serviço é direta. Quando o SCFV é ofertado em Centros de Convivência de OSCs, diz-se que a execução do Serviço é indireta (BRASIL, 2022, p. 59, grifo nosso).

O CCFV-Aeroporto realiza o SCFV no bairro, desenvolvendo esse e outros serviços, programas, projetos de modo indireto, pois no local onde está situada a unidade não há um Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, de modo que o CCFV é levado a executar alguns desses serviços demandados pela população, contudo, a gestão municipal já informou que a intenção é transformar a instituição em um CRAS (procedimento em andamento), para que possa ofertar de forma integral suas atribuições na localidade.

Os objetivos do CCFV-Aeroporto informados pela instituição ao longo do Estágio II foram:

- Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, bem como, adquirir o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, e através das atividades desenvolvidas possibilitar o acesso aos seus direitos;
- Desenvolver ações junto as crianças e adolescentes que buscam resgatar suas habilidades e potencialidades, por meio de atividades culturais, lúdicas, esportivas, apoio pedagógico e inclusão social; (SEMTRAS; CCFV AEROPORTO, 2022).

A instituição está retornando gradualmente os serviços com grupos após um longo período de isolamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19, depois de um certo tempo sem atividades coletivas presenciais por conta dos *lock down* (totalizando aproximadamente um ano, com períodos intercalados conforme a situação municipal), assim, continuavam ocorrendo somente os atendimentos individuais de modo reduzido e as visitas domiciliares respeitando todas as normas de segurança recomendadas pela Organização Mundial da Saúde-OMS. Atualmente, o trabalho desenvolvido com os idosos, em 2022, é o atendimento social individualizado para dúvidas, informações, orientações e os bailes todas as sextas-feiras a partir das 14h, sendo um momento indispensável de lazer para os idosos do bairro e de outros próximos.

Entre os profissionais que compõe a equipe multidisciplinar institucional está o assistente social, profissão regulamentada no Brasil pela Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993. Além dele, a instituição dispõe de psicólogo, pedagogo, coordenadora, auxiliar

administrativo, zelador, vigia, orientadores sociais, profissionais da limpeza e costureira, todos com suas respectivas responsabilidades voltadas para atender as necessidades da instituição e dos usuários da política pública.

Nesse sentido, a instituição da assistência social tem buscado cumprir com seus objetivos e atender as demandas postas pela população, na tentativa de garantir direitos e promover o acesso a diversos benefícios, serviços e atividades voltadas para a população do bairro Aeroporto. Agora, será explicado quais caminhos foram percorridos para a execução da pesquisa, o seu local de abrangência e os principais resultados obtidos, conforme disposto no capítulo a seguir.

Vale ressaltar que, a relação entre assistência social e saneamento pode ser explicada pela compreensão sobre o direito à cidade, conforme Mesquita, Silva e Passos (2016), para as autoras o direito à cidade está associado ao direito ao habitat, participação na produção e cidades justas, inclusivas e sustentáveis. A agenda urbana e social estão inter-relacionadas, visto que a assistência social desenvolve diversas ações, projetos e atividades voltados para o enfrentamento da vulnerabilidade social e econômica, ocasionada pela elevada desigualdade advinda das contradições entre capital-trabalho no sistema capitalista, dado que essas expressões da questão social se materializam e reproduzem com velocidade no cotidiano das cidades, devido a especificidade do contexto urbano, aí entra a política social como uma das respostas estatais às demandas da população, contudo, as políticas sociais, por si só, não são o suficiente, também é necessária atuação estatal com planejamento, projetos e políticas públicas pensadas conforme a realidade de cada território.

Para as autoras, a criação da diretriz da territorialização foi um grande avanço na política de assistência social, pois a partir do entendimento de território é possível mapear a situação da população por meio de diagnósticos sociais através das instituições da assistência social em seus respectivos bairros, uma delas é o CRAS. Assim, a assistência social consegue realizar a vigilância socioassistencial e identificar as principais demandas emergentes no cotidiano das cidades, contribuindo na organização da rede de atendimento. Assim, é possível compreender a existência de uma relação entre a assistência e o saneamento, pois o público atendido por essas instituições públicas são os sujeitos afligidos por falta de água potável, esgoto, fossa séptica, doenças decorrentes da falta de saneamento básico e muitas outras situações como a falta de alimentação adequada, higienização dos ambientes ou residência considerada habitável.

CAPÍTULO III - IDOSAS MARAJOARAS E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO NO BAIRRO AEROPORTO EM BREVES (PA)

Após percorrer os capítulos anteriores, chegou-se a última parte desse texto. Ao longo da construção desse trabalho, trilhou-se caminhos que levaram a pesquisadora até os resultados materializados nas páginas seguintes, mas antes de qualquer coisa, é necessário explicar quais foram as escolhas realizadas, as ações desenvolvidas para alcançar os objetivos inicialmente propostos, qual o método escolhido e a natureza da pesquisa, bem como as demais informações fundamentais para alcançar os resultados obtidos após ir a campo.

Esse é o capítulo que aponta as metodologias escolhidas e utilizadas, bem como traz a especificidade local da problemática apresentada ao expor os resultados da pesquisa de campo, pois aqui se propõe descrever a razão de ser dessa pesquisa, o porquê esse tema, o como acontece, quem falou e de que forma vem ocorrendo inúmeras situações de descaso com uma parcela da população idosa marajoara usuária dos serviços de saneamento básico no bairro Aeroporto. Todas essas questões serão melhor aprofundadas a seguir.

3.1 O método e a natureza desta pesquisa

Nessa pesquisa guiada pelo método materialismo histórico e dialético. Para Severino (2013, p. 101) a tradição filosófica dialética identifica a reciprocidade entre sujeito e objeto, sendo uma interação social construída ao longo de cada tempo histórico. “[...] Para esses pensadores, o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação a prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder [...]”, priorizando a práxis humana, a ação histórica e social cercada de intencionalidade que lhe atribui um sentido, isto é, uma finalidade voltada para a “[...] transformação das condições de existência da sociedade humana”, principalmente, por aqui se tratar de uma abordagem interdisciplinar.

Conforme explica Severino (2013) a dialética se baseia nos seguintes pressupostos: a) totalidade (o indivíduo não se explica isoladamente); b) historicidade (cada momento é a articulação de um processo histórico mais abrangente); c) dialeticidade (a história não é linear, é um processo complexo de partes articuladas entre si, não é uma simples acumulação, a história é permeada de contradições, um permanente conflito); d) praxidade (os fenômenos humanos se articulam entre si, no tempo e espaço, e se desenvolvem através da prática

histórica e social); e) cientificidade (a explicação científica dos nexos causais se expressa mediante um processo histórico e social, que considera as forças contraditórias constantemente em conflito).

Para Gil (2005, p. 22), o materialismo histórico fundamenta-se na dialética e tem suas bases pensadas por Marx e Engels, para os autores, “[...] o modo de produção da vida material é, portanto, o que determina o processo social, político e espiritual. Cabe ressaltar, entretanto, que essa relação infraestrutura/superestrutura deve ser entendida dialeticamente [...]”. Isto é, a realidade é dinâmica e muda a todo instante, para ser analisada a partir desse método é necessário considerar as contradições advindas da relação capital/trabalho.

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais, a partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e de sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc), é que ele precede a interpretação dos fenômenos observados (GIL, 2005, p. 23).

Todo sujeito é histórico e suas demandas são atravessadas por inúmeros complexos sociais que precisam ser analisados, desde a compreensão da infraestrutura (estrutura econômica) e da superestrutura (política, jurídica); as contradições advindas da relação capital-trabalho; para compreender as desigualdades e as expressões da questão social produzidas e reproduzidas a partir de uma dada sociabilidade. Por isso, essa pesquisa se embasou no materialismo histórico e dialético.

A natureza dessa pesquisa é qualitativa. De acordo com Teixeira (2005, p. 140),

Na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressam pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa.

Para Teixeira (2005), a natureza qualitativa ultrapassa a necessidade de quantificar a ocorrência de um determinado fenômeno, sendo voltada para uma análise mais demorada, com as seguintes características: o pesquisador vai observar os fatos sob a ótica de alguém que está inserido naquela realidade; busca-se compreender o contexto da situação pesquisada; considera-se a sequência de fatos relacionados ocorrido ao longo do tempo; é mais desestruturada, flexível e de início não traz hipóteses imutáveis; permite a utilização de mais de uma fonte de dados.

Desse modo, os caminhos para a realização da pesquisa foram: a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, pois a primeira oferece a oportunidade de

analisar registros anteriores de pesquisas, documentos impressos, livros, artigos, teses, ou demais materiais parecidos tanto físicos como também disponíveis em meios digitais, além do acesso a dados ou categorias teóricas trabalhadas por outros autores, sendo os textos fontes de pesquisa e já tiveram um tratamento analítico pelo pesquisador anterior. Na pesquisa documental as fontes utilizadas são documentos amplos, não só impressos, mas jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nesse caso, ainda não tiveram tratamento analítico, são fonte de matéria-prima, e o pesquisador atual desenvolverá sua análise investigativa (SEVERINO, 2013).

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica a partir de monografias, livros, artigos, dissertações, tanto impressas quanto *online* de materiais sobre saneamento básico, saneamento ambiental, políticas públicas, gênero e assistência social. Na pesquisa documental, selecionou-se leis, decretos e outros documentos legais divulgados pelo Estado nas esferas Municipais, Estaduais e Federais, matérias de jornais *online*, fotos ilustrativas e reais, documentos publicados por instituições especializadas em saneamento básico e regimentos internos de instituições que prestam os serviços relacionados a referida política pública.

Nesse contexto, fez-se uso da pesquisa de campo, nas quais foram realizadas entrevistas com as idosas marajoaras do bairro Aeroporto. “Na pesquisa de campo “[...] a coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”, são desde levantamentos descritivos até os mais analíticos. Enquanto a entrevista é um momento de interação entre o pesquisador e o público-alvo da pesquisa (grupo de pessoas escolhido para realizar o momento), pois trata-se de uma “técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos da pesquisa [...] o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam” (SEVERINO, 2013, p. 106-107).

Ao longo das entrevistas, foram aplicados questionários com questões fechadas e abertas. Para Severino (2013, p. 109) questionário é o “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. De acordo com o autor, questões fechadas são escolhidas de acordo com as opções fornecidas pelo pesquisador, diferentes das abertas, que trazem a possibilidade das pessoas criarem respostas pessoais e com suas próprias palavras. A pesquisa de campo foi executada com sucesso, contando com a participação voluntária das mulheres idosas do bairro Aeroporto.

3.2 Resultados da pesquisa

O município de Breves fica localizado a latitude de 01°40'56" sul e longitude de 50°28'49" oeste, com altitude de aproximada de 40 metros acima do nível do mar, ao norte do estado do Pará, na mesorregião do Marajó, à sudoeste do Arquipélago do Marajó, na microrregião dos furos de Breves, isto é, “Estreito de Breves”. Distante da capital Belém cerca de 223,27 km em linha reta, tendo como principal meio de acesso o transporte de barco (cerca de 12h de viagem), ou de avião (saindo do aeroporto local, com duração de cerca de 30 a 45 minutos); “[...] limita-se geograficamente com os municípios, Afuá e Anajás (ao Norte); Melgaço (ao Sul); Anajás, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista (a Leste); Melgaço e Gurupá (a Oeste)” (PARÁ, 2019, p. 16).

O município possui área da unidade territorial avaliada em 2021, de 9.566,572 km². Além de população estimada para 2021 de 104.280 pessoas, a população no último censo (2010) era aproximadamente 92.860 pessoas; “49% moram na zona rural e 50% na zona urbana, 49% mulheres e 51% homens, 80% negros e 19% brancas” (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2020). Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,503, considerado baixo (IBGE, 2010). Abaixo, nas figuras 8 e 9 é possível ver a localização da cidade no mapa e na figura 9 um registro realizado da parte de cima da cidade.

Figura 8: Mapa da Cidade de Breves-PA



Fonte: AZEVEDO; SÓTER; CARNEIRO, 2020.

Figura 9: Cidade de Breves



Fonte: BREVES MARAJÓ, 2020.

É composto por quatro distritos: Antônio Lemos, Breves (sede), Curumu e São Miguel dos Macacos. A criação do município de Breves ocorreu no período colonial, em 19 de novembro de 1738 quando os irmãos Manuel Breves Fernandes e Ângelo Fernandes Breves receberam da Monarquia Portuguesa a concessão de uma sesmaria -“terreno abandonado”-, sendo a doação ratificada pelo rei português em 30 de março de 1740 (MPPA, 2018).

A família dos Breves se instalou na cidade e criou um engenho chamado de Santana, popularmente conhecido como “engenho dos Breves”, trazendo outros parentes para a região, aumentando o número de moradores no local. Em 1781 solicitaram ao capitão General José de Nápolis Tello de Menezes a modificação do nome do local, concedida por meio da portaria 20/10/1781, agora chamando a terra de Lugar de Santana de Breves, incluindo as terras de Melgaço, Portel e outras (MPPA, 2018).

Em dezembro de 1.850, por meio da Lei Provisória nº 172 de 30/12/1850, foi concedida a denominação de Freguesia, nomenclatura esta atribuída a um pequeno povoado, passando a chamar-se de Freguesia Nossa Senhora Santana de Breves, sendo ainda elevado no ano seguinte à categoria de Vila, por meio da Resolução nº 200 de 25/10/1.851, cuja data é considerada também de criação do município de Breves. Após cerca de três décadas, em dois de novembro de 1.882, a Vila de Sant’Anna dos Breves passou à categoria de cidade, através da Lei Provisória nº 1.079, sendo que a Lei Estadual nº 1.122, de 10 de novembro de 1.909, concedeu em definitivo a qualidade de cidade à sede do município (MPPA, 2018, p. 10).

Atualmente, a cidade de Breves comemora aniversário todo dia 30 de novembro de cada ano, tendo comemorado recentemente seus 172 anos. A economia local é baseada no extrativismo de açaí, palmito, arroz, milho, mandioca, urucu, tapioca ou extração de madeira; na pecuária de bovinos, búfalos, suínos ou aves, em algumas localidades a apicultura; além da associação de produtores rurais que trazem seus produtos para comercializá-los na sede do município (MPPA, 2018).

A partir da observação realizada pela discente enquanto moradora da cidade, na zona urbana, os funcionários públicos que fazem parte da folha da prefeitura canalizam boa parte do dinheiro que circula na cidade, além de alta incidência de pessoas autônomas (vendedores ambulantes, pequenos comerciantes ou trabalhadores informais em geral); os demais comerciantes lojistas de médio e grande porte (lojas de roupas, calçados, materiais de construção, redes de farmácia e outros serviços ou produtos em geral), e os benefícios e auxílios do Governo Federal (Auxílio Brasil, Benefício de Prestação Continuada-BPC e outros) ou aposentadorias.

Breves é referência em bens e serviços tanto públicos quanto privados para outros municípios próximos de menor porte, por exemplo, na políticas de saúde possui o Hospital

Regional Público do Marajó-HRPM que atende vários municípios vizinhos que não dispõem de média e alta complexidade em atendimentos hospitalares; na educação possui a Universidade Federal do Pará – Campus do Marajó Breves (UFPA), com ofertas de cursos de nível superior e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Breves (IFPA), com oferta de ensino médio integrado, cursos subsequentes, graduação e pós-graduação, além das inúmeras universidades privadas.

Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA (2016) o látex, o arroz e a madeira por muitos anos foram as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, mas somente a madeira continua sendo predominante, porém em menor intensidade do que antes quando atuavam as grandes empresas: Madenorte, Magebrás, Mainardi e Robco: “Entre as décadas de 1970 e 1980, com a chegada das grandes madeireiras, Breves figurou como um dos maiores produtores de madeira em tora do estado do Pará”, alcançando destaque mundial (IPEA, 2016, p. 119).

De acordo com Alves (2020, p. 33), a partir da década de 1970 Breves teve a expansão da atividade madeireira, sendo responsável pela reestruturação produtiva local. “Como outras atividades econômicas que se estabeleceram em Breves, e de forma cíclica, se apropria, chega a seu ápice e ao posterior declínio, causando profundas alterações no meio social, ambiental e econômico”. Para tanto, antes de analisar as atividades econômicas em um determinado espaço físico ou social é necessário compreender os conceitos de território e territorialidade:

Dessa forma, podemos dizer então que a combinação entre o conjunto de atores e suas diferentes ações no espaço resulta nas relações de poder, a partir disto, é construído o território. Nesta perspectiva observamos em Raffestin (2012), a construção do território é a consequência da territorialidade, ou seja, um conjunto de relações que a sociedade mantém com a exterioridade e alteridade para satisfação das suas necessidades. Sobre esse viés, diversas são as abordagens sobre os conceitos de território e o de territorialidade, pois resultam da atividade que o ser humano realiza no espaço (ALVES, 2020, p. 22).

Nesse contexto, o autor explicita que no processo de desterritorialização o território adquire novo sentido relacional, ao mesmo tempo que se desterritorializa ocorre nova territorialização, característica da globalização, não significa o fim da localidade, mas a transformação de um espaço. Em Breves, ocorreu a desterritorialização produtiva de expulsão e conflito, as atividades madeireiras foram tiradas do município por diversos motivos, entre eles estavam as políticas públicas ambientais nacionais e internacionais; e também pela falta de recursos naturais acessíveis devido a extração excessiva de madeira na região. O autor explica as consequências desse processo na localidade:

Com a desestruturação da produção, houve a desterritorialização das empresas (algumas emigraram para outros municípios próximos) e dos indivíduos, que tiveram que sair da atividade madeireira e conseguir outras se inserir em outros ramos, desse modo, reterritorializando-se. Essa reterritorialização não acompanha a atividade anterior, pois, alguns dos beneficiados com a atividade madeireira estão em ramos distantes da anterior, isto é, são atualmente servidores públicos, comerciantes, etc. E, com isto, houve uma diminuição do setor produtivo da madeira e uma diversificação de outros setores em Breves (extrativismo/manejo, comércio, serviços, plantio/agricultura, assistencialismo público, criação de animais), que reflete diretamente na circulação de dinheiro, porém, estimulou um êxodo rural que afeta o oferecimento dos serviços públicos de saúde, educação, etc. e no aumento da criminalidade no município. Com isso, não podemos afirmar que houve uma destruição deste território (madeireiro) pelo processo de desterritorialização (ALVES, 2020, p. 36).

Com o fechamento de diversas madeireiras na região, entre os problemas sociais mais comuns estavam a falta de renda, aumento do desemprego, da prostituição, exploração sexual, comercialização e uso de drogas, furtos, roubos, mendicância, aglomerados urbanos em bairros sem estrutura adequada e equipamentos urbanos, comprometendo a qualidade de vida da população. A mobilidade das pessoas da zona rural para a urbana em busca de emprego, escolas, moradias, assistência social, saúde trouxe um inchaço populacional, e o município não estava preparado para atender as necessidades dessa população.

Essas populações mais pobres sofrem com a superpopulação dos seus lugares de moradia, habitação inadequada, contaminação da água, falta de rede de esgoto, coleta precária ou inexistente de lixo e exposição à poluição de toda natureza (da água, climática, visual, etc.). Esse fator torna a sociedade cada vez mais excludente para essa parcela da população, o que pode intensificar, também, atividades ilícitas como o tráfico de drogas [...] (ALVES, 2020, p. 67).

Além disso, o autor reforça que não há planejamento do poder público no município, sendo este um dos possíveis motivos para que o crescimento desordenado da cidade ocorra aleatoriamente. A população urbana e rural sofre com a falta de políticas públicas e a inércia estatal frente as diversas demandas sociais e econômicas dos brevesenses. Muitos moradores antigos da cidade em conversas informais cotidianas narram o quanto a cidade já foi movimentada, teve geração de emprego e renda para as famílias e as mudanças trazidas pelas atividades madeireiras na região. Contudo, hoje após todo o ciclo de exploração dos solos e da mão de obra local, restou um montante significativo de pessoas desempregadas, devastação ambiental, fome, miséria e outros problemas sociais e econômicos.

As diversas políticas públicas locais enfrentam diversos desafios para se executar com eficiência e efetivar com qualidade, ou de modo que cubra toda a população demandante dos serviços públicos. No censo do IBGE em 2010, cerca de 31,7% da população utilizava água da rede geral de distribuição, enquanto 68,3% não tinha acesso a essa rede de abastecimento

de água. 77% das pessoas não tinham banheiro ou nem água encanada em casa. 92,4% da população não tinha acesso a esgoto e fossa séptica (OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ, 2022).

Além disso, é importante destacar que ao longo do período de proliferação da Covid-19, segundo informações do G1 Pará (14/05/2020)²³ Breves “teve a maior alta de mortes por coronavírus em duas semanas, no período de 27 de abril a 11 de maio”. Sendo o terceiro município no número de casos, e de mortes perde apenas para Belém e Ananindeua. Em outra matéria, o mesmo jornal online informou que cerca de 25% dos moradores da cidade de Breves se infectaram com a doença, dos estimados 103 mil habitantes, 25 mil foram confirmados, sem contar com as subnotificações e dos casos não registrados (G1 PARÁ, 25/05/2020)²⁴.

Nesse período a disponibilidade de água nas casas, bem como o acesso à água potável foram essenciais para que a população pelo menos tivessem o direito de tentar se prevenir da Covid-19, entretanto, para a parcela da população que possui dificuldades de acesso aos serviços decorrentes da política de saneamento básico, esse direito foi negado e isso refletiu no número de pessoas adoecidas e de mortes por essa e por outras doenças.

Breves está em constante expansão, os bairros têm aumentado de tamanho e ao longo dos anos surgiram novos bairros. Em 2009, a professora Dione Leão publicou o livro “Revivendo Nossa História: um estudo sobre os bairros de Breves Marajó-PA”, no qual traz narrativas de moradores antigos em cada localidade que explicam como se deu a ocupação dos diferentes espaços. Entre os bairros mencionados pela autora, estão: Centro, Cidade Nova, Aeroporto, Castanheira, Santa Cruz, Riacho Doce e Parque Universitário.

Atualmente, além dos bairros mencionados pela autora, existe o Cidade Nova II, Jardim Tropical e Nova Breves (ainda não especificadas suas delimitações), totalizando aproximadamente 10 bairros. A pesquisa realizada neste trabalho de conclusão de curso teve como recorte o bairro Aeroporto, compreendendo suas delimitações, para isso foi utilizado como referência os limites apresentados por Dione Leão:

VII- BAIRRO DO AEROPORTO – inicia-se nos limites do Bairro Centro e Cidade Nova (lado direito da rua Sebastião Amado) e Parque Universitário (lado direito da rua Antônio Fulgêncio) até os limites da Associação Atlética Banco do Brasil-AABB, limitando-se com o bairro Riacho Doce (lado direito da Travessa Capitão Assis) até o igarapé Purema (LEÃO, 2009, p. 14).

²³ Informação disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/14/breves-no-para-e-a-cidade-com-maior-disparada-no-numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

²⁴ Informação disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/25/em-breves-no-pa-1-a-cada-4-moradores-foram-infestados-poe-covid-19-aponta-estudo.ghtml>>. Acesso em: 26 fev. 2023.

Segundo a autora, onde hoje é conhecido como bairro Aeroporto, era uma pista de pouso de aviões de pequeno porte, utilizado por empresários/comerciantes ou transporte de pessoas doentes que precisavam se deslocar até Belém ou regiões próximas para resolver problemas urgentes, pois naquele período (década de 60) a viagem de navio para a capital paraense durava cerca de 16 a 20 horas. Era um lugar afastado, com raras residências, onde eram feitas roças (plantações de diversos produtos agrícolas), não havia acesso pela Avenida Rio Branco (LEÃO, 2009).

[...] Nas recordações dos primeiros moradores, as árvores de ingá, ameixa e miriti eram abundantes, e os terrenos, ao contrário do restante da cidade, na sua maioria, eram de terra firme. Em meio a muita mata, estava o Aeroporto. A extensão de sua pista cortava uma grande parte da atual rua Ângelo Fernandes Breves. Onde é atualmente o Centro dos Idosos ficava a parte administrativa do Aeroporto. Somente aviões de pequeno porte tinham permissões para aterrissagem. Não havia moradores nesse perímetro (LEÃO, 2009, p. 72).

As ruas Vereador Costa Leite, Sebastião Amado e Antônio Fulgêncio foram as primeiras a ser constituídas. Além disso, Leão (2009) relata que era muito comum a prefeitura retirar terra de alguns pontos do bairro para aterrizar os demais, principalmente o bairro Centro. Devido ao aumento gradual de moradores e o loteamento dos terrenos próximos ao Aeroporto, ele foi desativado, atualmente a cidade dispõe de um Aeroporto na Estrada Breves-Arapijó.

Poços na frente ou nos quintais das casas eram comuns na década de 80, a água era relativamente limpa, por isso a água da COSANPA não era muito utilizada, até meados da década de 90. As ruas eram estreitas, tipo caminhos, porque na frente das casas se acumulava muito capim, o serviço de limpeza de ruas não era regular. A maioria dos quintais nas residências era na terra firme com árvores frutíferas, recordo dos ingazeiros, cajueiros, mangueiras, ameixeiras e goiabeiras em abundância no quintal da minha casa, não é que não existissem quintais alagados, existiam sim, mas os quintais na terra eram em maior quantidade [...] (LEÃO, 2009, p. 73).

No início da ocupação do bairro, as pessoas buscavam os lotes em terra firme e o bairro ofertava terras mais extensas do que os demais. Entretanto, o fato de existir lotes em terra firme não anulou a existência de locais alagados, que devido ao aumento do número de pessoas no bairro, também foram ocupados por famílias que se depararam com diversas dificuldades relacionadas aos serviços da política de saneamento básico, como foi possível observar ao longo de 2019 a 2020 na pesquisa de Santos e Lima (2019).

O projeto de pesquisa, coordenado por SANTOS (2019a), estava vinculado ao plano de trabalho “Narrativas de Mulheres Idosas: um estudo sobre as vivências e dificuldades de acesso à água em Breves Marajó-PA”, e teve com objetivo geral: “coletar e analisar dados

sobre a ausência de políticas públicas na trajetória de mulheres idosas, considerando suas demandas na luta pelo acesso à água em Breves-PA” (LIMA; SANTOS, 2020).

Nesse período foram realizadas entrevistas com 13 mulheres idosas dos bairros Cidade Nova, Castanheira, Aeroporto e Estrada Breves/Arapijó, com idades de 50 a 80 anos, as entrevistas foram realizadas antes da pandemia. Entre as demandas apresentadas naquele momento, obteve-se os seguintes resultados: mulheres idosas possuem dificuldades para ter acesso à água, algumas por residirem em áreas de igapó, impossibilitando-as de ter poço devido as condições do solo, enquanto outras não dispõem de recursos financeiros para arcar com os custos dos profissionais responsáveis por esse tipo de serviço.

Além disso, ao longo de sua trajetória na luta pelo acesso à água sofreram abalos físicos por conta de quedas em pontes mal estruturadas, esforços para carregar baldes na cabeça ao longo da juventude ou vida adulta, ou desequilíbrio por conta do peso dos reservatórios, as atividades repetitivas acarretaram dor de cabeça constante ou em outra parte do corpo, sequelas comuns por conta das quedas são: a perda de movimento de algum dos membros ou sensibilidade de parte do corpo.

Em relação aos problemas psicológicos, narraram tristeza por enfrentar uma vida de dificuldade, estarem na fase idosa e até aquele momento ainda enfrentarem o mesmo sofrimento para ter água; além de observarem que agora a dificuldade é o cotidiano de seus filhos e netos, e devido a idade avançada ou as limitações de saúde, dependem do auxílio de terceiros para montar bombas, utilizar terrenos cedidos temporariamente para poços ou cavar tubulações até as residências, buscar água em lugares distantes, ou realizar os serviços de tratamento da água para que seja possível o consumo familiar.

Sem falar no gasto para adquirir água para o consumo humano, algumas compravam baldes nos valores de R\$ 1,00 a R\$ 3,00 dependendo da quantidade, não garantida a potabilidade ou qualidade, pois era uma água comercializada por pessoas que tinham transporte para buscar água doada em torneiras públicas como o Tiro de Guerra 008-004, Escolas Municipais como Emerentina e Maria Rafols ou residências de particulares que disponibilizavam as demais pessoas a doação de água.

Aquelas que tinham acesso à água da COSANPA, reclamavam do cheiro, da cor e da indisponibilidade constante dos serviços prestados, deixando as pessoas mais de três dias sem água quando ocorre algum problema no sistema de abastecimento do município. Os horários variavam nos bairros, em alguns a água estava disponível pela manhã de 06:00 a 07:00, em outros à tarde das 17:00 a 18:30, normalmente em um só turno, em algumas ruas ocorria pela

madrugada de 02:00 as 03:30. Sem falar no tempo disponível para armazenar a água ser curto, às vezes, durava somente meia hora.

Isso lhes toma tempo ao direcionarem horas nessas atividades cotidianas para o armazenamento e limpeza da água; o que pode também afetar sua saúde ao correr riscos de adquirirem doenças através da água contaminada, encanações perfuradas em valas, ou administração de doenças decorrentes da exposição à água da chuva (uma idosa chegou a pegar pneumonia por tomar banho com essa água) [...] (LIMA; SANTOS, 2020, p. 5).

A prática de armazenar água da chuva é muito comum na região, mas traz outras preocupações como a saúde da população. Uma das coisas que mais marcou a pesquisa naquele período foi ao longo das entrevistas uma fala geral repetida várias vezes pelas pessoas participantes, ao dizer que "o tempo passou e nada mudou", pois continuavam sem compreender o motivo dessa demanda tão antiga não interessar aos responsáveis por intervir na situação, continuando a ser invisibilizada, silenciada.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas idosas breveses em acessar os serviços de saneamento básico, com ênfase no acesso à água, existem pessoas que se mobilizam em prol de buscar soluções, nem sempre tão divulgadas ou lembradas, mas que foram essenciais para algumas das conquistas da população breveses em geral. Em meio a luta pela efetivação de direitos e a defesa da qualidade de vida para a população estão os movimentos sociais, que também exercem um papel importante no enfrentamento a precarização/desmonte dos serviços públicos.

Os movimentos sociais urbanos se constituem como sujeitos coletivos fundamentais no processo de luta pela democratização da sociedade e das relações sociais. Alguns se caracterizam por um perfil contestador e de enfrentamento com o instituído. Destacam-se pela organização de importantes segmentos da classe trabalhadora na luta cotidiana pela vida. Porém, vale destacar que os movimentos sociais urbanos não são homogêneos e guardam entre si profundas diferenças teóricas, políticas, de táticas e estratégicas. Alguns com a marca da luta classista ou institucional, outros da luta imediata e outros ainda marcados pela cooptação. Em certos momentos da luta, algumas dessas características se entrelaçam, sem, contudo, influir na identidade do movimento (FARAGE, 2015, p. 197-198).

Os movimentos sociais urbanos são heterogêneos, surgem a partir das contradições entre interesses de grupos antagônicos, cada um com seu objetivo, pessoas ligadas por interesses em comuns, engajados na luta pela garantia dos direitos de um determinado grupo, enquanto sujeitos coletivos possuem força política e conseguem criar canais ou estratégias de negociação com o Estado, foram essenciais em cada conquista do povo brasileiro para alcançar a execução das diversas políticas públicas e sociais.

Nesse sentido, no município de Breves enquanto um dos principais movimentos atuantes em relação a falta de água nas casas, foi criado o Movimento Pelo Direito ao Uso da Água-MDUA, surgindo entre 2010 e 2011, a partir das reuniões promovidas pelo Grito dos Excluídos (outro movimento social atuante na cidade de Breves-PA), nas quais contaram com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará-SINTEPP/Breves, as irmãs de Notredame e mais 16 populares, realizaram análises sobre os principais déficits da região, constatando como demanda mais incidente a falta de água própria para o consumo humano (SANTOS; SILVA, 2015).

O objetivo do MDUA é “o acesso à água de qualidade para todos os cidadãos breveses, e a luta pela não privatização da Companhia de Saneamento do Pará-COSANPA”, com técnicos que realizem capacitações para prestar um serviço de qualidade a população local, assim: “Admitiu-se que era inaceitável que numa região rica em água doce, a população não tivesse acesso a água para consumir, lavar roupas, louças, realizar suas necessidades cotidianas. Diante desse paradoxo foi colocado como emergencial o diálogo sobre a água potável no município” (SANTOS; SILVA, 2015, p. 59), por esta razão afirmam a necessidade da criação do MDUA.

Relatam que o MDUA é bastante atuante no município, e entre suas principais conquistas, está a de 2011, por meio de exigência junto ao Estado do Pará, conseguiu uma decisão judicial que sustasse as cobranças dos serviços de abastecimento de água, devido a precariedade do serviço prestado, sendo colocado como prioridade que a empresa fornecesse uma água de qualidade. Além disso, mobilizou assembleias, atos públicos, reuniões nos bairros, conseguiu audiências públicas e as Obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC II do Governo Federal, com o objetivo de construção de uma nova estação de tratamento que utilizasse as águas do rio Parauaú.

O MDUA enfrenta diversos desafios, mas resiste junto à comunidade brevese da forma que pode, para demonstrar que o acesso à água é um direito de todos, e jamais deve ser usado como moeda de troca ou caridade. Assim, o movimento continua na luta por melhorias na execução dos serviços da política pública de saneamento básico, nesse caso, o acesso à água.

Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida ao longo da construção desse trabalho trouxe inúmeros dados importantes, os quais foram explicados na tentativa de facilitar ao leitor o entendimento da realidade vivenciada por esse grupo social no bairro Aeroporto, bem como ao menos parte das percepções obtidas na pesquisa de campo. Diante disso, organizou-se esse tópico em cinco seções, para explorar detalhadamente cada subseção do questionário: o perfil

das participantes; e as especificidades dos problemas relacionados ao acesso à água, ao esgoto sanitário, aos resíduos sólidos e ao manejo das águas pluviais.

3.2.1 Perfil das idosas marajoaras do bairro Aeroporto

Ao escolher o bairro Aeroporto para o desenvolvimento da pesquisa de campo, teve-se como público alvo as mulheres idosas residentes naquele espaço, algumas previamente conhecidas em atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pela professora Ana Maria Smith Santos (com seus bolsistas e voluntários) em seus projetos junto a Faculdade de Serviço Social de Breves; outras identificadas ao longo do Estágio Curricular Obrigatório II e III no Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do bairro Aeroporto.

As mulheres idosas do bairro Aeroporto são *sujeitas de direitos*, mantem residência fixa há anos na área urbana de Breves e conhecem as principais carências relacionadas aos serviços públicos no seu bairro. O termo *sujeitas de direitos* foi utilizado pela profa. Dra. Ana Maria Smith Santos em sua tese de doutorado em Antropologia em 2019. A autora justifica a escolha do conceito em seu texto da seguinte forma:

Minha intenção em apresentar as interlocutoras da pesquisa como sujeitas é também de definir um posicionamento político na tentativa de poder criar uma outra representação, menos negativa sobre esta expressão e assim ampliar o debate a respeito de gênero e as diversas representações sociais as quais são imputadas às mulheres [...]. Assim, ser sujeita nesta tese representa muito mais que apenas a flexão para o feminino, tem uma singela pretensão de “fortalecer o coro” iniciado por Venson e Pedro (2012), tentando rever a negatividade com a qual esta palavra é utilizada e fazer pensar em formas mais justas de representar o ser mulher na sociedade brasileira (SANTOS, 2019b, p. 84).

Assim, o ato de flexionar a palavra “sujeitos” para o feminino não se resume a simples ação de modificar a escrita de uma palavra, mas ampliar o debate sobre gênero e as representações sociais impostas às mulheres, demarcando a contribuição dessas idosas breveses enquanto atrizes políticas que compõe a sociedade brasileira, paraense, marajoara.

De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, Lei de nº 10.741 de 1 de outubro de 2003, em seu Art. 1, conceitua como pessoa idosa “às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (BRASIL, 2003). Entretanto, esse trabalho ao tratar sobre a pessoa idosa e/ou no ato de selecionar as pessoas participantes da pesquisa de campo considerou como idosas marajoaras as mulheres com idade igual ou acima de 50 anos, compreendendo que essa faixa etária também frequenta as atividades realizadas no CCFV-Aeroporto voltadas para os idosos.

As entrevistas com as participantes da pesquisa ocorreram de 17 a 21 de dezembro de 2022. O questionário utilizado nas entrevistas foi dividido em duas seções: a 1- Identificação do perfil do público-alvo e a 2- Perguntas sobre a política de saneamento básico, subdividida em quatro subseções: a) Abastecimento de Água, b) Esgoto Sanitário, c) Resíduos Sólidos e d) Manejo de Águas Pluviais, sendo entregue no ato da entrevista a cópia do termo de consentimento emitido pela pesquisadora e gravado no celular da discente os áudios das entrevistas daquelas que autorizaram.

Foram entrevistadas 20 mulheres idosas residentes no bairro Aeroporto, com idades entre 50 a 80 anos, residentes em oito ruas: Avenida Bagre, Altino Amorim, Avenida Anajás, Sebastião Amado, Avenida Gurupá, Avenida Melgaço, Travessa Castilho França e Ângelo Fernandes Breves. Na tabela I é possível acompanhar a tabulação dos dados coletados em campo - considerando neste texto o uso fictício somente do nome das participantes e de demais pessoas físicas por elas mencionados - pois a tabela é composta de nome, idade, cor (auto declaração étnico-racial), naturalidade, escolaridade e tempo de residência fixa em Breve-PA. Os dados de identificação do perfil do público alvo foram distribuídos em duas tabelas, para melhor descrição das informações, conforme é possível analisar abaixo:

Tabela 1 - Identificação do Perfil do Público Alvo parte I

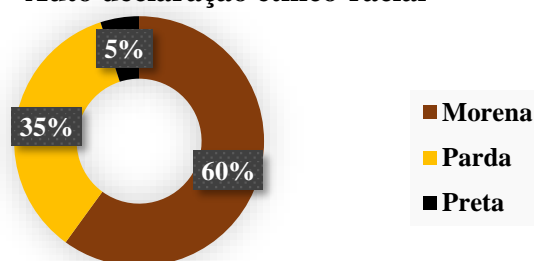
Nome	Idade	Cor	Naturalidade	Escolaridade (ano)	Tempo Breves
Tania	70	Morena Clara	Breves-PA	Médio Inc. (1º)	70 anos
Marisa	63	Morena*	Rio Mapuá Breves-PA	Fundamental Inc. (3º)	50 anos
Rita	55	Morena Clara	Portel-PA	Fundamental Inc. (4º)	32 anos
Sonia	50	Parda	Currálinho-PA	Fundamental Inc. (5º)	+45 anos
Regina	72	Morena	Rio Camarapi Portel-PA	Alfabetizada	32 anos
Roberta	58	Morena	Companhia Breves-PA	Fundamental Inc. (3º)	28 anos
Soraia	64	Parda*	Belém-PA	Fundamental Inc. (3º)	50 anos
Benedita	79	Parda*	Rio Macacos Breves-PA	Analfabeta	+20 anos
Julia	80	Morena	Rio Macacos Breves-PA	Analfabeta	05 anos
Neide	59	Morena	Portel-PA	Fundamental Inc. (2º)	30 anos
Marília	75	Morena	Rio Macacos Breves-PA	Analfabeta	12 anos
Denilda	55	Parda	Portel-PA	Fundamental Inc. (7º)	35 anos
Filomena	73	Parda	Rio Camarianã Portel-PA	Médio Completo	40 anos
Elza	52	Parda	Rio Tajapurú Melgaço-PA	Médio Completo	46 anos

Marilda	68	Preta	Rio Jaburu Breves-PA	Alfabetizada	21 anos
Antônia	61	Parda	Rio Ituquara Breves-PA	Alfabetizada	46 anos
Olivia	57	Morena	Currallinho-PA	Fundamental Inc. (3°)	57 anos
Margareth	70	Morena	Rio Santa Helena Breves-PA	Fundamental Inc. (4°)	10 anos
Santana	64	Morena	Rio Camarapi Portel-PA	Alfabetizada	20 anos
Olga	67	Morena	Anajás	Analfabeta	30 anos

Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022

Chama a atenção da pesquisadora o fato de nenhuma das entrevistadas se auto declarar como branca, 60 % se autodeclararam “morena” (no ato da entrevista foi feita a menção sobre a cor da pele, elas se declararam com diferentes tons, porém todos estão unificados em uma só resposta para melhor entendimento), 35% pardas e 5% preta. Todas as mulheres idosas se autodenominavam de alguma cor, em suma, 100% se consideram não brancas, chegam a mencionar os termos “parda, morena, morena clara e preta”, esse questionamento as deixava em dúvida.

Grafico 1 - Auto declaração étnico-racial



Esse dado faz refletir sobre a exclusão das mulheres idosas que se auto declararam pardas e negras, pois essa problemática em análise demonstra um dos determinantes de vulnerabilidade social que é a falta de acesso à política pública de saneamento adequado. A partir da observação em campo e da entrevista, foi possível analisar a questão por meio do conceito de racismo ambiental no quesito exclusão social de pessoas em vulnerabilidade, pelo fato das pessoas pretas serem as mais atingidas pelos problemas sociais, que vão além da questão de classe e perpassam pela exclusão pautada na discriminação racial.

Almeida (2016) explica que a discussão sobre racismo ambiental surgiu a partir dos protestos da população negra nos Estados Unidos por justiça ambiental, devido a elevada exposição desse grupo a poluição industrial. Nesse período também se intensificava a luta por

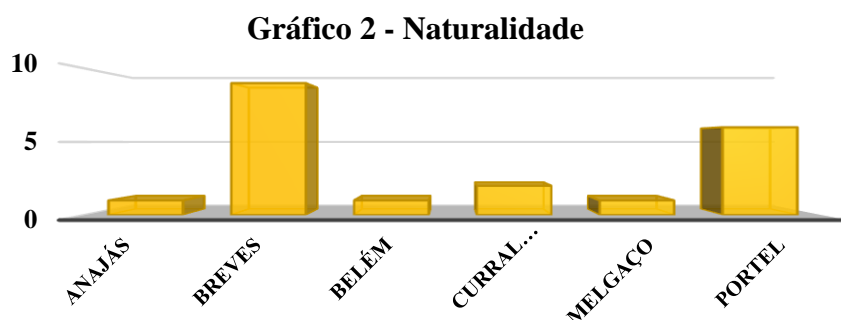
direitos civis e com o surgimento da luta por justiça ambiental realizado pela população negra ocorreu a união aos movimentos ambientalistas e de pautas por equidade social e contra a discriminação racial. Para a autora, racismo ambiental é

[...] uma forma institucionalizada de discriminação, a qual consiste em “ações ou práticas realizadas por membros de grupos (raciais ou étnicos) dominantes que tem particular impacto desvantajoso em membros de grupos (raciais ou étnicos) subordinados” (ibid., p. 2). Com efeito, vale dizer que o racismo institucional se manifesta através de mecanismos, ações, estratégias, políticas, decisões, etc., de instituições públicas e de agentes privados, explicitamente ou não, que imponham tratamento diferencial ou inferiorizem a populações de minorias raciais ou étnicas (ALMEIDA, 2016, p. 25).

Assim, o racismo ambiental se manifesta por meio de ações contra determinados grupos étnicos que inferiorizem a população composta por esses grupos raciais, subordinando-os a situações de insalubridade. No caso dos Estados Unidos, as áreas ocupadas pela população negra sofriam com a elevada taxa de degradação ambiental decorrente dos resíduos industriais despejados sem qualquer cuidado com a saúde pública ou meio ambiente. Em Breves, no bairro Aeroporto, as vinte mulheres idosas que se autodeclararam não brancas sofrem com a falta dos serviços adequados relacionados a política de saneamento básico, demanda negligenciada por diversas gestões, deixando a população sem compreender o motivo da inercia estatal.

A exploração do meio ambiente de modo predatório, a expulsão de povos nativos de suas terras para favorecer o capital, o descaso em resolver problemas sociais e econômicos em certas camadas populares, a exclusão de pessoas que representam determinados grupos sociais de cargos políticos, oportunidade de formulação ou deliberação desses grupos sobre assuntos de sua realidade local são formas de exclusão por raça, gênero ou classe. Quanto maior a degradação ambiental em certas regiões, os ricos irão procurar os locais menos quentes, com água em abundância e recursos minerais, naturais e limpos para explorar, expulsando as pessoas e segregando os pobres a viver em situação de miséria, fome, desemprego e expostos a todos os tipos de doenças decorrentes da destruição do meio ambiente (GELEDÉS, 2019).

Quanto as cidades onde nasceram as entrevistadas, constatou-se que as mais mencionadas foram Breves com quase 50% das respostas (9 pessoas); seguida de Portel com 6 pessoas; Curralinho com 2 respostas e Anajás, Melgaço e Belém com 1 em cada. Vale ressaltar que 12 pessoas afirmaram ter nascido na zona rural, em algum rio ou vila distante da zona urbana, conforme o gráfico abaixo.



Além disso, as pessoas que mencionaram vir da zona rural, também declararam ter mais dificuldade para ter acesso a instrução formal em escolas, inclusive relataram que na região onde residiam não havia estrutura física e nem organização familiar adequada para o acesso a instrução formal, pois realizavam algum tipo de atividade para a família, assim, não restava tempo para ter acesso à educação. Quando questionadas sobre a escolaridade, as repostas estavam entre analfabetas a ensino médio completo.

Dona Regina (2022) relata um dos motivos de não ter sido alfabetizada quando residia na zona rural de Portel, no rio Camarapi, segundo ela, era muito difícil algum professor aceitar ir lecionar naquela região: “Estudei bem pouco, quando eu era mais nova, meu pai me botou pra estudar, mas a professora não demorou aí eu não estudei mais, [...] (aprendeu a escrever o nome?), aprendi, um estudo aqui no Centro”.

O mais interessante é que após Dona Regina manter residência fixa na cidade de Breves conseguiu aprender a escrever seu nome em aulas no CCFV-Aeroporto (que inclusive não ocorrem mais há certo tempo, mas os idosos cobram e sentem falta até hoje dessas atividades) e no Maria de Lourdes, uma escola localizada ao lado do CCFV.

Dona Julia (2022) é analfabeta e ao ser questionada sobre seu nível de escolaridade afirmou “Não, nunca estudei, minha mãe nunca deixou. Por isso que eu sou burra burra (risos), não aprendi nem a falar”. Dona Benedita (2022) também é analfabeta e relata os motivos de não ter tido acesso à educação quando residia no rio Macacos, localidade ribeirinha de Breves: “Não, [...] no tempo que me criei estudo era aqui na cidade e olhe lá, era aqui aculá, era só o papai que tinha recurso pra pagar, pra poder estudar e nós não estudamos. Meus irmãos se desemburraram lá no Macacos, apareceu um professorzinho lá e aí dava aula [...] a noite” (BENEDITA, 2022).

Na tabela I, temos 4 pessoas analfabetas (não sabem ler e nem escrever, assinam com a digital); 4 pessoas alfabetizadas (não sabem ler e escrever, mas aprenderam a assinar o

próprio nome); 9 mulheres com ensino fundamental incompleto (2º a 7º ano) e 3 com ensino médio (1º a 3º ano). Dona Marilda (2022) residia no rio Jaburu e explica que apesar de ter aprendido a ler, não conseguiu continuar os estudos, mas aprendeu a escrever o seu nome completo: “Só um pouco, precisei trabalhar, meu pai morreu cedo, eu tinha 13 anos, teve que trabalhar, minha mãe não era aposentada ainda, a gente morava no interior, aí não deu mais pra mim estudar muito”.

Essas mesmas mulheres que não tiveram, por algum motivo, a oportunidade de ter acesso à educação são esposas, mães, avós que residem junto a seus familiares, e apesar da idade, ainda realizam diversas atividades domésticas ou relacionadas ao cuidado. A autora Perrot, afirma que o trabalho exercido pelas mulheres sempre foi essencial para a reprodução das sociedades, mas nunca valorizado, ao contrário, é menosprezado, conforme o seguinte trecho: “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era de ordem do doméstico, da reprodução, não valorizado, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível.” (PERROT, 2007, p. 109).

A autora entende que as mulheres passam mais tempo sendo educadas para exercer o “cuidado” do que instruídas para ter acesso à educação ou, ao menos, oportunidade de exercer sua autonomia. Dados de 2018 divulgados pelo Instituto Trata Brasil convergem com as reflexões de Perrot (2007):

Aproximadamente 30% das mulheres com mais de 15 anos de idade tinham filhos ou enteados menores morando em suas casas. Essas mulheres totalizaram um contingente de 25,7 milhões de mães que auxiliavam nos cuidados de 42,4 milhões de filhos ou enteados menores. Isso equivaleu a uma média de 1,65 filho ou enteado por mãe. No meio rural, essa média foi ainda maior: 1,87 filho ou enteado por mãe. Acrescentando o contingente de 5,3 milhões de avós que moravam com seus netos ou bisnetos, chega-se a um contingente de quase 30 milhões de mulheres que dividiam seu tempo como estudantes, trabalhadoras, dona de casa, ou aposentadas com os cuidados de filhos, enteados, netos e bisnetos (TRATA BRASIL, 2018, p. 10).

Essas mulheres breveses participantes da pesquisa explicaram seu papel frente ao ofício do cuidado, exercido até hoje em suas residências. Mas essa não é somente a realidade das idosas marajoaras do bairro Aeroporto, pois “Segundo a PNADC (em 2019), 85,9% das mulheres brasileiras com mais de 5 anos de idade declaram ter se dedicado a trabalho doméstico na própria moradia e 3,6% nas casas de parente [...]” (TRATA BRASIL, 2022, p. 13).

Em relação ao tempo de residência no município de Breves, moram de 5 a 70 anos no município, sendo que a maioria das entrevistadas afirmou morar há muitos anos no município,

algumas já tendo residido em outros bairros antes de vir para o Aeroporto, outras nasceram ou se criaram nele.

Os motivos para o deslocamento das pessoas da zona rural para a zona urbana de Breves são inúmeros, Dona Benedita (2022) veio para a cidade por motivos de saúde de um familiar: “eu nasci no rio Macaco, no braço dos Macaco grande, tô bolando por aqui por ato de doença da minha mãe, foi que eu trouxe ela doente pra cá e pelejei e não foi possível de salvar a vida dela”. No caso de Dona Julia (2022), o motivo foi relacionado a violência na zona rural, conforme explicou: “eu vim corrida (risos), tinha muito malandro pra lá, (estava muito arriscado?) era muito arriscado, aí prometeram de irem me assaltar, aí meu filho endoidou, endoidou, endoidou e mandou que eu viesse embora na frente [...]”.

Falta de saúde, educação, renda e segurança pública são alguns dos motivos que trouxeram essas famílias para a zona urbana. Faleiros (2004, p. 16) afirma que o capitalismo traz com ele o desenvolvimento das tecnologias e dos equipamentos de produção, junto a promessa do tão famoso “desenvolvimento” e isso interfere na vida das populações rurais. Nesse sentido, o autor afirma que “A expansão da indústria e da técnica, por sua vez, além de destruir modos de vida próprios de outras formas de economia, por exemplo, a de subsistência, também poluiu cidades, rios e florestas”, como aconteceu em diversos locais onde ocorriam atividades madeireiras no município, uma vasta produção de riqueza econômica, a qual deixou apenas o desemprego, a fome e a degradação ambiental.

A mudança nas condições de vida da população e nos modos de reprodução social fez com que as pessoas buscassem o meio urbano para ter acesso à saúde, à educação, ao trabalho e a outras necessidades. Assim, as pessoas acabam acreditando que o fracasso é individual ou falta de sorte na vida, então, o Estado “generoso” oferta as políticas sociais para integrar os “carentes” e “desfavorecidos” ao sistema capitalista, lhes promovendo poder mínimo para o consumo por meio de políticas compensatórias como o Bolsa Família, Auxílio Brasil e outros, camuflando o nível de desigualdade social produzida e reproduzida no capitalismo.

[...] A falta de assistência educacional, a falta de assistência à saúde, a falta de moradia, a falta de emprego, de lazer, a falta de roupas e alimentos, ou seja, a doença, o desemprego e a fome são atribuídas as falhas individuais, ou à ausência de sorte na vida, pois com as políticas sociais o sistema surge atuante e preocupado com todos. Os programas governamentais parecem dar um jeito de integrar os “carentes” no sistema de consumos e equipamentos, ou ao menos oferecem essa perspectiva a médio e longo prazo (FALEIROS, 2004, p. 17).

De acordo com o autor, a expulsão das pessoas do campo para o meio urbano gera necessidade da implantação e ampliação de equipamentos urbanos e serviços de saúde,

educação, habitação, luz, esgoto e outras intervenções estatais para manter a reprodução da força de trabalho.

Nesse contexto, na tabela 2 é possível identificar os dados sobre o tempo de residência fixa das idosas no bairro Aeroporto, o número de filhos que tiveram e/ou dependentes financeiros que residem na mesma casa, a fonte de renda, a condição do imóvel e o material predominante na construção da residência.

Tabela 2 - Identificação do Perfil do Público Alvo parte II

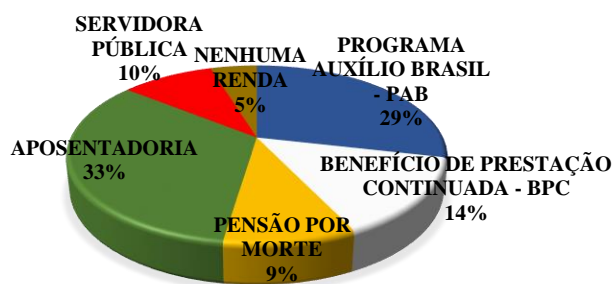
Nome	Tempo no Aeroporto	Filhos/Dependes	Renda	Imóvel	Casa
Tania	54 anos	12/0	BPC	Cedido	Madeira
Marisa	36 anos	8/1	PAB	Própria	Mista
Rita	27 anos	6/1	0	Própria	Madeira
Sonia	20 anos	9/4	PAB	Própria	Madeira
Regina	+ 20 anos	9/1	Aposentada e pensionista	Própria	Mista
Roberta	14 anos	6/2	PAB	Própria	Madeira
Soraia	29 anos	13/3	PAB	Própria	Mista
Benedita	22 anos	2/1	Aposentada	Própria	Madeira
Julia	05 anos	5/2	Aposentada	Própria	Mista
Neide	30 anos	7/5	PAB	Própria	Mista
Marília	10 anos	8/0	Aposentada	Própria	Mista
Denilda	23 anos	2/1	Servidora Pública (Serv. Gerais)	Própria	Mista
Filomena	33 anos	12/2	Aposentada	Própria	Mista
Elza	35 anos	4/2	Servidora Pública (Costureira)	Própria	Mista
Marilda	4 anos	2/1	BPC	Própria	Madeira
Antônia	12 anos	2/2	Pensionista	Própria	Mista
Olivia	13 anos	2/2	Aposentada	Própria	Madeira
Margareth	10 anos	13/1	Aposentada	Própria	Madeira
Santana	20 anos	9/2	PAB	Própria	Mista
Olga	30 anos	7/4	BPC	Própria	Madeira

Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022

Com base nas informações da tabela acima, é possível compreender que as participantes da pesquisa residem no bairro Aeroporto de 4 a 54 anos, tempo suficiente para conhecer diversos problemas nas políticas públicas executadas na localidade. Assim, foi possível constatar que o grupo teve cerca de 2 a 13 filhos, tendo hoje enquanto dependente financeiro de 0 a 4 filhos em sua residência, além dos netos.

Quando questionadas sobre a fonte de renda, as respostas variavam entre: 33% Aposentadas com renda mensal igual ou maior a R\$ 1.212,00, 29% fazem parte do Programa Auxílio Brasil no valor de R\$ 600,00; 14% recebem o Benefício de Prestação Continuada-BPC no valor de R\$ 1.212,00; 10% servidoras públicas ainda atuantes com renda mensal de R\$ 1.212,00; 9% recebem pensão pela morte do esposo e 5% não possuem nenhuma renda e dependem da família ou de terceiros.

Gráfico 3 - Renda



As pessoas com as menores rendas ficavam receosas de falar o valor do seu ganho mensal, principalmente aquelas que recebem o Auxílio Brasil ou não tinham fonte de renda. Faleiros (2004, p. 22) acredita que isso acontece porque “Apesar de ser considerada um direito, a assistência se apresenta como um estigma, pois é atribuída [...] aos “incapazes” de trabalhar, o que vem a tornar-se uma vergonha numa sociedade competitiva e consumista”.

O número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza vem aumentando a cada ano, antes da pandemia se tinha os seguintes quantitativos, “[...] havia 21,752 milhões de mulheres e 20,264 milhões de homens abaixo da pobreza, totalizando 42,016 milhões de pobres em 2019. Isso significa que a participação das mulheres entre os pobres brasileiros era maior que a dos homens” (TRATA BRASIL, 2022, p. 19). Assim, o país voltou para a linha da extrema pobreza e da insegurança alimentar devido à falta de condições financeira para a subsistência familiar adequada. Após a eclosão da Covid-19 e a intensificação das desigualdades sociais, provavelmente esse número deve ter sido alterado.

Além disso, é importante frisar que em 15 de julho de 2020, foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidência da república o novo Marco Legal do Saneamento Básico. Segundo informações do governo federal, “o objetivo foi estabelecer novas alternativas de financiamento e mecanismos para universalizar os serviços de saneamento básico no país até 2033” (GOV.BR, 15/07/2022)²⁵. Entretanto, o problema das promessas de modernização e ampliação do acesso é o incentivo ao setor privado, incentivando concessionárias a realizar a prestação dos serviços e suas cobranças “necessárias” ao desenvolvimento da política, desresponsabilizando o Estado e mercantilizado a política pública.

Nesse contexto, das 20 mulheres entrevistadas, 19 afirmaram que residem em imóvel próprio, somente uma pessoa reside em imóvel cedido pela família, mas possui sua própria residência, porém, por motivos pessoais não está residindo na mesma. Isso demonstra que apesar das dificuldades financeiras, de acesso à água, esgoto e outros serviços públicos, essas pessoas conseguiram se estabelecer fixamente no bairro ao adquirir um lote (terreno) para construir suas casas e viver junto a seus familiares.

As residências construídas são casas, preferencialmente de madeira ou mistas (madeira e alvenaria). Vale ressaltar que as 45% de madeira são casas em terrenos alagados (igapós), alguns aterrados com moinha, terra, ou caroço de açaí para ser viável à prática de plantações decorativas ou de frutas que se adaptam a vargem; já as 55% ditas mistas são casas construídas predominantemente de madeira, mas com piso, banheiro, ou cozinha de alvenaria, ou de altos com os ambos os materiais.

Figura 10 - Residências no igapó (madeira)



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Figura 11 - Residência mista no igapó



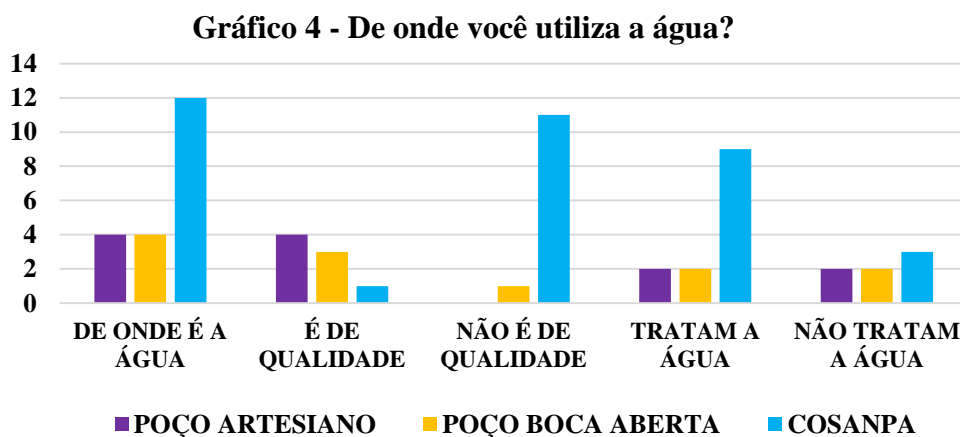
Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

²⁵ Informações disponíveis em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/marco-legal-do-saneamento-completa-dois-anos-nesta-sexta-feira-15#:~:text=Aprovada%20pelo%20Congresso%20Nacional%20e,privados%20significativos%20para%20o%20s etor>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

Na figura 10 é possível ver duas casas construídas de madeira em terreno de igapó (vargem), nesse local as pessoas utilizam água da COSANPA, por não ter poços nos lotes das famílias. Na figura 11 tem-se uma casa mista, com parte da cozinha em alvenaria, além disso, a figura capturou a presença de um coqueiro plantado em um trecho do quintal, demonstrando a iniciativa de alguns moradores em plantar árvores frutíferas que se adaptam ao tipo de ambiente disponível a essas famílias.

3.2.2 Acesso à água

Agora, vamos para as perguntas sobre a política de saneamento básico, começando com a primeira subseção do questionário aplicado, o abastecimento de água, teve cinco perguntas. O questionamento foi “De onde você utiliza água? ”, com as opções de resposta poço artesiano, poço de boca aberta, COSANPA ou outros.



Conforme é possível observar no gráfico acima, 4 pessoas responderam que utilizam poço artesiano, 4 o poço boca aberta e 12 utilizam a água da COSANPA. Quando questionadas se essa água utilizada pela família é de qualidade, todas as que utilizam o poço artesiano disseram que sim e somente 2 tratam a água para o consumo familiar; enquanto as pessoas usuárias do poço de boca aberta, 3 disseram que é de qualidade e somente 1 negou, 2 afirmaram tratar a água e outras 2 não o fazem; quanto aquelas que utilizam os serviços da COSANPA, somente 1 considera sua água de qualidade e 11 acreditam não ser, 9 dessas pessoas tratam a água para o consumo humano e 3 não tratam, porém não ingerem, utilizam para os serviços domésticos.

No Estatuto Social da COSANPA (2018, p. 1), consta seus objetivos:

I – A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável, constituído pelas atividades, infraestrutura e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos e mediação; e

II – A prestação do serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no corpo receptor.

Em seus documentos legais prevê quais os seus objetivos e como se dará a prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, considerando a estrutura de instalação, captação, coleta, transporte e até as ligações prediais e seu destino final. Contudo, a realidade apresentada pelas idosas do bairro Aeroporto é bem diferente.

Figura 12 - Poço Artesiano



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Figura 13 - Poço Boca Aberta



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

A figura 12 demonstra o que é um poço artesiano, um único tubo com cerca de 50 a 100 cm de espessura, vai sendo emendado até o limite máximo necessário de profundidade o suficiente para jorrar água, os preços variam de acordo com quem realizar o serviço, com valores iniciais em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00 para poços rasos, quanto maior a profundidade, mais material e trabalho custa, podendo chegar até o triplo do valor, depende muito das condições do terreno a ser cavado. A figura 13, tem-se o tipo de poço mais comum na região, o custo é mais em conta, com valor inicial de R\$ 300,00 a R\$ 600,00, podendo aumentar dependendo da quantidade de pessoas envolvidas.

Figura 14 - Água da COSANPA na Avenida Anajás

Figura 15 - Água da COSANPA com pó, em tratamento para consumo



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Na figura 14 é possível ver a cor da água fornecida pela COSANPA na avenida Anajás, enquanto na figura 15 temos a mesma água sendo tratada com um pó branco (sulfato de alumínio) utilizado pela maioria das mulheres entrevistadas, esse material faz a sujeira baixar no fundo do balde, deixando a água com uma cor “limpa”, assim, os moradores se sentem mais seguros para realizar o consumo.

Em seu *site*, a empresa divulga a sua missão institucional: “Atender a população urbana do Estado do Pará com serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma a alcançar elevados níveis de qualidade e de universalização” (COSANPA, 2018). Entretanto, é notório que a missão não vem sendo efetivada na cidade de Breves, isto é, no bairro Aeroporto, haja vista que só presta o serviço de abastecimento de água, de forma precária e há anos sem alternativas de solução ou amenização da demanda coletiva.

Figura 16 - Pó de Sulfato de Alumínio



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Figura 17 - Resultado após tratar



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

A figura 16 é um dos principais remédios utilizados pelas mulheres idosas para tratar a água, alguns chamam de pó, outros de pó branco, sulfato, cloro, isto é, a maioria não tinha certeza de qual era o nome do remédio utilizado, por isso, fez-se questão de fazer o registro. A

figura 17 tem-se a garrafa com água da COSANPA após o processo de tratamento no balde na rua Altino Amorin, essa água estava na geladeira, já disponível para o consumo humano.

Vale ressaltar que o pó de sulfato de alumínio não torna a água potável como a maioria das pessoas acredita. Pois, o correto seria utilizar o hipoclorito, material distribuídos pelos agentes de saúde que fazem visitas nas casas ou disponibilizados nos postos de cada bairro. Inclusive, as moradoras relataram ser raro receber visita de algum funcionário da área da saúde.

Dona Sonia (2022) utiliza poço boca aberta em terreno de terceiros, e explicou sua percepção quando questionada se aquela água era de qualidade: “Sim, só quando chove a água fica suja e tem que pegar de outro lugar”. Já a Dona Filomena (2022) respondeu convicta: “Não, ela é muito suja e fedorenta, mas graças a Deus que tem né! ”. Reconhece que é de péssima qualidade, mas teme a falta desse recurso, mesmo não sendo potável.

Dona Filomena (2022) explica como realiza o tratamento da água em casa: “A gente só filtra ela pra usar na panela, no café. [...] Num filtro de balde assim comum, filtro caseiro. (Mas vocês não tomam?) Não, não, a gente toma água daí do poço dos outros, lá do Tiro de Guerra, ali do Monteiro”²⁶. Relata que a água da COSANPA tem uma nata (cor amarelada flutuante que aparece ao ser fervida) e por isso preferem buscar água em torneiras públicas.

Na figura 18 é possível ver uma das principais torneiras públicas utilizadas por pessoas de vários bairros, localizada no Tiro de Guerra 008, na Estrada PA 159 Breves-Arapijó. A figura 19 é um filtro comprado pelo esposo de uma das entrevistadas, para que a família possa filtrar a água da COSANPA e poder bater as latas de açaí, uma fonte alternativa de sustento familiar.

Figura 18 - Torneira Pública (Tiro de Guerra)



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Figura 19 - Filtro usado por batedor de açaí



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

²⁶ O Tiro de Guerra fica localizado na P.A. 159, Estrada Breves-Arapijó, enquanto o Monteiro, é um pequeno comercio próximo a casa da entrevistada, ambos localizados no bairro Aeroporto.

Dona Elza (2022) relata que tratar a água da COSANPA com um “pó branco” comprado pela família, sendo está a principal ação para viabilizar o consumo humano na sua residência

Essa água a gente só consegue através de bomba elétrica. A gente trata, ela não é um água de qualidade, é muito suja. (Como é o tratamento?) A gente coloca um produto, só que eu não sei o nome desse produto, é um pó branco [...]. Eu já carreguei muita água de torneira pública, não sei se tu sabe como é, por exemplo, lá na esquina uma vez conseguiram uma ligação que veio de muito longe aí colocaram uma caixa d'água muito grande, enchia aquela caixa e ela tinha várias torneiras, aí a gente formava filas e pegava água. Só que isso tinha horário, que essa água ela tem horário, não é todo tempo que tem, tu ligar tua bomba e puxar. Não é na hora que tu precisa é quando tem, e ela falta muito [...]. Tem vez que a gente passa de três dias sem água, a gente fica desesperado até quando dá problema lá na COSANPA nas bombas. [...] Eu tenho vizinhos que tem por exemplo um cano, um tubo, aonde a pessoa pega água ali daquele tubo (ELZA, 2022).

Ela relata que já passou muitas dificuldades para ter acesso à água antes de ter a encanação da COSANPA, mas após a instalação da rede melhorou a situação no quesito não depender de torneiras públicas, entretanto, tem que tratar à água todos os dias, lavar os reservatórios e fazer constante manutenção nas instalações. Explicou que teve o cuidado de comprar bomba, encanação, reservatórios, todavia, alguns vizinhos utilizam apenas um tubo, devido a situação financeira não permitir o gasto com estrutura ou remédios.

Dona Olga (2022) possui 67 anos e enfrenta problemas de saúde, só tem um rim, relata como trata a água da COSANPA, pois não possui poço e reside em área alagada na Avenida Melgaço:

Eu trato colocando aquele pó, mas pro meu rim que eu tenho só um não posso tomar essa água com esse pó, é recomendado do médico, aí eu peço quase todo dia, de dois em dois dias tô pedindo para essa vizinha aqui (aponta para o lado), ela tem um filtro e filtra muita água, aí ela me ofereceu para pegar água aí com ela. Eu pego todo dia quase, eu pego dois carotezinhos aí que eu bebo essa água, mas se eu beber essa água com pó dói o meu rim [...] (OLGA, 2022).

A dona Olga possui um quadro de saúde que exige a existência de água potável para sentir-se bem e para ter o funcionamento adequado de seus órgãos, mas sofre com a precariedade dos serviços prestados pela COSANPA, sendo inviável para ela comprar água devido a condição de pessoa com baixa renda. O Movimento Pelo Direito ao Uso da Água denunciava isso desde 2015 em um documento produzido por eles com o tema: Relatório do Movimento Pelo Direito ao Uso da Água Sobre as Obras da COSANPA do PAC – I E PAC – II. O documento explica como ocorria o fornecimento de água naquele período:

Água distribuída pela rede COSANPA: a água é distribuída por um período de, no máximo, três horas por dia, sendo que nos bairros periféricos este período é de

menos de uma hora e só é possível o abastecimento das casas através da sucção dos canos. Primeiramente, as pessoas fazem um buraco no chão, e sugam com a boca a encanação; em seguida, conectam a tubulação em uma bomba elétrica para um abastecimento composto de uma água misturada a muito material suspenso e de qualidade comprometida (MDUA, 2015, p. 1).

Além disso, também informam que há duas obras paradas. A obra do PAC I – Obra de revitalização da COSANPA; e a PAC II - obras de captação e distribuição de água do Rio Parauaú, e questionam a falta de transparência por parte das instituições envolvidas na execução e aferição da obra, somente permitida nas ações do Projeto Social que ocorria em paralelo. Além disso, o documento traz sugestões de possíveis medidas para amenizar as dificuldades do povo brevense enquanto as obras não fossem concluídas. A obra de ampliação do sistema de abastecimento de água da COSANPA em Breves-PA estava sendo realizada no bairro Jardim Tropical, em frente ao rio principal da cidade, com a promessa de utilizar as águas do rio Parauaú. Iniciou em 2013 e não foi concluída, via matéria *online* no site Notícia Marajó²⁷: “a construção da estação de tratamento de água já teve várias paralisações ao longo dos anos, ficando três meses paralisada apenas em 2022, e ultrapassou o orçamento inicial, estipulado em R\$ 10 milhões. Já foram gastos R\$ \$25 milhões e apenas 58% da obra foi concluída” (NOTÍCIA MARAJÓ, 2022).

A obra ultrapassou seu orçamento de 10 para 25 milhões e até agora não está concluída, já houve trocas de construtora, paralisações e retomadas, e a população continua sem uma resposta coerente. Sem resposta do Estado frente a demanda exposta, perguntou-se as participantes quais suas principais dificuldades para acessar a água. Em síntese, as que utilizam poços artesanais responderam ser a distância da residência para onde fica o poço, haja vista que algumas utilizam terrenos de terceiros para cavar esses poços coletivos; o fato de não ter poço próprio, pois nem sempre tem autorização para adentrar no terreno alheio e corrigir os problemas, ou ter o trabalho a mais de levar ou ligar a bomba elétrica no local cedido; sem falar no elevado preço da energia elétrica.

Dona Margareth (2022) reside no final da Avenida Bagre, em área alagada e relata de onde utiliza água e os motivos de comprar para beber, mesmo utilizando água de poço artesiano.

É do poço artesiano ali do seu “Vá”, nós paga R\$ 50,00 por mês e para tomar é R\$ 20,00. A de tomar é cinco balde que a gente compra, eu acho que não dá uma semana não, uns quatro dias que dá. (Quanto é um balde?) R\$ 4,00. (Mas não é da mesma água desse poço artesiano do seu Vá?) Não senhora, é uma água mais

²⁷ Informações disponíveis em: < <https://noticiamarajo.com.br/marajo-2/apos-condenacao-em-breves-cosanpa-tem-obra-que-comecou-em-2013-na-mira-do-mp/>>. Acesso em: 10 já. 2023.

civilizada que é pra tomar mesmo, a do Vá é só pra lavar roupa, tomar banho. Ela tem uma nata, os pessoal tomam aí, mas eu não tomo, não tenho coragem, tem uma nata assim. Uma cor amarela, uma nata amarela e é poço artesiano. (Qual a sua principal dificuldade para ter acesso à água?) Não sei nem te falar (risos), acho que é o poço, começaram a cavar um poço aí na frente da casa da minha filha e não terminaram. Foi o [deputado estadual], ele mandou cavar, pagou, quando chegou numa pedra o homem parou e não terminou [...] (MARGARETH, 2022).

Nesse trecho da Avenida Bagre não existe rede da COSANPA, então, é muito comum os moradores se unirem como forma de ajuda mútua para utilizar terrenos cedidos de terceiros para cavar poços artesiano (doados pelo deputado estadual da região no período eleitoral de 2022 após uma reunião com alguns moradores do local) ou “poços de boca aberta” no terreno de uma senhora que reside no Centro “Mariazinha” que possui área de terra firme, local onde há vários desses poços grandes utilizados por outras partes das pessoas, mas eles secam em verões intensos. A partir dos relatos das usuárias dos dois tipos de poços naquela rua, ambos afirmaram a existência da nata (cor amarelada) na água, demonstrando ser alguma especificidade daquele solo.

Inclusive, naquele perímetro foi perceptível o sentimento coletivo de gratidão a um deputado estadual da região, pois moradoras relataram que além dos poços (doação recente), ele também foi responsável por trazer energia elétrica para aquele trecho, pois consideram a sua rua abandonada pelas gestões municipais.

Faleiros (2004) explica que existem diversos tipos de políticas sociais, não somente na saúde, educação, habitação, mas a cada dia surgem novas políticas criadas para os indígenas, idosos, crianças, mulheres e outros. Além disso, afirma o caráter contraditório como parte delas: “As políticas sociais ora são vistas como mecanismo de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como [...] garantia do aumento da riqueza” (FALEIROS, 2004, p. 8).

Dependendo de quem fala ou usa as políticas sociais, elas podem servir tanto para garantir direitos quanto para camuflar a existência de uma imensa desigualdade social e econômica, gestada e ampliada no bojo do sistema capitalista. O autor explica o que acontece quando os serviços, benefícios e ações realizadas com dinheiro público são utilizadas como “cata votos”:

Esses auxílios e serviços, mesmo garantidos por lei, geralmente aparecem com favores a população. Assim, são implantados em certas conjunturas políticas, como, por exemplo, para cata de votos ou para prestigiar certos grupos que estão no bloco do poder ou bloco governante. Através dessas medidas, o Estado e os políticos aparecem como bons para o povo, preocupados com a sua situação social, e aparentemente resolvendo os seus

problemas do dia-a-dia em relação à doença, à moradia, à educação e à alimentação, que constituem questões de sobrevivência imediata para o trabalhador de hoje (FALEIROS, 2004, p. 12).

Alguns políticos da região se aproveitam da precarização das políticas sociais e públicas para criar uma imagem dos favores prestados ao povo, antes ou ao longo do período eleitoral, a ação de cata votos garante que permaneçam no poder por mais um mandato. As pessoas, após tanto sofrimento, ficam gratas pela “resolução” de um determinado problema, quando na verdade não é um favor, é uma política pública ignorada pelo Estado.

Nesse contexto, as mulheres que utilizam poços “boca aberta” afirmaram necessitar da ajuda de terceiros para poder montar a bomba na beira do poço e se certificar de estar tudo certo, por conta do peso do material, dos riscos de quedas ou motivos de saúde que inviabilizam esforços físicos; além disso, ocorre de em alguns locais o poço secar no verão ou quando se retira muita água e o poço ser de terceiros em locais distantes para carregar água.

Dona Sonia utiliza poço “boca aberta” e como principal dificuldade relatou: “O poço seca, aí quando isso acontece a gente tem que pegar água do quartel, porque esse poço não é nosso, ele é do vizinho ali do outro lado da rua e são várias pessoas que usam água de lá”. Já a dona Marília (2022), utilizava o mesmo tipo de poço, próprio, mas enfrenta outra dificuldade, a péssima qualidade da água nesse período, tendo que recorrer a poços de terceiros ou comprar baldes em um comércio próximo por ela denominado de “patrão” pelo preço de R\$ 4,00 cada balde:

É do poço, mas a gente nem tá usando o poço agora. [...] Poço cavado, só tampado com madeira né. (Vocês não estão usando?) Não, porque ela ficou muito fedorenta a água no tempo de verão, ficou fedorenta, mandei gapuia, aí não prestou, aí tá isolado, a gente pega água dali da casa da vizinha carregando no balde. Ele aí pega porque eu não dou conta de andar muito [...] Quando acaba ali no patrão a gente fica corre para um lado corre para outro, aí onde a gente pode se valer é aí nesse poço dessa vizinha antiga [...] (MARÍLIA, 2022).

As que utilizam água da COSANPA relataram como um dos piores problemas é quando ocorre algum defeito no sistema de abastecimento e as pessoas chegam a ficar semanas sem água, a inconstância ou paralisação dos serviços gera muitas dificuldades as famílias; afirmam residir em áreas de várzea, isto é, inapropriadas para poços artesianos, algumas pessoas até arriscam a cavar por preços altíssimos, mas a água não é potável e somente pode ser utilizada para as tarefas domésticas; o preço da energia elétrica voltou a ser comentado como uma preocupação constante para aqueles que passam cerca de uma hora com a bomba elétrica em uso; as pessoas acham o tempo de disponibilização de água curto, às vezes, não conseguem armazenar o suficiente para suprir toda a demanda diária familiar, dura

em torno de 1h a 2h, em alguns pontos somente um horário, em outros pela manhã, tarde ou de madrugada.

Dona Santana (2022) reside na Avenida Gurupá e entende como sua maior dificuldade para ter acesso à água o fato de morar em área alagada, conforme afirmou: “A gente mora no gapó e não tem como fazer poço, quando a chuva chove enche tudo a rua e não tem esgoto”. A Dona Marilda (2022) reside na Avenida Anajás e explica a sua principal dificuldade para ter acesso à água:

É quando ela falta né, tem tempo que falta que a gente passa semana, às vezes, duas semanas sem água. [...] eu tenho duas caixas, aí eu sempre vou regradando a água aí quando falta e não tem pra beber eu compro, pra beber eu compro, aí fica só pra ... (a senhora não toma a água da COSANPA?) não, eu tomo, mas quando acaba quando tem esses problemas aí, quando demora muito esse negócio da água, porque tem vez quando queima a bomba aí já viu, a gente passa duas três semanas sem ter água, aí é um desespero de água aqui nesse pedaço de gente carregando água pra tudo quanto é lado e comprando (MARILDA, 2022).

Para ela, a precarização do sistema de abastecimento de água e a inconstância da prestação do serviço ocasiona diversos problemas para as pessoas, pois cada morador tem que criar suas próprias estratégias para não ficar sem água, tendo que comprar baldes em um comércio próximo nos valores de R\$ 6,00 a R\$ 7,00 a unidade, não garantida a potabilidade ou qualquer tipo de tratamento anterior a venda, pois “carotes” nesses valores normalmente são de pessoas encarregadas de abastecer seus baldes em torneiras públicas e depois comercializá-las.

Em algumas torneiras públicas de pessoas físicas, os donos começaram a cobrar por unidade de balde enchido, devido a nova instalação de energia elétrica em toda a cidade, retirando todas as ligações clandestinas/improvisadas e cobrando um preço mais caro nas tarifas elétricas.

Faleiros (2004) afirma que as diversas políticas públicas e sociais não caem do céu, pois a formulação ou execução, mesmo que disposta em lei, precisa de lutas sociais, pois esse movimento de correlação de forças resulta em pequenos ganhos a população em geral, como forma de controlar as massas: “as políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura [...]. Elas são ganhos conquistados com duras lutas” (FALEIROS, 2004, p. 56).

O autor explica que caso as massas se organizem de modo a sair do controle atualmente pré-estabelecido, podem colocar em risco o sistema capitalista, extrapolando os limites impostos por esse sistema a classe trabalhadora. “Para evitar a “desordem” ou o

questionamento da exploração e da dominação *enquanto exploração e dominação*, o Estado busca conter as lutas pela repressão ou articular respostas específicas e limitadas [...]” (FALEIROS, 2004, p. 63). Um exemplo disso são as promessas realizadas nas campanhas políticas eleitorais, em que as pessoas confiam e esperam, mas nada acontece.

Gráfico 5 - Qual sua opinião a respeito da falta de água nas casas?



Questionamos as pessoas em relação a qual a sua opinião a respeito da falta de água nas casas, conforme demonstrado no gráfico acima, foi possível constatar que 1 idosa não sabia o que dizer, 4 acham que deveria haver uma solução, 8 concordaram se tratar de algo muito ruim, pois para elas a água é essencial para a vida humana e sem ela as pessoas não conseguem sobreviver; 7 entendem essa situação como descaso do Estado em sua esfera Municipal e Estadual, pois a demanda existe a décadas e até o presente momento a situação não foi solucionada e só tem piorado com o aumento populacional nos bairros, ocasionando a crescimento de famílias em busca deste serviços públicos.

Dona Tania (2022) possui 70 anos, nasceu e viveu a vida toda em Breves, atualmente reside no Aeroporto, recorda dos tempos em que morou no Centro da cidade e mesmo após tanto tempo, a falta de água ainda é um problema que aflige boa parte da população brevesense residente na área urbana do município.

As autoridades poxa vou te falar, isso não é de hoje, acredito eu desde quando eu me entendi por gente no mundo tô vendo isso daí, e isso daí nunca se endireitou, nem sei se isso vai normalizar um dia [...]. Eu morei ali em frente o Miguel Bitar, não existia COSANPA [...] A gente pegava água lá do poço da dona Francisca e do seu miúdo em frente a COSANPA, toda vez que eu passo ali eu lembro, ainda existe aquela casa meu Deus do céu [...] quando o poço secava com muito verão, um monte de gente ia buscar água lá no rio, lá em frente a Matriz, descia a rampa lá e pegava água. Lá se vinha gente com lata na cabeça, com tambor de água, naquele tempo existia muito tambor não sei se vocês chegaram a ver, tambor de óleo, a gente abria e carregava água e ainda lavava pra fora, tinha duas lavagens pra fora, era, Nossa Senhora, era muito sacrifício, muito, muito, muito. Aí, foi, foi, foi, foi, foi até que construíram aquela COSANPA, mas aí é esse problema [...] eu puxei água encanada lá para minha outra casa e paguei muito tempo sem ter água, aconteceu muito tempo isso aí [...].

Hoje, a COSANPA não cobra mais pelos serviços devido a precariedade do fornecimento de água e a mobilização do MDUA junto a população brevense e outras instituições apoiadoras. Dona Olivia (2022), diz o que pensa sobre a falta de água nas casas: “Eu creio que, em primeiro lugar o prefeito podia mandar olhar em cada bairro que fosse preciso botar água da COSANPA pra ser uma água de qualidade ou então mandar cavar poços artesianos [...], nós tem que comprar ou então emprestar um pedaço de terra pra nós fazer poço (OLIVIA, 2022).

Foi perceptível nos relatos que boa parte das entrevistadas possui um entendimento de que algo poderia ser feito, mas não compreendem o porquê da inércia estatal frente a esta demanda urgente, que tem acarretado tanto sofrimento na vida desse grupo social e de seus descendentes. Dona Filomena (2022) também acredita ser falta de interesse do Estado em agir na localidade.

Não sei nem te responder, mas eu acho que é falta de interesse das autoridades, dos que tem panos pras mangas o cara diz, tem tanta ponta de terra por aí como eu citei naquele dia no Centro, tem tanta ponta de terra por aí que se as autoridades que eu falo por exemplo é o governo do estado né e municipal se ele quisesse, “ah! As pessoas têm falta de água aqui, então vamos mandar fazer poço por aí por esses pontos”, porque eles podem fazere e pra gente ter acesso né a água limpa de qualidade, se eles quisessem fazer isso, mas eles não fazem e a gente fica graças a Deus com essa da COSANPA mesmo, até um dia quem sabe (FILOMENA, 2022).

Dona Elza (2022) após refletir sobre a dificuldade de água nas casas, afirma: “Olha, ah, isso é horrível, pense né, porque a água né, tudo é a água, água é fonte de vida, se a gente não tiver água a gente não vive”.

A Organização das Nações Unidas-ONU desde 2010 assegura o acesso à água e ao saneamento básico como direitos humanos essenciais para se ter qualidade de vida e acessar a todos os demais direitos. Mas isso é um debate que ocorre há anos, e ainda continua sendo foco de discussões e estudos de outras instituições.

Em Novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adoptou o seu comentário geral N° 15 sobre o direito à água afirmando que: “O direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos”. O acesso universal ao saneamento é, “não apenas fundamental para a dignidade humana e a privacidade, mas também um dos principais mecanismos de proteção da qualidade dos recursos hídricos”. Para além disso, em Abril de 2011, o Conselho dos Direitos Humanos adoptou, através da Resolução 16/2, o acesso a água potável segura e ao saneamento como um direito humano: um direito à vida e à dignidade humana (ONU, 2005-2015, p. 1).

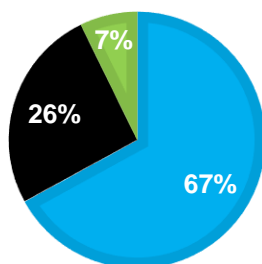
A luta hoje é para que todas as pessoas de todos os países do mundo possam ter acesso à água potável e ao saneamento básico, pois a ONU entende o acesso à água enquanto direito

à vida, à dignidade humana, não é um favor, é uma política pública e precisa ser executada para melhorar a qualidade de vida da população mundial, conter a disseminação de doenças adquiridas por veiculação hídrica e proporcionar a humanidade o básico intrínseco a sobrevivência coletiva.

Nesse contexto, quando questionadas sobre a sua rotina diária ou semanal para ter acesso a água, obteve-se as seguintes respostas:

Gráfico 6 - Rotina para ter acesso à água

■ ABASTECE TODO DIA ■ DE 1 A 2X NA SEMANA ■ 3X OU MAIS NA SEMANA



Cerca de 67% afirmou que enche a caixa e os objetos de abastecimento de água todos os dias, pois a família consome tudo o que é armazenado em suas tarefas diárias; 26% enchem de 1 a 2 vezes na semana, por ser famílias menores, com caixas de 1.000 litros e a água rende; somente 7% enchem 3 x ou mais ao longo da semana, pois algumas famílias possuem mais de uma caixa d'água, o que permite um intervalo razoável entre cada abastecimento.

Figura 20 - Reservatórios de água



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Figura 21 - Reservatórios improvisados



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Na hora de abastecer a residência com água, todo e qualquer balde, pote, garrafão de plástico é bem-vindo, pois às vezes somente a água da caixa não é o suficiente para ter tranquilidade, como é possível observar nas figuras 20 e 21, as estratégias utilizadas pelas mulheres idosas. Além dessas, utilizam bacias, baldes maiores de 100 litros e outros. Algumas idosas tinham caixas de água de 500 a 1.000 litros, conforme as figuras 22 e 23. Quem

possuía mais de um reservatório desses, utiliza um em baixo outro em cima, já nas casas onde só se tem uma caixa são feitas essas armações de madeira, como na figura 23, ligadas aos compartimentos do imóvel, para facilitar o uso da água nas pias e banheiros.

Figura 22 - Caixa d'água no chão 500 litros



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022

Figura 23 - Caixa d'água no alto 1.000 litros



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022

Entre as principais doenças relacionadas ao acesso à água contaminada ou a falta de água estão diarreia, cólera, amebíase, protozoários, malária, febre amarela, esquistossomose, dengue, infecções nos olhos, na pele e outras. Por isso é importante ter o cuidado com o acesso à água de potável, a constância em quantidade suficiente para a higienização humana e do ambiente doméstico, bem como a atenção para não deixar água parada por mais de três dias em locais abertos, de modo a não facilitar a proliferação de insetos vetores de algumas das doenças já mencionadas (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

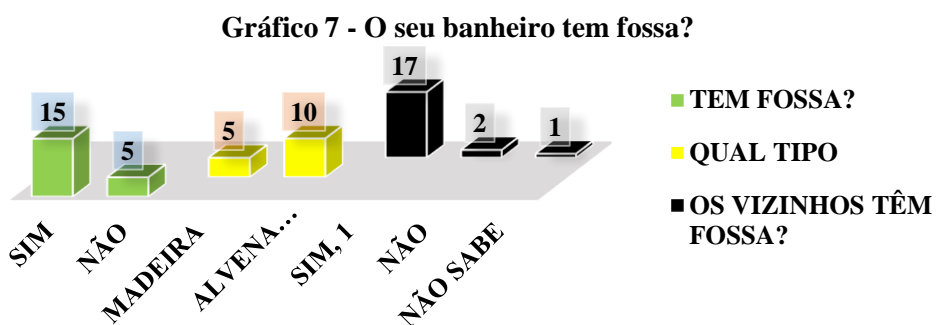
3.2.3 Esgoto sanitário

Agora, vamos falar sobre a segunda subseção da pesquisa, o Esgoto Sanitário. Questionou-se as idosas marajoaras sobre o que seria esgoto sanitário, tendo como objetivo sanar a hipótese inicialmente formulada a respeito do desconhecimento das pessoas em relação ao que seria o saneamento básico. 10 pessoas disseram que não sabiam, tentavam adivinhar ou respondiam com outra pergunta, demonstrando não saber, ou admitiam não saber a resposta mesmo; enquanto as outras 10 mulheres disseram saber mais ou menos, citando exemplos, todos corretos, mas demonstravam a dificuldade das pessoas em conceituar o termo ou explicar, mesmo tendo uma breve compreensão do que falavam.

Dona Rita (2022) disse “já ouvi falar, mas não entendo quase nada disso”. Dona Tania (2022) respondeu assim: “esgoto sanitário, é da, da, eu acho, sei lá, que é do da fossa, da fossa

né? Ou não é?” . A dona Denilda (2022) explica o seu entendimento com a seguinte fala: “Eu acho que esgoto é a água que a gente utiliza da lavagem de louça e da pia, no caso”. Já a dona Roberta também ficou na dúvida, como várias outras idosas, “eu acho que é a fossa né, sei lá”.

Perguntou-se sobre a existência de fossa na residência delas ou de seus vizinhos, das 20 pessoas como é possível identificar no gráfico abaixo, 15 afirmaram que tinham fossa, mas 5 disseram não ter e explicaram que utilizavam privada de madeira (sanitário a céu aberto).



Sobre o tipo de fossa utilizada, 5 afirmaram que era feita de madeira, 10 de alvenaria. Quanto ao uso de fossa pelos vizinhos, 17 afirmaram que sim, pelo menos de um lado havia fossa, mas nem todas souberam indicar qual o tipo, 2 mulheres disseram que os vizinhos não usavam fossa e 1 pessoa não sabia.

Na figura 24 é possível ver como é o sanitário a céu aberto, muito comum no município em residências de baixa renda, a ponte é feita de madeira e já não apresenta boas condições para pessoas idosas, sendo arriscado cair no igapó caso alguma madeira quebre. A figura 25 demonstra o caminho a ser percorrido para chegar ao banheiro a céu aberto, a idosa precisa descer por uma ponte improvisada com uma madeira que aparenta ser um “esteio” e pequenos pedaços de madeira executando o papel dos degraus, após isso, caminhar mais um pouco em meio aos altos e baixos do quintal para chegar ao fim do destino.

Figura 24 - Sanitário no fim da ponte



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Figura 25 - Sanitário nos fundos



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Dona Tania (2022) mora em uma casa cedida, onde não possui banheiro e nem fossa, ainda relata que não sabe se seus vizinhos possuem fossa, mas desconfia que não, pois sente um mal cheiro muito forte ao ouvir o barulho de alguém jogando água, devido os lotes serem estreitos e as casas próximas, conforme o trecho a seguir: “Eu acho que ninguém tem, porque é tudo gapó [...] quando jogam água ali (aponta para perto de uma janela) no vaso, parece que tá derramando aqui [...], eu sei que fede, fede, fede [...] é muito sofrimento” (TANIA, 2022).

A dona Filomena (2022) vivencia situação semelhante à de dona Tania, explicou que somente uma vizinha tem fossa, o do lado direito não tem, conforme o relato abaixo:

É fossa também, só a cumadre aqui que tem, no caso a Rosana Velha, o outro lá do lado é céu aberto, não tem, eles fazem, puxam a descarga e vai tudo para baixo do assoalho deles, lá o Maurício. É verdade, e a anos, o menino já tem 19 anos o Gael e não tem fossa. [...] Não, não tem nada, nada, nada, nada e devido que ele é muito brabo, nojento, a gente se recusa a falar com ele essas coisas assim né, mas fede muito, de verão, meu Deus do Céu (FILOMENA, 2022).

Foram várias mulheres idosas relatando a situação de seus vizinhos por conta da fossa, pela ausência, transbordamento por não ter tampa, quebradas pelo tempo de uso, entre outras informações. “O sistema de esgotos existe para afastar a possibilidade de contato de dejetos humanos com a população, com as águas de abastecimento, com vetores de doenças e alimentos” (RIBEIRO; ROOKE, 2010, p. 10). Ele é importante para a prevenção doenças relacionadas a infecções gastrointestinais, parasitárias, outras doenças respiratórias, ginecológicas e urinárias, conforme reforça o Instituto Trata Brasil

A carência de serviços de coleta e de tratamento de esgoto, mesmo quando há o acesso à água tratada, é a causa de outra parte das infecções gastrointestinais, nas doenças transmitidas por mosquitos e animais e das pneumonias e gripes. A privação do saneamento, um dos pilares de situação de pobreza menstrual, tem consequências sobre a saúde da mulher, como a ocorrência de problemas ginecológicos e urinários (TRATA BRASIL, 2022, p. 35).

Diante disso, a falta de saneamento implica diversas consequências negativas na saúde e na vida das mulheres. Portanto, tanto o esgotamento sanitário quanto o acesso à água e suas adequadas execuções devem estar articuladas aos demais serviços da política de saneamento básico, pois ambos se complementam e são essenciais para cumprir os objetivos previamente propostas, com o intuito de assegurar o bem-estar e a saúde pública.

Também foi perguntado para onde escoava a água do banho e da pia, lavagens em geral, 15 mulheres idosas informaram que essa água escoava para baixo do assoalho/piso; 4 fizeram tubulações direcionadas para a frente do terreno escoando na rua/vala e somente uma afirmou que escoava para o fundo do quintal. A maioria dos locais pesquisados eram em áreas

alagadas, de igapó, isso explica o porquê de as encanações direcionarem essa água para baixo. Em relação a possível existência na rua de algum canal para escoamento da água das casas e da chuva, 13 idosas responderam sim e 7 disseram não.

Dona Denilda (2022) explicou que existe uma vala, mas o lixo entope a passagem da água e seu esposo é quem vai para lá realizar a limpeza, para que não prejudique sua residência, entretanto, atualmente ele não está bem de saúde e isso a deixa preocupada, conforme explicita quando questionada sobre a existência de canal ou vala:

Vai pra lá pro esgoto que passa lá pra outra rua. (Essa vala passa lá para outra rua ou o asfalto fecha?) O asfalto fecha, é um tronco de madeira que eles colocaram lá. (De baixo do asfalto?) e aí tem vezes que entope, quando entope mana a gente tem que ir pra lá cavucar pra desentupir o lixo que vem com a água da chuva. (Quem é que vai cavar, são os moradores ou a prefeitura?) Olha, quando o Raimundo tava bom era ele que cavava, agora que eu tô pensando quando chegar o inverno brabo que ele não vai que eu não vou deixar ele ir pra lá não cavar, eu não sei como é que vai ficar (DENILDA, 2022).

Dona Benedita (2022) relata que a sua rua possui uma vala, mas não serve para escoar a água da chuva, de modo que nos pontos mais baixos como o seu terreno, a água fica empocada durante todo o ano, no inverno tende a crescer devido as chuvas do período, conforme relatou: “Rum, tem essa vala aí, mas não seca, [...] é verão e inverno. Isso aí era lama, aí abriram essa vala foi que fechou a água pra cá (aponta para o lado direito de sua casa) [...] Agora quando do lançante e a água cresce tudinho pra cá, [...] não escoo [...]” (BENEDITA, 2022).

Na Avenida Gurupá, trecho onde reside dona Santana (2022) parece que já teve um canal de escoamento para água da chuva, mas atualmente está fechado, assim, ela explica: “Não, tem mais agora eu acho que tá até tampada, que é só dá uma chuvinha e a água cresce”. Na avenida Anajás onde reside a dona Marilda (2022) parece que a prefeitura iniciou um trabalho ainda não concluído, mas recente, pois disse assim: “Só essa aí ó, fizeram esse ano, mas ainda não terminaram de ajeitar, eles venham colocar as manilhas e ainda não vieram ainda”. Dona Olga (2022) reside na Avenida Melgaço e explica por que não tem vala em frente sua casa:

Do lado de lá, essa aqui cavaram uma vala dali do poste até ali numa casa, da casa pra lá a mulher não deixou passar a vala, aí ficou essa vala lá do poste aqui. Aí esse vizinho (lado esquerdo) agarrou, pra não se incomodado, ele fez essa calçada aí, tapou logo uma parte da vala. Aí quem ficou mais prejudicada com essa vala aqui foi eu, porque esse daí fiz também e aí fechou, a mulher de lá não ficou prejudicada, quem ficou prejudicada foi eu, porque quando o inverno chega aí enche essa parte e derrama pra cá. [...] Eu fui na prefeitura, passei um mês andando na prefeitura, eles vieram, meteram um cano, nesse tempo era até aquele radialista o Ângelo Cruz [...], só que esse pessoal compraram esse terreno aqui (lado esquerdo), aí como são

chique né tudo que é cano deles da privada, da cozinha vai tudo pra esse cano aí (na frente da casa na beira da rua), aí derrama pra lá sabe, tudo o que não presta pra lá, mas quando o inverno chega derrama pra cá (OLGA, 2022).

A dona Olga entende que as pessoas não deveriam tapar o canal de escoamento da água, pois isso prejudica os demais moradores com seus terrenos mais baixos ou sem calçadas de concreto acima do nível da rua. Alega que a prefeitura deveria realizar um trabalho benéfico para todos, não sendo conivente com a vontade de um determinado grupo de pessoas.

Entre as doenças relacionadas com a água contaminada, ou carência de esgoto sanitário, educação sanitária e tratamento de esgotos antes de dispor no solo estão: poliomielite hepatite tipo A, giardíase, febre tifoide, febre ascaridíase (lombriga), tricuriase, teníase, cisticercose, ancilostomíase, esquistossomose, filariose (elefantíase) paratifoide, diarreias, disenterias, bacterianas (cólera) e disenteria amebiana ou por vírus. Pensar em estratégias de melhorar o esgoto sanitário e promover saúde pública, diminuindo as filas de hospitais e número de óbitos por doenças previsíveis de proliferação devido as péssimas condições de esgotamento sanitário (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

3.2.4 Resíduos sólidos

Chegamos a terceira subseção que trata sobre os resíduos sólidos, e a primeira pergunta realizada as participantes diz respeito à coleta de lixo pela prefeitura, conseqüentemente, 100% das respostas foram sim. Sobre a constância dessa coleta, 9 afirmaram ser 2 vezes na semana, outras 9 disseram 3 vezes na semana e 2 relataram ocorrer apenas 1 vez a cada sete dias.

Questionadas sobre o local onde armazenam o lixo produzido ao longo da semana antes do destino final, 19 idosas afirmaram armazenar em sacolas plásticas e quando próximo do dia da coleta pela prefeitura levam para a frente das casas para pendurar em algum local; enquanto 1 pessoa afirmou deixar em uma lixeira na cozinha, até o momento de levar para o carro da coleta de lixo, conforme relata dona Roberta (2022) “A gente coloca nas sacas e depois quando é o dia da caçamba passar a gente coloca na beira da rua. [...]”.

Em relação a possibilidade de separar por tipo os materiais antes do descarte final, 14 mulheres informaram que separam o lixo, mas a separação relatada é do lixo da cozinha e do banheiro em sacolas diferentes, às vezes, vidro em embalagem com papel ou certos plásticos;

enquanto 6 idosas afirmaram não realizar nenhum tipo de seleção, embalando todos os materiais em um só lugar até o descarte final.

Dona Roberta (2022) explica como faz em sua casa: “Às vezes é só plástico que eu coloco numa sacola, só plástico enxuto”. Já a dona Tania (2022) disse: “Quando é vidro eu embrulho no jornal muito bem, embrulho, embrulho, embrulho para ninguém se cortar, já pensou (risos)”. Dona Antônia (2022) explicita como costuma fazer:

Lá o do banheiro de traz a gente coloca dentro da saca e queima lá mesmo, dá pra queimar. (E o da cozinha no caso?) O carro do lixo leva, a gente embala tudo pra eles levarem. Eu só coloco nós dias que eles chegam, por causa do cachorro [...] Porque o lixo da minha casa não fede, porque o saco da comida eu dou uma lavada pra tirar o sangue que não é pra chamar mosca, porque se deixar com tudo o sangue dentro né, aí eu tiro aquele sangue pra poder colocar dentro da saca (ANTÔNIA, 2022).

Perguntadas se ocorre na cidade de Breves alguma ação de coleta, tratamento ou reciclagem dos resíduos domésticos, 9 informaram que sim, já ouviram falar, mas não sabe onde ou como acontece; 11 disseram não existir, nunca ouviram falar sobre isso. A dona Marília (2022) disse a seguinte frase: “Olha, não porque eu, esse negócio eu não entendo sabe, eu não sei. Porque essa reciclagem é de material que as pessoas ajuntam na rua pra vender pra tornar fazer outro né?”, demonstrando que tem um entendimento a respeito da reciclagem, mas desconhece qualquer atuação na localidade. Enquanto a dona Neide (2022) respondeu assim: “Tem né Nando?, a gente já viu falar, mas a gente não sabe onde é”. A Dona Olga (2022) já ouviu falar sobre as práticas de reciclagem: “De primeiro eu via uma reciclagem, pra lá pro lixão. Eu ouvi falar que eles aproveitavam as garrafas pra fazer vassoura. [...] uma família trabalhava lá sabe fazendo vassoura, era bonito aquelas vassouras, mas foram tudo embora”

A maioria das entrevistadas desconhece essas ações ou nunca ouviram falar de ações de reciclagem desenvolvidas no município. Existem leis, planos e outros aparatos jurídicos que tratam sobre esse assunto, um deles é a Lei de nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no seu Art. 3º conceitua o termo como

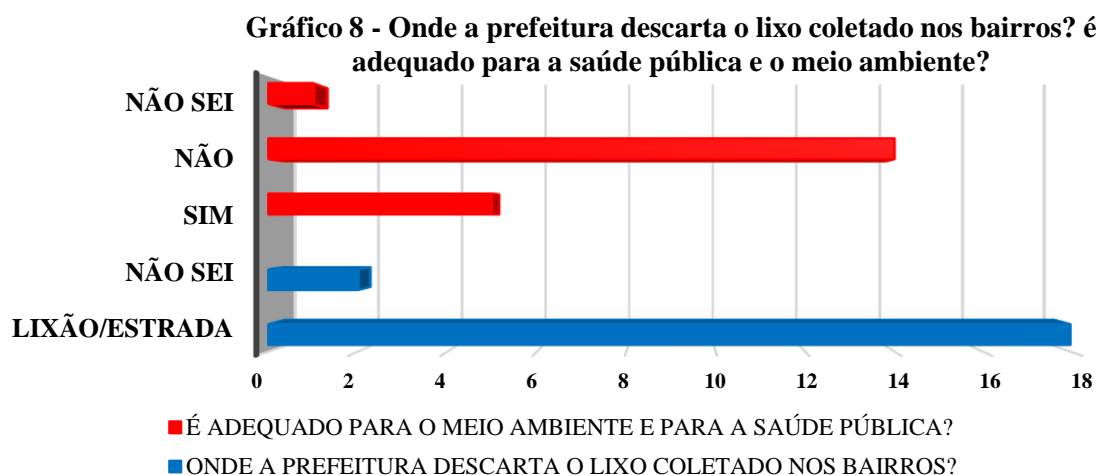
XVI - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

O mesmo artigo da referida lei também conceitua reciclagem como:

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa (BRASIL, 2010).

A política de resíduos sólidos estabelece os objetivos, definições, instrumentos e diretrizes a serem utilizadas para o tratamento adequado de todos os resíduos produzidos pelos seres humanos, de modo a fomentar soluções, estratégias e propostas de coleta, tratamento e reciclagem de todo o material descartado nas cidades, haja vista que esse assunto vem ocasionando diversos problemas nas cidades que não conseguem saber o que fazer com tanto lixo produzido.

Mediante a isso, aproveitou-se para questioná-las acerca de onde a prefeitura descarta o lixo produzido por toda cidade, conforme o gráfico abaixo.



Entre as respostas, 18 pessoas informaram ser descartado o lixo pela prefeitura no lixão, algumas indicaram ser na estrada fazendo menção a esse termo outras explicaram com outras palavras, mas se tratava do mesmo local; somente duas delas não souberam indicar o destino final do lixo. Em relação a ser ou não adequado, 5 acreditam ser por afastar os resíduos da maior parte dos bairros, 14 afirmaram com convicção não ser, pois no local são descartados de forma irregular, sem falar nas queimadas produzidas que geram camadas imensas de fumaças sobre a cidade, e no prejuízo as famílias residentes no lixão; 1 pessoa disse não saber responder.

A dona Soraia (2022) não considera adequado o despejo dos resíduos sólidos no lixão a céu aberto, ela justifica os seus motivos para pensa dessa maneira: “É muito complicado, que eu tenho um terreno pra lá e toda vez que eu vou pra lá que eu passo ali naquele negócio

passo mal com dor de cabeça, embora que eu vá capada, mas... (então não é adequado?) Não, não é não”. Já a dona Marisa (2022) explicita o motivo de também não considerar adequado: “Acho que não, isso aí não, eu passo mal. Porque quando eles fazem a queimada deles pra lá fede pra cá pra dentro e o fedor bate e a fumaça intoxicante vem tudo pra cidade, vem tudo pra gente”.

A dona Marília (2022) acredita ser adequado levar os resíduos sólidos para o lixão, mas também afirmou que apesar de sabe o que é um lixão, nunca foi nesse de Breves-PA. Ela entende que o lixo não deve ficar perto das casas e das pessoas, para evitar riscos de saúde pública, conforme explica:

É, pra mim é. Porque eu vou para certas casas assim eu acho muito ridículo porque aquilo tudo é jogado na frente da casa, por debaixo do jirau, onde é lama chega aquilo tá escumando, aquilo não é uma sujeira que pode prejudicar uma doença pra qualquer uma pessoa né, se a pessoa juntar aquele lixo e colocar num lugar, a caçamba vem e leva e vai colocar num lugar próprio, né, pra não prejudicar a saúde de toda as pessoa. Agora a pessoa que não tem aquele cuidado, meu Deus [...] (MARÍLIA, 2022).

De acordo com a Secretaria de Educação do Estado do Paraná ([s.d.]), lixão ou vazadouro é uma área a céu aberto utilizada para o descarte dos resíduos sólidos sem preparo prévio do solo. Não há controle dos tipos de materiais descartados e nem do local onde são acondicionados, misturando resíduos domésticos, hospitalares, industriais e outros. Não há nenhum tipo de tratamento dos líquidos produzidos, contaminando o solo e o lençol freático.

Além disso, nos lixões se tem a presença de moscas, pássaros, ratos junto ao lixo a céu aberto, o lixo fica totalmente exposto, ocasionando diversos riscos a população que reside em suas proximidades ou trabalha nesses locais, sem falar na quantidade de doenças.

Entre as doenças relacionadas com o lixo e que podem ser transmitidas por vetores como ratos, moscas, mosquitos, baratas e aves estão: peste bubônica, tifo murinho, leptospirose, febre tifoide e amarela, salmonelose, amebíase, disenteria, giardíase, malária, leishmaniose, dengue, filariose, cólera, giardíase e toxoplasmose (RIBEIRO; ROOKE, 2010).

No município de Breves existe um lixão, segundo informações de uma matéria online divulgada no site do G1 Pará (13/05/2019)²⁸ O Ministério Público do Estado do Pará-MPPA recomendou o fechamento do lixão na cidade, pois segundo a promotoria local “O lixão não cumpre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O descarte de resíduos era realizado sem nenhuma proteção, causando prejuízos ao meio ambiente e à saúde dos habitantes da cidade”.

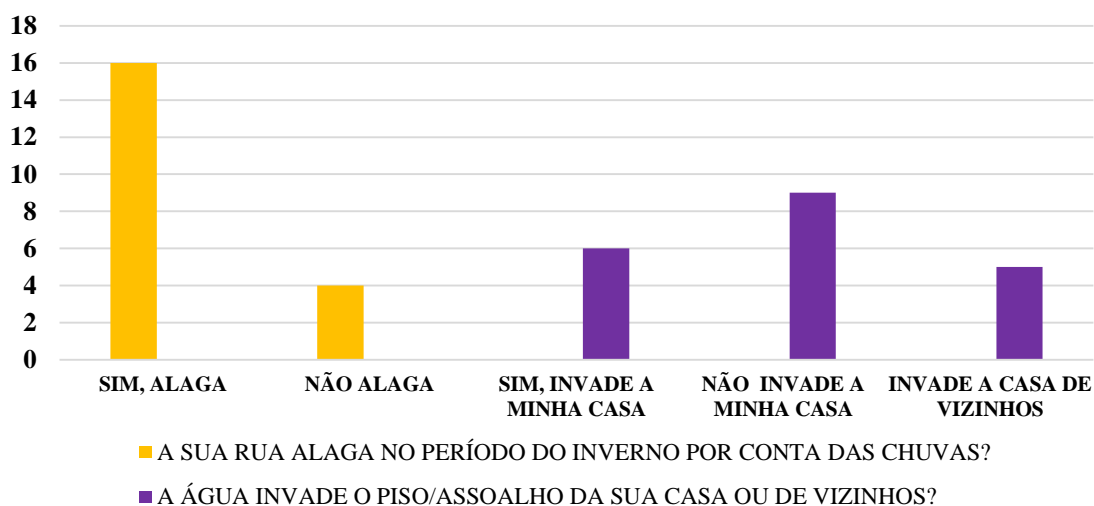
²⁸ Mais informações disponíveis em: < <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/13/mppa-recomenda-fechamento-de-lixao-em-breves-no-marajo-por-nao-atender-normas-estipuladas-pelo-governo-federal.ghtml>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Contudo, o lixão segue até os dias de hoje ativo, realizando queimadas semanalmente, conforme denunciado nos relatos das entrevistadas.

3.2.5 Manejo de águas pluviais

Assim, alcançou-se a quarta e última subseção do questionário aplicado, referente a parte sobre a política de saneamento básico, a qual aborda o Manejo de Águas Pluviais. As duas primeiras perguntas foram: A sua rua alaga no período do inverno por conta das chuvas? Essa água invade o piso/assoalho da sua casa ou de seus vizinhos?

Gráfico 9



Cerca de 16 mulheres afirmaram que a rua onde residem alaga por conta das chuvas no período do inverno, enquanto 4 outras pessoas informaram não vivenciar esse problema, pelo menos não esse ano, pois recentemente em alguns pontos da cidade foram colocadas manilhas pela prefeitura e a água da chuva consegue escoar; 6 idosas informaram ainda sofrer com os alagamentos do assoalho/piso de suas casas, relatando já ter perdido vários objetos por conta da situação da água invadir a casa e chegar aproximadamente a um palmo acima dos pés; 9 disseram não passar mais por isso, pois levantaram o assoalho/piso ou fizeram outra casa mais alta (essa prática de levantar o chão da casa é muito comum, a maioria das mulheres disseram que tanto elas ou seus vizinhos fazem isso de tempos em tempos); 5 delas possuem vizinhos que passam por isso essas situações atualmente.

A dona Sonia (2022) relata a situação vivenciada quando sua casa era de um andar, pois atualmente é nos altos, devido aos alagamentos e perdas de objetos na casa anterior por conta das chuvas: “Sim, às vezes alaga o terreno, antes quando era em baixo a casa ia no

fundo, por isso a gente levantou o assoalho pro alto, perdemos geladeira, fogão, sofá, vasilhas. Hoje, assim mesmo (aterrado) ainda alaga quando chove”. Agora alaga somente o terreno de sua casa ou a casa de moradores com assoalho/piso baixo.

Dona Soraia (2022) também sofreu com alagamentos: “Alaga. Nessa agora não, mas nas outras já, já perdi geladeira. [...] Eu tava dormindo, quando se acordemo tava tudo no fundo”, inclusive, esse foi o motivo de levantarem o assoalho da residência atual (casa recém construída). Dona Neide relata que sua residência não vai no fundo, mas quando chove a rua fica empoçada, e em locais próximos conhece pessoas vítimas dos alagamentos constantes no período do inverno, conforme relata: “Próximo a nossa, bem aqui, três casas vai no fundo, toda vez [...] Eu tenho um amigo que a casa dele vai no fundo, vai até no meio da parede”.

Nas ruas que não são asfaltadas, a principal reclamação das pessoas são as poças no meio do caminho ou o entupimento das valas na lateral que é causado pelos resíduos sólidos descartados pelos próprios moradores. Na rua Sebastião Amado, todo ano os moradores precisam realizar o desentupimento das valas, para que seja possível secar a rua e as pessoas possam circular sem riscos de quedas ou de adesão a outras doenças. Na figura 26 tem-se um exemplo desses acúmulos de água no meio da passagem, quanto mais chove e mais as pessoas passam com seus veículos, a situação só piora.

Figura 26 - Poça de água na rua Sebastião Amado



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Figura 27 - Trecho asfaltado da Avenida Bagre



Fonte: LIMA, pesquisa de campo, 2022.

Outra reclamação presente em todas as ruas é a obstrução das valas/córregos por onde deveria escoar a água das casas e principalmente da chuva. Os próprios moradores obstruem a passagem das valas, ao construir casas ou puxadas com calçadas de concreto, ao tapar a passagem da água, as casas que não são aterradas ou ficam nos pontos mais baixos da rua são as mais atingidas pelos alagamentos e invasão do piso/assoalho.

A figura 27 traz um trecho asfaltado da Avenida Bagre, apesar dos moradores não vivenciarem nesse perímetro os problemas com poças, devido a inexistência de esgoto na obra

pública, relatam que quando chove forte a rua fica alagada, mas depois essa água escoar para os terrenos mais baixos, alagando a entrada das casas, ou os pisos e assoalhos que ficaram abaixo do nível da rua. Além disso, as idosas reclamam da falta de limpeza das beiradas, como é possível ver a altura do mato nas calçadas, chegam a lembrar de quando tinham força física para realizar a roçagem e se pudessem realizar esse serviço, a situação não estaria desse jeito.

Quando questionadas sobre a prefeitura ter feito alguma coisa para resolver os problemas dos alagamentos no bairro, 7 pessoas afirmaram que sim, as manilhas mencionadas acima, desentupimento de valas e córregos extensos e aterro em alguns pontos; entretanto, 13 pessoas (a maioria) afirmou não ver esse trabalho na rua onde moram, já ouviram falar de ter ocorrido em outros pontos do bairro, mas não no seu.

A dona Filomena (2022) respondeu a essa pergunta convicta: “Não, não tem feito nada, pelo menos na nossa rua não, inclusive eles prometeram de asfaltar e não fizeram nada até agora”. Outros moradores informaram a mesma situação, de espera de um asfalto que por algum motivo não saiu, mas o povo comenta bastante as possíveis causas da não realização da promessa feitas a população do bairro, como consta no relato a abaixo:

Não, aqui essa nossa rua é uma rua morta, da Lourenço Borges pra cá sabe? Tem um bucado de gente capinando na rua, mas aí passa vão capinar lá na Gurupá, na Antônio Fulgêncio, essa aqui deixam pra trás, aí o, veio dinheiro, não sei quanto de dinheiro no outro mandato do (atual prefeito) que era pra ele asfaltar aqui, tá no livro, eu sei disso porque eles falaram pra mim quem tava trabalhando na rua, tavam asfaltando aí a Bagre, aí eu sou enxerida, eu agarrei eles tavam asfaltando e falei assim: “mano, quando vocês terminarem de asfaltar aqui vocês vão passar pra Melgaço?”, aí ele falou assim: “olhe tia, deixo lhe falar uma verdade, a Melgaço chegou o asfalto só até na Lourenço Borges, de lá pra cá, não vem mais passar pra cá, nesse mandado não vem, o (ex-prefeito) não vai terminar, que ainda era o (ex-prefeito) [...]. Não fique esperando que vai terminar que não, não vai, porque a Melgaço tá na lista deles que já tá asfaltada duma ponta na outra”, ele falou (OLGA, 2022).

Além disso, outro questionamento realizado foi: “Você já ouviu falar sobre a existência de algum tipo de tratamento ou manejo adequado dos igarapés dos outros bairros ou das águas do rio Parauau (localizado na frente da cidade)? ” e 100% das respostas foram não, nunca viram ou ouviram. Dona Elza (2022) recorda com emoção os tempos em que era criança e chegou a ver como eram alguns igarapés da cidade, antes da instalação de moradores em seus arredores e faz uma comparação com os dias atuais:

Não, muito pelo contrário, é uma coisa até que me indigna, porque eu já vi igarapé morto. Quando eu era criança há muito tempo atrás, eu andava, tinha o polo industrial, tinham serrarias sabe [...], existia, existe o igarapé Santa Cruz, era muito lindo, eu sempre admirei a natureza, [...], eu adorava olhar, ver a água correr e tal.

Aí depois, de muito, muito tempo, eu fui andar e quando eu me deparei com o igarapé Santa Cruz parece uma vala, aquilo, eu fiquei muito triste. Aqui pra mim mataram o igarapé. Ele morreu (semblante sério e ar de tristeza) [...] e hoje é cheio de casas na beira [...]. Outro igarapé que eu vi morto de novo, sabe a praça céu? Antigamente era a antiga Celpa que falava, lá atrás existia um igarapé, [...] fomos pra lá [...] eu me deparei com uma vala, acho que não tem nem dois metros assim, aí eu vi uma senhora sabe idosa, e aí eu perguntei pra ela se ela morava lá há muito tempo, ela disse que sim, perguntei pelo igarapé, aí ela disse, há minha filha é porque as pessoas foram construindo suas casas, foram aterrando, construindo cada vez mais pra beira [...] (ELZA, 2022).

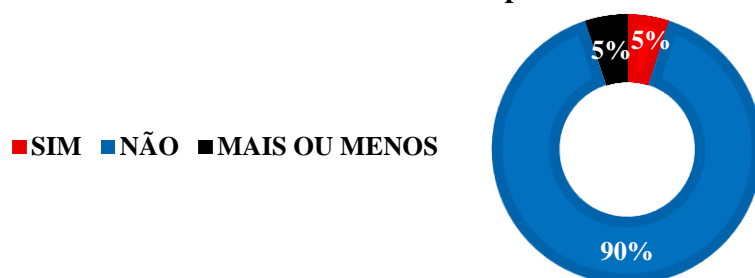
Segundo informações disponibilizadas no site da BRK Ambiental²⁹ (2020) em relação aos impactos causados aos rios do despejo irregular de esgotos e não tratamento adequado dos mananciais:

Ao chegar nos rios, o esgoto altera toda a composição química da água, impactando diretamente a vida aquática. Isso acontece porque o acúmulo de matéria orgânica propicia o surgimento de micro-organismos que diminuem a quantidade de oxigênio na água, comprometendo diretamente a vida aquática e a qualidade dessa água. Além disso, os nutrientes presentes no esgoto, com destaque para nitrogênio e fósforo, podem provocar a eutrofização, que é um processo de proliferação de algas que se acumulam na superfície do rio. Dessa forma, a luz solar não consegue penetrar para dentro das águas e as plantas presentes no rio não conseguem realizar a fotossíntese, diminuindo a concentração de oxigênio. Assim, os animais acabam morrendo e a quantidade de micro-organismos aumenta, alterando todo o ecossistema (BRK AMBIENTAL, 2020, [s. n]).

Ao continuar com as perguntas, questionadas se o governo em suas três esferas tem executado a política de saneamento básico no bairro Aeroporto, 90% das respostas foram não (18 mulheres), pois o único serviço coerente é a coleta de lixo pela prefeitura, mas a destinação final não foi considerada adequada por ser no lixão, com queimadas degradantes a saúde pública e ao meio ambiente; 5% disse que sim, por conta dos asfaltamentos em alguns pontos, da coleta de lixo e da limpeza de algumas valas; e 5% disse mais ou menos, pois apesar de se ter alguns serviços em execução, entendem que ainda há muito a melhorar para efetivar a política em sua amplitude de serviços com qualidade, conforme exposto no gráfico abaixo:

²⁹ A BRK Ambiental é uma empresa privada de saneamento básico do Brasil. Mais informações disponíveis em: <<https://blog.brkambiental.com.br/problemas-causados-pelo-esgoto/>>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Gráfico 10 - O governo (municipal, estadual e federal) tem executado no seu bairro a política de saneamento básico?



A dona Benedita (2022) faz parte do grupo dos que disseram não e justifica sua resposta assim: “Não, isso não. Eu não sei por que é, mas todos se queixam, de uma boca só. Eles olham prum lado e se esquecem pro outro lado”. A dona Regina (2022) também disse não e explicou o motivo sua opinião assim: “O lixo tá, mas a água também tá, mas é muito feia, eles falaram na rádio que a água ia melhorar, ia ficar mais ou menos bonita pra todo mundo tá usando sabe, mas não endireitou, vem a água, mas é feia, não sei porque [...]”. A Dona Marisa (2022) também acredita que os serviços prestados atualmente não são o suficiente e explica o porquê pensa dessa forma: “Só o lixo eles coletam as três vezes, o esgoto tá aí né, a política vem a gente amostra a situação, por que não é arriscado uma dengue aí? Criança. E agora aquela doença que dava de primeiro, que era cólera, que é de água [...]”.

A lei de nº 10.257 de 10 de julho de 2001, estabelece diretrizes gerais para a política urbana e dá outras providências, sendo também chamada de Estatuto da Cidade, diz que

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, a política urbana em seu Estatuto da Cidade desde 2001 já prevê a garantia do direito ao saneamento, contudo, a realidade vivenciada pelas idosas marajoaras do bairro Aeroporto está distante de residir em um ambiente sustentável. Mediante a isso, ao final, como pergunta síntese de tudo o que foi discutido com as entrevistadas, realizou-se o seguinte questionamento: O que você acha que deve ser feito para melhorar a situação do saneamento básico no seu bairro?

Entre as principais respostas estavam: cavar poços, asfaltar as ruas, expandir o sistema de abastecimento de água encanada, colocar manilhas em todos os esgotos, fazer o certo, limpar os igarapés e as valas, desenvolver uma política sem corrupção, “levantar os bairros”,

ver onde está pior e agir, criar outra COSANPA, falar com as pessoas “certas e tentar melhorar”, roçar as ruas, fechar parcerias com o governo estadual para ver o que falta para melhorar a situação da água, tratar a água do rio ou mudar a COSANPA de lugar e se possível, um sistema de abastecimento de água em cada bairro.

Dona Marília (2022) explica seu posicionamento em relação a péssima qualidade dos serviços públicos relacionados à política de saneamento básico no seu bairro:

Eu acho que eu só podia mermo querer que alevantasse, que ficasse uma coisa mais ou menos, pra gente não viver uma vida dessa que a gente vevi, é, buscando água pelos poços dos outros, se molhando tudo, acalando o pé da gente, ai meu Deus do céu, é uma dificuldade [...]. Já pensou, a gente pegar uma água e ir tomar banho em vez de ficar cheirosa vai ficar mais fedorenta? Não é não. Muitas vezes o cara é obrigado, eu digo assim, tomara que chuva que eu vou pegar uma água da chuva pra mim tomar um banho porque ela não vem podre assim como vem né dos poços, mesmo da COSANPA aquilo vem horrível, se a gente não tratar. Eu tenho um primo que mora bem ali, eles enchem a caixa, colocam remédio, de lá mesmo de dentro da caixa eles afundam as vasilhas para meter na geladeira [...] (MARÍLIA, 2022).

A fala da dona Marília reflete boa parte dos relatos, das mulheres idosas que estão cansadas de viver enfrentando diversas dificuldades para ter acesso ao básico para a sua sobrevivência e qualidade de vida da população brevese.

O Estatuto da Pessoa Idosa (lei de nº 10.741 de 01/10/2003), em seu artigo 2º diz que:

A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003, [s.n]).

As pessoas idosas possuem direito a ter acesso à saúde, ao desenvolvimento moral, intelectual social, ter liberdade e dignidade perante a sociedade, assim, cabe ao Estado executar seu papel enquanto executor de políticas públicas e serviço que garantam os direitos desse grupo social. O acesso a política de saneamento básico é essencial para que essas pessoas possam ter dignidade, saúde física e mental, tranquilidade e qualidade de vida em suas residências.

Apesar dos diversos avanços legislativos no reconhecimento legal dos diversos direitos das pessoas idosas, no município de Breves, as mulheres idosas residente no bairro Aeroporto possuem seus direitos humanos violados, pois residem em um arquipélago cercado por água doce, contraditoriamente, não tem água potável em suas casas, sofrem com alagamentos, queimadas constantes no lixão a céu aberto e lidam com condições precárias de

esgoto sanitário, não dispondo o município de nenhuma iniciativa voltada para a limpeza e revitalização dos igarapés ou rio Parauaú (rio da frente da cidade).

Dona Roberta (2022) acredita que falta sensibilidade governamental em relação aos bairros periféricos: “Eu ia procurar primeiro essas ruas que estão com mais necessidade, deixava essas umas que já estão com asfalto e procurava as mais atrasadas. [...] Ia asfaltar. Ia procurar melhorar, ver onde [...] melhorar a água, porque não é fácil a água para cá (ROBERTA, 2022). As pessoas que mais enfrentam dificuldade para acessar à água enfatizam a necessidade de alguma atuação Estatal, capaz de melhorar o acesso e a potabilidade no bairro.

A dona Elza (2022) relata o que ela faria se tivesse condições de intervir na problemática da água

[...] O prefeito diz assim, a água o município não resolve, só o estado, ele já fala assim, todos os prefeitos falam isso, porque a COSANPA é estadual uma coisa assim; aí eu procuraria uma forma né, até porque nós vivemos em uma ilha, a gente vive cercado de água, de tratar a água do rio ou de sei lá, mudar essa COSANPA e colocar ela num lugar onde tiver água boa, água potável né [...] Essa Nova Breves praí, esse bairro novo né, menina, pensa na água praí, é muito linda a água, mesmo de poço, eles furam poço e a água da boa. A nossa COSANPA é lá no Centro da cidade, porém é num lugar que não presta a água [...]. (ELZA, 2022).

Todas trazem suas sugestões, na tentativa de encontrar uma solução para a precariedade do saneamento básico no bairro Aeroporto. Dona Marisa (2022) relata a importância de uma política sem corrupção, para poder ser possível alcançar melhorias na execução das diversas políticas públicas. Senti que a sua resposta é carregada de esperança e assim como ela, eu também tenho esperança no povo, na democracia brasileira e na melhoria da execução das políticas públicas a longo prazo. Nesse sentido, ela afirma: “Uma política melhor, verdadeira, sem corrupção, será que é possível? [...] Eu acredito em Deus, que um dia isso ainda vai acontecer, sabias? [...]”.

Se vai acontecer ou não, não temos como saber, mas o fato desse grupo social se disponibilizar a construir junto conosco esse trabalho e nos permitir aprender um pouco mais da história do nosso povo marajoara, das lutas diárias e da situação da política de saneamento básico no bairro Aeroporto já é motivo de alegria, de resistência coletiva e de passos lentos em direção a quem sabe um dia melhorias na qualidade de vida das nossas idosas marajoaras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de saneamento básico tem sido objeto de luta constante da população brasileira, direta ou indiretamente, quando alguém reivindica prevenção na saúde, promoção de educação ambiental, políticas voltadas para o tratamento adequado dos resíduos sólidos urbanos, fornecimento de água potável nas casas, tratamento e manejo adequado dos rios e igarapés, todas essas e muitas outras bandeiras de luta estão relacionadas à luta pelo acesso aos serviços de saneamento.

Os objetivos inicialmente postos foram alcançados. Constatou-se que a realidade apresentada pelas participantes da pesquisa está permeada por diversas problemáticas decorrentes da ineficiência da política de saneamento básico no bairro onde residem, foi possível perceber os impactos causados na vida e na saúde desse grupo social, bem como a pesquisa permitiu evidenciar as formas de acesso aos serviços e a precarização da política pública na área urbana de Breves.

Breves é uma cidade cercada por água doce, contraditoriamente, a maior parte da população urbana não tem acesso à água potável em suas residências, tendo que criar estratégias individuais para enfrentar a problemática existente há décadas no município, em praticamente todos os bairros, quanto mais periféricos e com terrenos de várzea não detentores de rede da COSANPA, maior a dificuldade da população idosa.

Além disso, foi possível identificar a falta de planejamento e transparência nas gestões municipais, de ações efetivas junto ao governo do estado do Pará, de projetos voltados para o saneamento básico e de oportunidade para a participação popular junto ao trabalho executado pela prefeitura. A inércia Estatal impossibilita uma reposta, mesmo que de modo emergencial, as demandas relacionadas ao acesso à água, aos esgotos sanitários, aos resíduos sólidos e ao cuidado, tratamento e revitalização dos igarapés ainda existentes, inclusive das águas do rio Parauaú.

Nesse sentido, as mulheres idosas do bairro Aeroporto são *sujeitas de direito* e como tal precisam ter seus direitos efetivados e garantidos e isso implica mobilização e intervenção social. As mesmas mantem residência fixa há anos na área urbana de Breves e conhecem as principais carências relacionadas aos serviços públicos no seu bairro. A partir de seus relatos e com base nas demais fontes de pesquisa, compreendeu-se que o município ainda está longe de efetivar a universalização dos serviços de saneamento básico, pois o Aeroporto fica logo ao lado do bairro Centro, isto é, existem outros mais distantes e periféricos em relação a serviços e equipamentos urbanos.

Contudo, o fato de estar distante não significa que isso nunca irá acontecer, pois recursos financeiros estatais ainda serão disponibilizados para essa finalidade, dado a precariedade da prestação dessa política pública na localidade, todavia, a população marajoara ainda terá muitos desafios pela frente para que suas demandas sejam atendidas, sendo essencial a união popular junto aos movimentos sociais, na luta pela efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto das Cidades e nas demais legislações que regulamentam a política de saneamento básico como essencial para a qualidade de vida da população, prevenção de doenças gastrointestinais e promoção de saúde pública.

O Estatuto da Pessoa Idosas, em seu art. 9º diz que: “É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade” (BRASIL, 2003, [s.n]). Portanto, é necessário levantar esse debate e lembra qual é o papel das três esferas governamentais frente as demandas da população idosa marajoara, na garantia dos direitos de acesso as políticas públicas e de viabilização de condições de dignidade. Vale ressaltar que negar o acesso à água potável é descaso, negligência e omissão de quem tem obrigação de fazer, adiar ou postergar uma solução para uma demanda tão latente e antiga também é deixar morrer.

Segundo Trindade (2020) a questão urbana brasileira está atrelada a uma lógica perversa de urbanização, voltada para atender os interesses do capital, a especulação imobiliária, a expulsão da maior parte da população das áreas centrais com maior disposição de equipamentos urbanos e acesso a diversos serviços públicos, conforme os interesses da propriedade privada. Assim, as pessoas de baixa renda são segregadas em locais mais baratos, áreas periféricas, onde o poder público demora a agir, isso quando age.

A chegada da Covid-19 ao Brasil escancarou as desigualdades sociais já existentes, a falta de acesso a água e a os demais serviços de saneamento básico tornaram-se ações essenciais para a vida, a simples atitude de lavar as mãos era necessária para prevenir a proliferação da doença e manter as pessoas menos vulneráveis, contudo, nem todas as famílias puderam realizar a ação recomendada pela Organização Mundial da Saúde-OMS. A luta por melhores condições de moradia e acesso ao saneamento básico estão interligadas, e deve ser de todos, a cidade não deve continuar funcionando como uma máquina de produção de desigualdade (uns em periferias, enquanto outros se fecham em condomínios) (TRINDADE, 2020).

Em Breves, os problemas decorrentes da falta de uma política de saneamento básico adequada existem há décadas e vários gestores municipais terminaram seus mandatos sem

realizar nenhuma ação efetiva capaz de intervir na realidade da população brevense. As idosas marajoaras são apenas uma parcela das pessoas prejudicadas pela ineficiência do saneamento, e que apesar de todas as dificuldades enfrentadas não deixam de acreditar em um futuro melhor, senão para si, mas para as próximas gerações que farão parte da história do povo brevense.

Essa pesquisa é de suma importância para a comunidade brevense, dado que ao participarem e possibilitarem a discente conhecer sua realidade e escrever sobre ela, outras pessoas e instituições poderão ter acesso a esses dados, percebendo o descaso com que a temática vem sendo tratada pelas gestões governamentais. São pequenos passos na luta por melhorias na execução da política de saneamento básico na área urbana do município de Breves. Nesse sentido, essa pesquisa não pretende esgotar todos os impactos causados pela má prestação dos serviços de saneamento na localidade, mas se coloca enquanto ponto de partida para contribuir as discussões existentes e que possa contribuir com novas possíveis pesquisas que possam surgir sobre a temática, pois é uma demanda que tem perpassado diversas gerações e permanece esquecida pelo Estado.

Falar em saneamento é lembrar que acesso à água é direito humano, e as péssimas condições de saúde, moradia, água, esgoto e resíduos sólidos ou poluição dos rios e igarapés interfere no direito à vida inerente a todo o ser humano e, em alguns casos, existe uma influência nas questões de raça/etnia, gênero e classe que fazem com que esses grupos sociais sejam os mais atingidos e/ou sintam mais o reflexo do descaso dos gestores municipais e estaduais. Essa pesquisa contribui para a academia, ao ser executada a partir do olhar investigativo do serviço social, demonstrado que em meio as demandas postas pela população são muito mais que uma política precarizada, existem seres humanos relegados a situações extremas de vulnerabilidade social e econômica, pessoas que já não sabem mais a quem recorrer, pois estão cansadas de falar e não ser ouvidas. Essa possibilidade de trazer a realidade social e refletir junto aquilo que vem sendo trabalhado dentro da academia reafirma a importância da universidade enquanto espaço de construção de conhecimento e reflexão sobre as demandas postas no cotidiano dos usuários das políticas públicas.

E assim, essa parcela da população idosa marajoara investigada residente no bairro Aeroporto segue na expectativa de um dia poder ver o seu direito à vida, à saúde, à moradia e ao saneamento sendo executado com qualidade e respeito a todos os moradores. Apesar das dificuldades, acreditam em dias melhores, se não para si, mas para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniela dos Santos. **Justiça Ambiental e Racismo Ambiental no Brasil**. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; Orientadora: Thula Rafaela de Oliveira Pires, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2016, p. 1- 27. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29622/29622.PDF&ved=2ahUKEwio7tG88q79AhXKDrKKGHR8APYQFnoECBUQAQ&usq=AOvVaw1olMKaFg4gm08AvXX8HGXu>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- ALVARENGA, Darlan. Desemprego Cai em 22 Estados no 2º Trimestre: Bahia e Pernambuco tem as piores taxas. [online] **G1 Pará**, publicado em 12/08/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/12/desemprego-cai-em-22-estados-no-2o-trimestre.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2022.
- ALVES, Odair José Aragão. **Desterritorialização Produtiva no Marajó**: Análises geográficas no município de Breves pós-declínio da atividade madeireira (2000-2015). - 1 ed. - Belém: GAPTA/UFGA, 2020, p. 1-82.
- ANJOS, Maxmiller Chaves dos. **Saneamento Básico e Saúde Pública**: a realidade vivenciada pelos moradores do bairro Jardim Tropical-Breves/PA. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará; Orientadora: Christiane Pimentel e Silva, Faculdades de Serviço Social, Breves-PA, 2014.
- ARTE E CULTURAS**, 2017. Disponível em: <https://historiaartearquitetura.files.wordpress.com/2017/02/aquedutos-romanos.png>. Acesso em: 15 out. 2022.
- AZEVEDO, Gabriela; SÓTER, Gil; CARNEIRO, Taymã. Breves, no Pará, é a cidade com maior disparada no número de mortes por Covid-19 no Brasil. **G1 PARÁ**, publicado em 14 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/14/breves-no-para-e-a-cidade-com-maior-disparada-no-numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. Tradução: Sérgio Milliet. 4 ed. – Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1970, p. 7-141. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: A experiência vivida. Tradução: Sérgio Milliet. – Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1967, p. 7-65. Disponível em: <https://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007**: estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em: 16 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**: dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências-LOAS. Brasília, 1993a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. Manual de Saneamento. 3. Ed. **Fundação Nacional de Saúde – FUNASA**, Brasília, 2004. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_saneamento_3ed_rev_p1.pdf. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Perguntas Frequentes**: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Ministério da Cidadania; Secretaria Especial de Desenvolvimento Social; Secretaria Nacional de Assistência Social; Departamento de Proteção Social Básica. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/publicacoes/perguntas_frequentes_SCFV_2022.pdf. Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó**. Presidência da República, Casa Civil, 18 de outubro de 2007b. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_desenv_arquipelago_marajo.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e da Outras Providências**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Saneamento Básico-PLANSAB**: Mais saúde com qualidade de vida e cidadania. Ministério do Desenvolvimento Regional, Secretaria Nacional de Saneamento, Brasília, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab/Versao_Conselhos_Resolucao_Alta_Capa_Atualizada.pdf. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Programa Abrace o Marajó**: Plano de Ação 2020-2023 / Damares Alves / Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. BRASIL: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/outubro/abrace-o-marajo-conheca-o-plano-de-acoes-do-programa-ate-2023>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Panorama do Saneamento Básico no Brasil 2021**. Secretaria Nacional de Saneamento-SNS, Ministério do Desenvolvimento Regional-MDR. – Brasília-DF: 2021. Disponível em: http://www.snis.gov.br/downloads/panorama/PANORAMA_DO_SANEAMENTO_BASICO_NO_BRASIL_SNIS_2021.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

BREVES. **Lei nº 002 de 12 de novembro de 2001**. Prefeitura Municipal de Breves, Gabinete do Prefeito Municipal de Breves-PA, Breves-PA, 2011a. Disponível em: https://camarabreves.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Lei-Complementar-no-002-2001_PLANO-DIRETOR-URBANO-DE-BREVES.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

BREVES. **Lei nº 2.234 de 26 de maio de 2011**. Prefeitura Municipal de Breves, Palácio Executivo Floriano Pinto Gonçalves, Breves-PA, 2011. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-uu2uTU3ogy4wVumfghMXg6QkSEoBT0O/view>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm#:~:text=LEI%20No%2010.257%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Regulamenta%20os%20arts.%20182%20e,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRK AMBIENTAL. Esgoto: Problemas causados pelo despejo de esgoto sem tratamento nos rios. **BRK Ambiental**, 2020. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/problemas-causados-pelo-esgoto/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

BREVES MARAJÓ. **Facebook**, publicado em 07 out. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=100234378529940&set=a.122550146544267>. Acesso em: 19 out. 2022.

CASA VOGUE GLOBO. Aquedutos Romanos resistem ao tempo. **Casa Vogue Globo**, Publicado em 13 set. 2012. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/Arquitetura/noticia/2012/09/aquedutos-romanos.html>. Acesso em: 15 out. 2022.

CONGRESSO EM FOCO. Pobreza: Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social. **Congresso em Foco**, Publicado em: 07 jan. 2022. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/gestao-bolsonaro-cortou-em-mais-de-70-repasses-para-assistencia-social/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - COSANPA. **Estatuto Social**. COSANPA, 2018. Disponível em: <https://www.cosanpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/ata-age-16-07-2018-arquivo-JUCEPA.pdf>. Acesso em: 10 Jan. 2023.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ. Missão. **COSANPA**, 16 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.cosanpa.pa.gov.br/?docsdown=missao>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL-CFESS. **Serie Assistente Social no Combate ao Preconceito Machismo**. Caderno 6. Conselho Federal de Serviço Social-CFESS: Gestão é de batalhas que se vive a vida, Brasília, 2019.

DREAMSTIME. Arco de Lapa, Rio de Janeiro, Brasil. **Dreamstime**, [s.d.]. Disponível em: <https://thumbs.dreamstime.com/z/arco-de-lapa-rio-de-janeiro-brasil-85723769.jpg>. Acesso em: 17 out. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 1-142.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. (Coleção Primeiros Passos) – São Paulo: Brasiliense, 2004.

FARAGE, Eblin. 5 Experiências Profissionais do Serviço Social nos Movimentos Sociais Urbanos. IN: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. – São Paulo: Cortez, 2015, p. 193-207.

FOLHA DE PERNAMBUCO. Corte Orçamentário de 95% Significa o Desmonte Completo da Assistência Social no Brasil. **Folha de Pernambuco**, Publicado em 22 de set. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/www.folhape.com.br/noticia/amp/241096/corte-orcamentario-de-95-significa-o-desmontecompleto-da/>. Acesso em: 28 fev. 2023.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS-FAPESPA. Tabela 28 - Informações de Famílias Inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e Bolsa Família – 2019: Radar de indicadores da região de integração 2020. [online] **FAPESPA**, 2020. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2020/tabelas/8-marajo/tabela-28-informacoes-de-familias-inscritas-no-cadunico-para-programas-sociais-e-bolsa-familia-2019-ri-marajo.htm>. Acesso em: 19 out. 2022.

GELEDÉS. Racismo Ambiental: o que é importante saber sobre o assunto. **Portal Geledés**, publicado em 15 out. 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/?amp=1&gclid=Cj0KCCQiAt66eBhCnARIsAKf3ZNGCpxEsasced6YGFLq84vP3lgdrxbr7DhKKIfdVdtuWS6FL4298C0MaAjcNEALw_wcB. Acesso em: 21 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. – 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2008, p. 22-23.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Consulta Pública - Plano de Saneamento Básico Integrado do Estado do Pará**. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedop), Belém-PA, 2020. Disponível em: <https://www.sedop.pa.gov.br/consulta-p%C3%BAblica-plano-de-saneamento-b%C3%A1sico-integrado-do-estado-do-par%C3%A1>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GUIA DA SEMANA. Arcos da Lapa: Símbolo da Lapa, os Arcos da Lapa possuem 42 arcos duplos de alvenaria, construídos por índios e escravos no século 18. **Guia da Semana**, Publicado em 31 jul. 2012. Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/rio-de-janeiro/turismo/estabelecimento/arcos-da-lapa>. Acesso em: 17 out. 2022.

G1 PARÁ. MPPA recomenda fechamento de lixão em Breves, no Marajó, por não atender normas estipuladas pelo Governo Federal. - Belém: **G1 Pará**, publicado em 13 de maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/05/13/mppa-recomenda-fechamento-de-lixao-em-breves-no-marajo-por-nao-atender-normas-estipuladas-pelo-governo-federal.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2023.

G1 PARÁ. Breves, no Pará, é a Cidade com Maior Disparada no Número de Mortes por Covid-19 no Brasil. - Belém: **G1 Pará**, publicado em 14 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/14/breves-no-para-e-a-cidade-com-maior-disparada-no-numero-de-mortes-por-covid-19-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 26 fev. 2023.

G1 PARÁ. Em Breves, no Pará, 1 a cada 4 Moradores foi Infectado por Covid-19, Aponta Estudo. - Belém: **G1 Pará**, publicado em 25 de maio de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/25/em-breves-no-pa-1-a-cada-4-moradores-foram-infestados-poe-covid-19-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 26 fev. 2023.

G1 ECONOMIA. Extrema Pobreza Bate Recorde no Brasil em Dois Anos de Pandemia, Diz IBGE. – Rio de Janeiro: **G1 Economia**, publicado em 02 de dez. 2022. Disponível em: <https://globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2023.

GOV.BR. Marco Legal do Saneamento Completa Dois Anos Nesta Sexta-Feira (15). **Gov.BR**, Ministério de Integração e do Desenvolvimento Regional, 15/07/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/ultimas-noticias/marco-legal-do-saneamento-completa-dois-anos-nesta-sexta-feira-15#:~:text=Aprovada%20pelo%20Congresso%20Nacional%20e,privados%20significativos%20para%20o%20setor>. Acesso em: 26 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Brasil, Pará, Breves. 2010. **IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>. Acesso em: 30 dez. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Conheça o Brasil – População – Quantidade de Homens e Mulheres**. IBGE Educa Jovens, 2019a. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Mulheres Brasileiras na Educação e no Trabalho**. IBGE Educa Jovens, 2019b. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho.html>. Acesso em: 29 out. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA. Marajó. IN: GONÇALVES, Amanda Cristina Oliveira et. al, (Orgs.). **A Função Socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia**. 2016, p. 117-129. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9677/1/Maraj%C3%B3.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. – Tradução: Ruy Jungmann. Zahar: Rio de Janeiro, 1997.

JW.ORG. Aquedutos romanos, maravilhas da engenharia, **JW.Org**, publicado em nov. 2014. Disponível em: <https://www.jw.org/pt/biblioteca/revistas/g201411/aquedutos-engenharia-romana/>. Acesso em: 15 out. 2022.

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna et al.,. Saneamento e Meio Ambiente. Atlas de Saneamento 2011, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE**, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096_cap3.pdf. Acesso em: 08 out. 2022.

LEÃO, Dione. **Revivendo Nossa História**: um estudo sobre os bairros de Breves Marajó-PA. - Breves: Dione Leão, 2009, p. 69-78.

LIMA, Elizandra Gomes de; SANTOS, Ana Maria Smith. Relatório Final: **Narrativas de Mulheres Idosas**: um estudo sobre as vivências e dificuldades de acesso à água em Breves Marajó-PA. Projeto de Pesquisa: A Luta pelo Acesso à Água em Breves Marajó-PA: Um estudo pautado na história de mulheres idosas e suas narrativas. Faculdade de Serviço Social-Breves/UFGA: Breves, 2020.

MESQUITA, Ana Cleusa; SILVA, Enid Rocha; PASSOS, Luana. Assistência Social e Direito à Cidade. IN: Marco Aurélio Costa (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. – Brasília: IPEA, 2016, p. 51-84. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7121/1/O%20Estatuto%20da%20Cidade%20e%20a%20Habitat%20III.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ-MPPA. **Levantamento de rede de atendimento à criança e ao adolescente em Breves – PA (2013/2017) Relatório Final**. - Brenda Corrêa, Lima Ayan, Danielly Laurentino Damásio, Mônica Rei Moreira Freire. Belém: Ministério Público do Estado do Pará. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, 2018. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/14/Relatorio%20de%20Breves.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2023.

NOTICIA MARAJÓ. Água Impropria: Após condenação em Breves, Cosanpa tem obra que começou em 2013 na mira do MP. **Notícia Marajó**, publicado em 12 de agosto de 2022. Disponível em: <https://noticiamarajo.com.br/marajo-2/apos-condenacao-em-breves-cosanpa-tem-obra-que-comecou-em-2013-na-mira-do-mp/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ-LUTE SEM FRONTEIRAS. Cadernos do Marajó, Edição Especial: 40 dias com coronavírus. **Observatório do Marajó**, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Ji42gFbzo9kE4rDc3BRT-1FwJNWMNPAL/view>. Acesso em: 18 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU. O Direito Humano À Água e ao Saneamento. **Programa da Década da Água da ONU-Água sobre Advocacia e Comunicação (UNW-DPAC)**, Espanha, 2005-2015. Disponível em: https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso em: 09 out. 2022.

O GLOBO ECONOMIA. 1% Mais Rico Ganha 38,4% Veze Mais Renda do que os 50% mais Pobres. - Rio de Janeiro: **O Globo Economia**, publicado em 10 jun. 2023. Disponível em:

<https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/google/amp/economia/noticia/2022/06/1percent-mais-rico-ganha-384-vezes-mais-renda-do-que-os-50percent-mais-pobres.ghtml>.

Acesso em: 28 fev. 2023.

O GLOBO ECONOMIA. A Cada 30 horas Surge um Bilionário no Mundo, Enquanto Mais 1 Milhão de Pessoas Entra na Extrema Pobreza. - São Paulo: **O Globo Economia**, publicado em 22 de maio de 2023. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/05/mundo-ganhou-1-milhao-de-pobres-e-um-bilionario-a-cada-30-horas-na-pandemia.ghtml>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PARÁ. **Lei ordinária nº 7.731, de 20 de setembro de 2013**. Governo do Estado do Pará, Belém, 2013. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/327.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.

PARÁ. **Inventário Turístico Breves-PA**. Governo do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Turismo-SETUR: Belém, 2019. Disponível em:

http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/iot_de_breves_concluido.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

PARÁ. **Plano de Saneamento Básico Integrado do Estado do Pará**: Relatório do Marajó. Volume II, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas-Sedop, Belém, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Ds3m-bvty1Gf6CKLoryjnHK_sPF3AIwf/view. Acesso em: 05 nov 2022.

PARÁ. **Lei 7.060 de 23 de novembro de 2007, que dá nova redação a Lei nº 4.336 de 21 de dezembro de 1970**. Belém-PA, 2007. Disponível em: https://www.cosanpa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/lei_de_criacao_da_cosanpa.pdf. Acesso em: 07 nov. 2022.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução: Ângela M. S. Corrêa. – São Paulo: Contexto, 2007.

RESEARCHGATE. Mapa de localização dos municípios Arquipélago do Marajó, estado do Pará. **Researchgate**, publicado em dezembro de 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-de-localizacao-dos-municipios-Arquipelago-do-Marajo-estado-do-Para_fig1_311103574. Acesso em: 19 out. 2022.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento Básico e Sua Relação com o Meio Ambiente e a Saúde Pública**. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Especialização em Análise Ambiental, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/analiseambiental/files/2009/11/TCC-SaneamentoeSa%C3%BAde.pdf>. Acesso em: 09 out. 2022.

ROCHA, Caroline Silva Nepomuceno. **Desafios para a Universalização do Abastecimento de Água no Município de Breves-Pará**. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Pará; Orientador: José Almir Rodrigues Pereira, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, Breves-PA, 2017. Disponível em:

https://www.ppggp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2014_2/CarolineRochadissert.pdf. Acesso em: 06 nov. 2022.

SANTOS, Luce Mara Lobato dos; SILVA, Mayla Siqueira. **A Questão Urbana no Município de Breves-PA**: Políticas urbanas e movimentos sociais. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará; Orientadora: Christiane Pimentel e Silva, Faculdades de Serviço Social, Breves-PA, 2015.

SANTOS, Ana Maria Smith. **A Luta Pelo Acesso à Água em Breves Marajó-PA**: um estudo pautado na história de mulheres idosas e suas narrativas. - Universidade Federal do Pará Campus Universitário Marajó – Breves; Faculdade de Serviço Social, PIBIC-PRODUTOR, 2019a.

SANTOS, Ana Maria Smith. **Mulheres Idosas Entre Bordas e Agências**: Migração, política pública de assistência social e sociabilidade. (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará; Orientador: Agenor Sarraf Pacheco; Coorientador: Fabiano de Souza Gontijo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém-PA, 2019b.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ. **Lixão**. Secretaria da Educação do Paraná, [s.d]. Disponível em: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=238>. Acesso em: 11 jan. 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL-SEMTRAS; CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS AEROPORTO-CCFV. **Objetivos da Instituição**. Breves-PA: SEMTRAS; CCFV-Aeroporto, 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. - São Paulo: Cortez, 2013, p. 101-110.

SILVA, Marina de Macedo. O Desmonte da Assistência Social no Governo Bolsonaro. IN: ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da. **Políticas sociais no Governo Bolsonaro**. Clacso, 2022, p. 253-278. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv2v88c2n.17?seq=6>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO-SNIS. **SNIS**. Ministério do Desenvolvimento Regional. (Online) publicado em 29 out. 2019. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/institucional>. Acesso em: 03 nov. 2022.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As Três Metodologias**: Acadêmica, da ciência e da pesquisa. 8ª ed. – Petrópolis-RJ: Vozes, 2005, p. 137-140.

TRATA BRASIL. **Mulheres & Saneamento**. 2018. Disponível em: <https://www.mulheresesaneamento.com/>. Acesso em: 16 set. 2022.

TRATA BRASIL. **O que é Saneamento Básico**. 2019. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento/>. Acesso em: 09 out. 2022.

TRATA BRASIL. **O Saneamento e a Vida da Mulher Brasileira**. Ex Ante Consultoria Econômica, 2022. Disponível em: https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio_Completo_-_2022.pdf. Acesso em: 29 out. 2022.

TRINDADE, Thiago. A pandemia que escancarou nossa questão urbana. **Carta Capital: Br Cidades**, publicado em 01 maio 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/br-cidades/a-pandemia-que-escancarou-nossa-questao-urbana/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

TOFFLER, Alvin. **A Terceira Onda**: A morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização. – Tradução: João Távora. Record: Rio de Janeiro, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS



Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves

Título da monografia: Mulheres Idosas e o Saneamento Básico: Reflexões sobre a precariedade da política pública em Breves-PA

Orientadora: Ana Maria Smith Santos

Pesquisadora: Elizandra Gomes de Lima **Curso:** Serviço Social 2017

Data da Entrevista: _____ **às:** _____

Identificação do perfil do público alvo:

1- Nome: _____ **2- Idade:** _____

3- Auto declaração étnico-racial: _____ **4- Município de naturalidade:** _____

5- Nível de escolaridade: _____ **6- Tempo de residência em Breves-PA:** _____

7- Tempo de residência no bairro Aeroporto: _____

8- Número de filhos ou demais dependentes financeiros: _____

9- Qual sua principal fonte de renda: _____

10- Imóvel próprio ou alugado: _____

11- Casa de madeira/alvenaria/mista: _____

Perguntas sobre a política de saneamento básico

Abastecimento de Água

12- De onde você utiliza água?

Poço artesiano () Poço de boca aberta () COSANPA () Outros ()

Explique: _____

13- É uma água de qualidade ou carece de algum tratamento especial para torna-la potável?

Sim () Não () Explique: _____

14- Quais suas principais dificuldades para acessar à água?

15- Qual sua opinião a respeito da falta de água nas casas?

16- Como é sua rotina diária ou semanal para ter acesso à água?

Esgoto Sanitário

17- Para você, o que é esgoto sanitário?

18- O seu banheiro tem fossa?

Sim () Não () Qual tipo? _____

19- A água do banheiro, pia e outros ambientes de sua residência escoam para onde?

20- Os seus vizinhos possuem fossa séptica?

Sim () Não () Explique: _____

21- Na sua rua, tem algum canal para escoamento da água das casas, da chuva e outros?

Sim () Não () Explique: _____

Resíduos sólidos

22- Na sua rua, tem coleta de lixo doméstico pela prefeitura?

Sim () Não () Explique: _____

23- Onde você guarda o lixo produzido por sua família antes do destino final?

24- Você separa o lixo de acordo com o tipo de material descartado?

Sim () Não () Explique: _____

25- Vc acha que em Breves existe algum tipo de ação para a coleta, tratamento ou reciclagem dos resíduos domésticos?

Sim () Não () Explique: _____

26- Você sabe onde a prefeitura descarta o lixo coletado nos bairros? É adequado para a saúde pública e o meio ambiente?

Sim () Não () Explique: _____

Manejo de águas pluviais

27- A sua rua alaga no período do inverno por conta das chuvas?

Sim () Não () Explique: _____

28- Essa água invade o chão/piso/assoalho de sua residência ou de seus vizinhos?

Sim () Não () Explique: _____

29- Na sua opinião, a prefeitura tem feito alguma coisa para resolver o problema dos alagamentos no seu bairro?

Sim () Não () Explique: _____

30- Você já ouviu falar sobre a existência de algum tipo de tratamento ou manejo adequado dos igarapés dos outros bairros ou das águas do rio Parauau (localizado na frente da cidade)?

Sim () Não () Explique: _____

31- Na sua opinião, o governo (estadual, municipal e federal) tem executado no seu bairro a política de saneamento básico?

Sim () Não () Explique: _____

32- O que você acha que deve ser feito para melhorar a situação do saneamento básico no seu bairro?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Mulheres Idosas e o Saneamento Básico: Reflexões sobre a precariedade da política pública em Breves-PA

Nome da Orientadora: Ana Maria Smith Santos

Nome da aluna: Elizandra Gomes de Lima

Natureza da pesquisa: a senhora está sendo convidada a participar desta pesquisa que tem como objetivo geral “Refletir sobre os impactos causados pela ineficiência da política de saneamento básico no cotidiano das mulheres idosas do bairro Aeroporto em Breves-PA, considerando as mudanças ocasionadas após a pandemia da COVID-19”; e específicos “Conhecer como ocorre o acesso familiar das idosas à água, esgotamento sanitário e a coleta de resíduos sólidos, isto é, ao saneamento básico urbano; Identificar os impactos da precariedade da política de saneamento básico através das dificuldades narradas; Compreender o entendimento do público alvo da pesquisa sobre a política de saneamento básico e sua opinião a respeito das dificuldades enfrentadas.

Participantes da pesquisa: A pesquisa tem como meta alcançar vinte mulheres idosas, com foco nas MULHERES IDOSAS que frequentam o Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Bairro Aeroporto, em especial, aquelas que vivenciaram ou estão vivenciando problemas relacionados ao saneamento básico, decorrentes da ineficiência da referida política pública do município de Breves/PA.

Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo você permitirá que (a) pesquisadora lhe faça perguntas relacionadas a política de saneamento básico no seu bairro, bem como sobre sua trajetória de luta e dificuldade para acessar os serviços relacionados a referida política e gravar no celular do aluno a entrevista, para fins de posterior análise dos dados com mais calma. Você tem a liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a senhora, seu nome e seus dados pessoais não serão divulgados, pois a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados da pesquisa fazendo uso de nomes fictício para preservar o sigilo das informações. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa. As entrevistas ocorrerão no local escolhido pelas participantes da pesquisa. Será um questionário com perguntas sobre a política de saneamento básico no município.

Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

Benefícios: ao participar desta pesquisa a senhora não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a temática pesquisada, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para a pensar sobre a necessidade de melhorias na qualidade de vida da população brevese, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos com ética e respeito ao sigilo das fontes.

Pagamento: a senhora não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Entretanto, ficam os mais sinceros agradecimentos da pesquisadora pela sua disponibilidade.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Breves-PA, ____/____/____

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

Pesquisador Principal: Elizandra Gomes de Lima (91-991534161)

Comitê de Ética em Pesquisa: Rua Guajajaras, 175, 4º andar – Belo Horizonte/MG

Telefone do Comitê: 35089110



ANEXOS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ANEXO I – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTA OU PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Breves-PA ___ de março de 2023

À Direção da Faculdade de Serviço Social - Breves

AUTORIZAÇÃO

AUTORA: _____

CPF: _____ RG: _____ EMISSOR: _____

E-MAIL: _____

ORIENTADORA: _____

MEMBROS DA BANCA:

1º _____

2º _____

3º _____

DATA DA DEFESA: ___/___/_____

TÍTULO DO TRABALHO: _____

Autorizo a Faculdade de Serviço Social, Campus Universitário do Marajó - Breves, Universidade Federal do Pará, a disponibilizar o texto integral da publicação supracitada, de minha autoria, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade a partir desta data.

Atenciosamente,

Assinatura da Aluna